

Intellectus

REVISTA ACADÊMICA DIGITAL

Volume de Educação, Cultura e Sociedade
Vol. 64 Abril/Junho 2021

ISSN 1679-8902

04 EDITORIAL
Prof.^a Dr.^a Daniela Gobbo Donadon

ARTIGOS:

- 04 TELEAULAS NA PANDEMIA: VAZIOS E PRESENCAS DA/NA UBIQUIDADE DIGITAL
VALLE, Luis Felipe Catusso; ANDRADE, Eliane Righi de
- 24 A UTILIZAÇÃO DE MÔNADAS NO BRASIL
COSTA, Daniela; SILVA, Carla Melo; MERTINS, Simone; COSTA, Carolina Souza; RAMOS, Maurivan Güntzel; AMARAL-ROSA, Marcelo
- 40 ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA
MARIGLIANO, Rilza Xavier; MARTISN, Priscila Bernardes; TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury
- 54 ESCOLHA PROFISSIONAL, JUVENTUDES E VALORES: UMA DISCUSSÃO SOBRE O UNIVERSO DE RELAÇÕES SIGNIFICATIVO
BARROS, Lucian da Silva
- 78 O CONCEITO DE IMPACTO SOCIAL NA LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA
(ensaio de pesquisa)
SCAGLIA, Ana Laura; PEREIRA, Patrick; DA SILVA, Igor Rapp
- 89 ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM SALA DE AULA
SILVA, Arilson Silva da; FRANCO, Anderson Ercílio dos Reis; SANTOS, Ana Cristina da Silva; BARROS, Dehmy Jeanny Pedrosa de
- 103 O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENXERGANDO O UNIVERSO COM AS MÃOS
FRANCO, Anderson Ercílio dos Reis; LEITÃO, Wanderleia Azevedo Medeiros

Áreas de publicação:

Ciências Exatas e Tecnológicas
Ciências Sociais Aplicadas
Educação, Cultura e Sociedade
Ciências da Saúde



UniEduK
SEU FUTURO NA PRÁTICA

Intellectus Revista Acadêmica Digital. Revista científica do Grupo UniEduk: Centro Universitário de Jaguariúna (UniFAJ), Centro Universitário Max Planck (UniMAX) e Faculdade de Agronegócios de Holambra (Faagroh).

Eletrônica
Trimestral
Inclui Bibliografia

Editora Chefe:

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Girotti Sperandio
Assessora Acadêmica do Grupo UniEduk

Equipe Técnica:

Gabriela Barbosa
Maria Virginia Rosa – Bibliotecária

Equipe de Tecnologia da Informação do Grupo UniEduk

EDITORIAL

Em sua sexagésima quarta edição, a Revista Intellectus oferece ao leitor um volume voltado para o campo da Educação, em momento que não poderia ser mais simbólico e oportuno.

Simbólico pois, no próximo mês, setembro de 2021, será comemorado o centenário de Paulo Freire, patrono da Educação brasileira, que afirmou que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”.

Oportuno porque, após mais de um ano de uma crise de saúde mundial ocasionada pelo novo coronavírus, que amplia uma crise econômica nacional – não sendo exagero falar em crise humanitária –, aqueles que acreditam na ciência buscam lançar o olhar para o futuro e pensar em como (re)construir nossa sociedade. Absurdo seria planejar o futuro sem considerar a Educação como base. Faz-se fundamental pensar nesta Educação visando um futuro engajado com a mudança pela qual nosso patrono tanto lutou: a busca por uma realidade menos injusta.

Assim, aceitando o desafio de dialogar com os autores sobre Educação, o leitor irá encontrar, neste volume, estudo que busca analisar os impactos da pandemia no ensino e na aprendizagem, observando desdobramentos das aulas on-line e uso de plataformas digitais, em movimento corajoso de começar a aprender com a experiência vivida para pensar o porvir.

Também poderá conhecer pesquisas que voltam o olhar para o Ensino Superior e suas políticas públicas, bem como aos fatores que influenciam a escolha profissional de jovens, sendo instigado a refletir sobre formação de profissionais que irão (re)construir nosso país.

Será envolvido em pesquisas sobre o importante ensino de conteúdos de matemática e ciências, em uma abordagem interativa, significativa e inclusiva. Observará que o tema da inclusão ganha espaço neste volume em mais de um artigo, apontando o compromisso ético com uma Educação para todos, base para a necessária construção de uma sociedade mais humanizada.

Ainda será brindado com reflexões conceituais, bem como sobre a compreensão da ideia de impacto social, que tanto almejamos causar de forma positiva, no meio acadêmico.

Portanto, no presente volume, a Revista Intellectus assume, novamente, seu papel social de divulgar conhecimento, promover o debate e suscitar reflexões sobre temas de nossa época.

Fica, aqui, o convite à leitura para todos que ousam, assim como nosso centenário patrono, sonhar uma sociedade mais justa, inclusiva, humana, fraterna.

Professora Dra. Daniela Gobbo Donadon

TELEAULAS NA PANDEMIA: VAZIOS E PRESENCAS DA/NA UBIQUIDADE DIGITAL

Online classes in pandemic: empties and presences of/in digital ubiquity

VALLE, Luis Felipe Catusso

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANDRADE, Eliane Righi de

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo: Com a intensificação do uso das plataformas digital-virtuais nos processos de ensino-aprendizagem graças às imposições trazidas pelo contexto da pandemia global do COVID-19, o ciberespaço passa, cada vez mais, de meio de informações para dispositivo na interação social e nos modos de subjetivação de seus usuários, trazendo desdobramentos que repercutem dentro e fora da sociedade reticular. Tomando como referência experiências pessoais a partir do ensino da geografia e de ciências sociais para turmas de ensino médio e ensino superior, relacionando-as a autores e autoras que tratam de conceitos e temas abordados, este artigo traz reflexões e questionamentos sobre as formas como as representações, simulações e simulacros mediam, alteram e possibilitam a (des/re)territorialização de elementos reais, virtuais e digitais na ubiquidade das estruturas em rede.

Palavras-chave: ciberespaço; teleaulas; modos de subjetivação.

Abstract: With the intensification of the use of digital-virtual platforms in the teaching-learning processes thanks to the impositions brought about by the context of the global pandemic of COVID-19, the cyberspace is increasingly passing from information medium to control dispositive in social interaction and in modes of subjectivation of its users, affecting the reticular society inside and outside. Taking personal experiences as references from geography and social sciences classes for high school and university education and relating them to authors who deal with concepts and themes studied, this article brings reflections and questions about the way in which representations, simulations and simulacra mediate, change and enable the (de/re) territorialization of real, virtual and digital elements in the ubiquity of networked structures.

Key-words: cyberspace; online classes; modes of subjectivation

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 apresentou uma característica inédita. A pandemia levou-nos a uma constatação que até então era para a maioria imperceptível: a nossa impotência mediante o imprevisto. Foucault (2002) afirma que o acontecimento rompe com a

previsibilidade, com a tendência a regularidades, obrigando-nos a lidar com o acaso. Foi essa imprevisibilidade que nos tomou a todos, inclusive na Educação, durante a atual pandemia. Houve, o que o autor diria, uma ruptura do instante, a qual dispersou os sujeitos em diferentes posições (2002, p. 58). E essa cesura levou-nos a pensar sobre a fragilidade humana mediante a situação do “novo” - que, aliás, nunca é só novidade, pois sempre traz algo de repetível.

O mundo da sala de aula de repente tornou-se *outro*, mas, ainda assim, trazendo mecanismos de hierarquização e ordem. Dispositivos tecnológicos e administrativos são usados para se ter a ilusória sensação de controle do ambiente escolar. No entanto, o que se sobressai são as novas formas de interação no mundo digital: a sala de aula povoou-se de microfones, câmeras, ferramentas digitais em plataformas virtuais, de alunos e professores avatares. É a partir dessa discussão incômoda e instigante que trazemos a nossa reflexão.

Provavelmente esse período entrará para a história como aquele que, pelas limitações e imposições higiênico-sanitárias de uma pandemia, acelerou e intensificou substancialmente a presença das pessoas e das relações econômicas, sociais, políticas e culturais nas redes digitais. Apesar de não ser novidade para muitos que já trabalhavam, transitavam e conviviam nos ambientes digital-virtuais, a vida mediada pelas telas e pela internet passou a apresentar-se como imperativo repentino em várias situações, inclusive nas aulas.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, a SEMESP, constantes na 10ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, (SEMESP, 2020), o crescimento do Ensino à Distância (EaD) nos últimos anos já permitia prever uma tendência de intensificação do uso das teleaulas nas rotinas acadêmicas. No entanto, as relações de ensino-aprendizagem entre estudantes e docentes e a forma como as pessoas veem a educação em interface com os mundos em que habitam parecem estar mudando num ritmo ainda maior, frente à combinação com a ruptura no convívio social entre as pessoas, à necessidade de reduzir custos administrativos mediante a crise econômica e à possibilidade de criar e aprimorar dispositivos capazes de automatizar, instrumentalizar e direcionar o ensino às demandas tecnicistas de mercado.

Aquele ambiente que, no início dos anos 2000, apresentava-se quase que utopicamente como uma alternativa viável para levar o acesso ao conhecimento e

democratizar os meios formais de educação - inclusive nos cantos mais remotos de um país como o Brasil - vem sofrendo forte influência de empresas interessadas nos lucros associados à Educação e das instituições hegemônicas. Tanto o Estado quanto as empresas privadas vislumbram a utilização de dispositivos comunicacionais e informacionais no contato com a população em geral e em formação, visando não só uma diminuição de custos mas, oportunamente, a coleta de dados estratégicos frente às imposições trazidas pelo momento e pelos protocolos sanitários adotados.

Neste artigo, as experiências e reflexões apresentadas frente ao desafio de transferir o exercício de docência às plataformas virtual-digitais e a interação socioeducativa ao ciberespaço irão abordar não somente o Ensino Superior, mas também o Ensino Médio, considerando esse novo contexto fortemente influenciado e condicionado pela pandemia, com restrições às aulas presenciais e agravamento da crise econômica de desemprego e de precarização das relações de trabalho, inclusive do professor, que foi levado às teleaulas, muitas vezes, sem o preparo adequado.

No contato com estudantes que fazem parte das gerações nascidas após a virada do milênio - chamados de “nativos digitais”¹, consideramos estar lidando com adolescentes que chegaram a um mundo diferente daquele situado no pós-guerra fria do século passado, por serem posteriores à massificação das estruturas informacional-comunicacionais trazidas pela internet, pelas constelações de satélites em órbita e pela digitalização de grande parte das relações econômicas, culturais, políticas e sociais em que estão inseridos.

Dessa forma, levando em conta novas ferramentas disponíveis e diferentes modos de subjetivação delas provenientes, nosso objetivo é analisar algumas das relações que se dão nas teleaulas e algumas possibilidades do ensino-aprendizagem que ali ocorrem, refletindo sobre a atuação das redes informacionais e seus dispositivos no processo de educação e nas formas de interação entre os sujeitos envolvidos, inclusive a percepção de si, *do outro* e daquilo que está “externo” às redes informacionais.

¹ Para Prensky (2001), um dos primeiros autores a definir o fenômeno, os nativos digitais são pessoas nascidas num mundo pós guerra fria, onde a conectividade via internet está presente desde a infância nos processos de aprendizagem, pesquisa e interação social; dessa forma, as tecnologias digitais seriam uma forma de linguagem comum a esses usuários e usuárias acostumados a ter autonomia e velocidade na busca por informações a partir de dispositivos multimídia.

METODOLOGIA

A partir de experiências e reflexões que ocorrem a partir de autonarrativas criadas pelo professor, pretende-se investigar as mudanças trazidas pelo ensino online durante a pandemia nessas situações de teleaulas, levando em conta o diálogo com as teorias que embasam nosso percurso. A utilização de uma construção autonarrativa constitui a escolha metodológica pensada como a mais sensível à percepção frente ao que vem acontecendo nas interações pedagógicas, afetivas e socioeducacionais, não só durante a pandemia, mas constitutivas do momento contemporâneo, considerando que “encontramo-nos perante uma mutação cultural que, pouco a pouco, faz reaparecer os sujeitos face às estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivência face ao instituído” (NÓVOA, 1993, p. 18).

Trazendo algumas experiências como docente em turmas de Ensino Médio e Ensino Superior há quase uma década, o percurso metodológico aqui percorrido busca também ressignificar e possibilitar reflexões acerca de bases e referências bibliográficas, numa perspectiva investigativa e crítica, para melhor compreensão dos desdobramentos contemporâneos, considerando autores e autoras cuja pesquisa dedicou-se a temas como o meio técnico-científico-informacional, sociedades reticulares, a galáxia de internet, ciberespaço, exercício do poder e modos de subjetivação em sociedades disciplinares e de controle, relações entre ambientes virtuais, digitais e realidades simuladas ou representadas.

DESENVOLVIMENTO

Alô, bom dia, pessoal! Estão me ouvindo? Bom dia... Vamos começar a aula?

Bom dia! / Bom dia, prô! / Bom dia / Bom dia (vários, via chat, por escrito).

Vocês estão me ouvindo bem? A imagem aparece?

Sim! / Sim! / Ok / Tô / Sim, professor! (via chat, por escrito).

E como estamos? Tudo certo? Felizes? Animados pra mais um dia de aulas online?

Ah, mais ou menos, né. Fica travando, é ruim só ficar em casa, sem os amigos. (via microfone, por áudio)

Uau! Até me emocionei ouvindo outra voz! Dá pra ver pelo vídeo? (risos)

Kkkkkk / risos / ahuaehueauh / verdade / é msm (via chat, por escrito).

Por que vocês não gostam de falar na aula online? Na sala viviam querendo conversar, mas aqui ficam tão quietinhos...

Ah, professor, é muita gente / não tenho microfone / mais fácil escrever / você vai mandar os slides depois? / caí, professor, mas voltei! (via chat, por escrito).

Às vezes eu tenho a sensação de que vocês me deixam falando sozinho no escritório e vão pra cozinha fazer um lanche, ou pra sala assistir série, ou que estão debaixo das cobertas, dormindo (risos). Vejo nomes aqui na lista, mas vocês estão mesmo aí? Entendem que eu estou aqui?

A gente tá sim / td certo / é assim msm / é que a gente tá anotando / vdd kkkkkkk (via chat, por escrito).

Tudo bem, então, vou confiar! Bóra pra aula? Peguem aí seus cadernos, tentem deixar o celular de lado, a menos que esteja assistindo a aula por ele, e, caso haja dúvidas ou comentários, por favor, interajam.²

A inserção cada vez mais frequente dos processos de ensino-aprendizagem nas plataformas virtual-digitais, caracterizando o chamado “ensino híbrido” (presencial e online, a distância), bem como o contato cada vez mais precoce de crianças com aparelhos eletrônicos conectados à internet, indicam que a presença do ciberespaço na Educação e vice-versa é uma característica da era informacional e tecnológica (SANTOS, 2013) em que estamos imbricados.

Em recente entrevista, Manuel Castells (2014) defendeu que o papel da escola tem mudado desde nossa entrada na era da informação e nas sociedades em rede, ainda que em diferentes níveis de acesso e autonomia de utilização das ferramentas e recursos disponíveis na internet, ampliando-se a interação via redes sociais digitais, programas de busca e autoaprendizagem. Para o autor, a escola sempre teve como base a transmissão de valores dominantes da sociedade e a oferta de informações aos estudantes. Todavia, com a disponibilização das informações no ciberespaço, essa busca tem ocorrido, cada vez mais, externamente ao ambiente escolar, ressignificando a função da escola na formação de pessoas capazes de coletar informações de maneira coerente com seus projetos pessoais, assim como interpretá-las de forma coerente.

Tomando como referência o ensino da Geografia, partindo do percurso autonarrativo aqui descrito, torna-se fundamental chamar atenção para a maneira

² Ao longo deste artigo, algumas situações autonarrativas ficcionais serão trazidas, a fim de exemplificar experiências ocorridas em sala de aula, como justificativa e exemplificação das bases teórico-metodológicas escolhidas para guiar as reflexões e considerações propostas. Dessa forma, tomamos, alunos e professores, como personagens dessa realidade ficcionada.

como o ciberespaço se relaciona com o espaço geográfico externo a ele e a forma como a construção do conhecimento vem sendo afetada por essas relações mediadas pelas representações contidas no ciberespaço.

Por ser uma ciência analítica, descritiva, interpretativa e explicativa das dinâmicas do planeta Terra, a geografia tem se valido, ao longo de seu desenvolvimento epistemológico, de modelos esquemáticos, simplificações e representações de fenômenos geográficos para fins pedagógicos e didáticos que possibilitem compreender, de maneira mais “cartesiana e positivista”, e interpretar, de forma mais crítico-reflexiva, conjuntos temáticos que abrangem desde a gênese geológica do planeta, clima, relevo, hidrografia e vegetação, até intrincados processos políticos, sociais e econômicos que emanam das disputas por poder entre instituições hegemônicas e resistências populares em diferentes contextos espaço-temporais. Sobre esse tema, Milton Santos nos ensina que:

[p]ara ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de como a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro. (SANTOS, 2013, p. 115).

Por conta disso, o ensino da geografia, com frequência, se vale de instrumentos representativos como mapas, tabelas, gráficos, imagens e exemplos localizados em narrativas que ilustram, modelizam e simulam didaticamente as dinâmicas da história evolutiva do planeta Terra e da sociedade humana.

Sair da sala de aula para localizar os pontos cardeais; observar a inclinação do sol ao meio-dia no inverno ou no verão; buscar exemplos de diferentes tipos de nuvens no céu ou a vegetação nos arredores do colégio; sair a campo para conhecer o centro histórico de São Paulo e as alterações urbanísticas, bem como os contrastes sociais e as dinâmicas urbanas em pleno acontecimento, são todos exemplos de como as *representações* geográficas fazem parte do processo de ensino-aprendizagem apoiado pela percepção, interpretação e significação dos espaços em que se está inserido. A *representação*, nesse sentido, não pretende abarcar toda a complexidade de um sistema-mundo em constante transformação, mas serve como referência e modelo de uma realidade intrincada que possibilita estabelecer análises comparativas flexíveis e adaptáveis a outros exemplos e situações.

Nessa mesma abordagem metodológica, os mapas, como representações

cartográficas, se propõem a selecionar, destacar e modelizar elementos e componentes da(s) realidade(s) que se pretende estudar, a partir de diferentes perspectivas e com diferentes finalidades, ou seja, a partir de diferentes recortes temáticos, sem a pretensão de *simular* a realidade, mas compreendê-la a partir das relações construídas entre símbolos, significados, significantes e contextos.

Os limites, portanto, entre os exemplos e representações da realidade e da realidade em si, complexa e em permanente transformação, se estabelecem tanto pela diferenciação perceptiva quando se observa um mapa e, depois, uma foto daquilo que foi mapeado, quanto pela compreensão de que as dinâmicas de erosão e sedimentação do Rio Nilo, por exemplo, não são idênticas às do Rio Paraná, embora haja elementos em comum que permitem criar modelos esquemáticos explicando conceitos como nascente, leito, várzea e foz em um mapa.

Todavia, quando se extrapola a visão geográfica mais tradicional sobre a construção, representação e compressão do espaço geográfico e passam a ser consideradas as formas mais subjetivas de como cada estudante, enquanto sujeito, percebe a si mesmo e os espaços em que está inserido, ficam nítidas as limitações trazidas pelos modelos esquemáticos e simplificações didáticas, assim como da tentativa de generalizar, padronizar ou mesmo de determinar cartesiana e positivamente o que seria a “realidade”.

Nesse ponto, levando em consideração os significativos avanços tecnológicos na manipulação e edição gráfica trazidos por softwares extremamente eficientes na produção de imagens “realistas”, é necessário discutir de que maneira as percepções sobre o espaço e as relações sociais podem ser afetadas pela intermediação do ciberespaço nas interações escolares e no processo de ensino-aprendizagem. Com a interface cada vez mais frequente entre estudantes e simulações dos ambientes virtual-digitais, Lucia Santaella (2007) questiona:

Por que os celulares fascinam cada vez mais seus usuários? Porque para eles convergem jogos, vídeos, fotos, música, textos e, ao mesmo tempo, manter uma comunicação ubíqua com seus contatos via msm, mms e chamadas. Não são mais simplesmente dispositivos que permitem a comunicação oral, mas sim um sistema de comunicação multimodal, multimídia e portátil, um sistema de comunicação ubíqua para leitores ubíquos, leitores para os quais não há tempo nem espaço para a reflexão (...) A aprendizagem ubíqua, espontânea, contingente, caótica e fragmentária é tão inadvertida e não deliberada que prescinde da equação ensino-aprendizagem – o que emerge é um novo processo de aprendizagem sem ensino.

Assim, a tela do computador ou do celular passa a ser a janela por onde se observa não só mapas, gráficos, tabelas e imagens representativas de rios, florestas, montanhas, fábricas, cidades etc., mas, também, algo que representa percursos espaço-temporais virtual-digitalmente superados pela estrutura de simulações do ciberespaço, criando algo que não necessariamente encontra correspondência ou análogo externo às plataformas de simulação, ou seja, os *simulacros* (BAUDRILLARD, 1992).

Nada do que se observa é “real”, mas, sim, uma representação da realidade que está além da tela, externa ao ciberespaço, ainda que conectada, mediada e completamente influenciada por ele, uma vez que, apesar de haver nada além de pixels luminosos, linguagens e ondas sonoras deslocando-se, recodificando-se entre cabos, satélites e antenas, a interação, marcada pelos diálogos, pela linguagem corporal, pelas perguntas e respostas, é, indubitavelmente, produtor de realidades.

E aí, moçada, dúvidas? Ficou tudo claro? Por favor, me avisem se ficou algo a ser reforçado, ou se vocês querem acrescentar alguma observação, algum comentário. É só ligar o microfone! Ou pode por no chat.

Sim / sim / td certo / tranquilo / ok (via chat, por escrito).

Semana que vem tem prova e eu realmente preciso saber se vocês entenderam tudo certinho. As correlações, os exemplos, as dinâmicas. Nenhuma dúvida? (pausa silenciosa, sem interação no chat) Poxa, pessoal, ninguém tem nem um comentário pelo menos a fazer sobre o assunto? Acharam interessante, pelo menos?

Sim / sim / é bem legal / ah, é de boa / sim, legal / sim (via chat, por escrito). Também tô cansado dessas aulas assim, gente. Vocês me veem, mas eu não vejo vocês. Não consigo nem ver se alguém tá com cara de dúvida, ou com cara de inspiração quando falei alguma coisa. A aula é online, ao vivo, pra rolar uma interação, sabe? Seria muito legal e muito mais proveitoso se vocês aproveitassem essa abertura, sabe? é só ir no google kkkkkkkk / mas a aula fica gravada. A gente recebe o link depois e dá pra assistir a aula de novo ou em outro horário / é, com os slides e a aula gravada dá pra ter aula quando a gente quiser. Acho isso melhor que a aula na escola / deixa assim prô! tô com saudades de vocês, pelo menos dá pra conversar um pouco / mas no youtube tb dá pra deixar pergunta e depois alguém vai e responde (via chat, por escrito). Mas, pessoal, pensa só: a aula não pode ser como uma série do Netflix, só pra assistir como espectador, pra passar o tempo... o processo de construção de conhecimento requer uma troca, né, de saberes, de percepções, de interação. Por isso as aulas são ao vivo: para simular, em ambiente digital, as aulas presenciais. Como se nós realmente estivéssemos juntos tendo aula. Prô, é aula digital ou virtual? / é, eu tb tava com essa dúvida. Não é sempre online e virtual? / digital depende se o computador é HD, né? (via chat, por escrito).

utilizados por diferentes áreas do conhecimento, como “real”, “virtual”, “digital”, “representação”, “simulação” e “simulacro”, escolhemos um caminho teórico que permite significar esses termos na relação com o ensino mediado pelo ciberespaço e os vazios ou presenças nas interações nele e por ele (re)produzidas.

Para Baudrillard (1992, p. 26),

[a] simulação é caracterizada pela precessão do modelo, de todos modelos ao redor do mero fato – o modelo vem primeiro e a circulação orbital constitui o genuíno campo magnético dos eventos. Os fatos não têm mais uma trajetória própria, nascem da intersecção de modelos ao mesmo tempo. Esta antecipação, esta precessão, este curto-circuito, esta confusão do fato com o seu modelo, é sempre ela que dá lugar a todas as interpretações possíveis, mesmo as mais contraditórias – todas verdadeiras, no sentido em que a sua verdade é a de se trocarem, à semelhança dos modelos dos quais procedem, num ciclo generalizado.

Utilizar formas representativas da realidade, como os mapas, ou modelizações, em gráficos e tabelas, por exemplo, não é novidade. Mesmo na tradição histórica da expressão humana através das artes, desde as pinturas rupestres à busca pela suposta perfeição artística do renascentismo, as tentativas de simular a realidade “observável”, representando-a de forma gráfica, simbólica, codificada, podem ser consideradas como formas de expressar a percepção subjetiva daquilo que as pessoas veem, compreendem e significam por meio desses recortes espaço-temporais em suas vivências.

Aqui cabe uma reflexão acerca daquilo que pode ser compreendido como “real” e como “virtual”. Por conta do caráter científico-cartesiano e das notáveis influências iluministas e positivistas nas ciências desde o século XVIII, que introduziram uma episteme utilitária, empírica e racional na relação entre os saberes e a sociedade, pressupõe-se uma conexão entre aquilo que é ensinado nas instituições escolares e o “mundo real”, tangível, palpável, fisicamente habitável.

Ou seja, as concepções acerca da construção histórica da sociedade e o funcionamento das chamadas ciências da natureza, das ciências exatas e das ciências humanas estão apoiadas em fatos científicos que, por sua vez, estão embasados em hipóteses experimentadas, evidências físicas e materiais, observáveis, ou, ao menos, modelos que explicam, ainda que parcialmente, o funcionamento daquilo que observamos e da forma como compreendemos.

Mesmo as teorias como a do big-bang, da deriva continental, do heliocentrismo, da evolução das espécies e das dinâmicas quânticas da física são

consideradas “científicas” pela teórica compatibilidade com os acontecimentos e dinâmicas de funcionamento do “mundo real”, embora partam de simulações de condições que não correspondem exatamente ao universo observável, ou seja, às dimensões em que a vida humana se corporifica, já que são conjugadas em diferentes escalas temporais, matemáticas, ou em condições simplificadas de ocorrência.

Ao propor a forma física de um átomo, sabemos que a figura utilizada não se trata apenas da ampliação de um átomo em si, mas um modelo esquemático que representa as dinâmicas de cargas elétricas que possibilitam compreender a interação da matéria em escala atômica. Da mesma forma, ao analisar um mapa mostrando a Pangeia, há centenas de milhões de anos no passado, é notável que aquilo não é o planeta Terra, mas uma representação do arranjo geológico que o planeta pode ter tido muito antes de os seres humanos existirem. O mesmo acontece para cálculos químicos e físicos, considerando “condições normais de pressão e temperatura” dos gases, ou “desconsiderando a resistência do ar”, ou mesmo nos cálculos matemáticos apoiados em convenções, postulados e teoremas que admitem uma simplificação do funcionamento da “realidade” para que, a partir de representações (modelizações e simplificações), seja mais didática e objetiva sua compreensão.

Quando passamos a conjugar a “realidade”, tal como é compreendida pela ciência tradicionalmente, ou seja, os recortes daquilo que existe fisicamente, materialmente, na natureza, surge a noção das virtualidades. Diferentemente do real, a partir da perspectiva aqui proposta, o virtual é muito mais flexível e, de certa forma, volátil, já que permite interpretar e simular situações e circunstâncias que não necessariamente se materializam a partir da ordem dos acontecimentos históricos e científicos baseados em evidências.

É justamente pela enorme lacuna deixada pela noção científica de “realidade”, através do fato científico aparentemente inquestionável e comprovado, e a fragilidade em assumir acontecimentos e interações construídas a partir de representações, simplificações e simulações, que a discussão entre o que é real e o que é virtual se torna tão complexa e aberta a muitas interpretações, sobretudo quando consideramos a Educação e os processos de ensino-aprendizagem.

Interpretando Baudrillard (1991), poderíamos compreender que o simulacro configura-se como aquilo que, produzido virtualmente, a partir da manipulação gráfica das plataformas digitais, por exemplo, produz uma realidade virtual sem que haja correspondência ou manifestação dessa realidade externamente ao ciberespaço,

produzindo um fenômeno diferente de uma simples representação da realidade calcada em fatos científicos e acontecimentos históricos.

Em outras palavras, uma projeção cartográfica, por exemplo, seria considerada uma representação do planeta Terra real, ou seja, o que se observa num mapa é a modelização da realidade. Ao tematizar essa representação, separando relevo, hidrografia, geologia, limites políticos etc., a representação passa a criar arranjos que, apesar de se materializarem no planeta Terra em si, não se materializam exatamente como no mapa (com linhas, cores, hachuras, distorções territoriais), criando, assim, versões virtuais do globo terrestre para fins didáticos. A virtualidade, nesse exemplo, permite simular circunstâncias externas ao recorte tempo-espacial em que se está inserido presencialmente, criando representações do planeta em eras geológicas passadas ou futuras, removendo, incluindo e destacando elementos geográficos nos mapas, de acordo com sua finalidade.

Com o avanço das tecnologias de edição e manipulação gráfica, características da era das informações e do meio técnico-científico-informacional³ (SANTOS, 2013), o desenvolvimento da informática vem possibilitando um profundo alargamento de interfaces digitais nos ambientes de Educação. Aqui compreendemos, portanto, o termo “digital” associado às plataformas criadas e existentes a partir da interação com dispositivos eletrônicos por onde fluxos informacionais, em linguagem binária oriunda de bits e bytes, convertem-se em pixels luminosos, caracteres alfanuméricos, textos, imagens, sons etc., simulando tanto aquilo que existe externamente aos computadores, smartphones e internet (representando o que poderia ser entendido como real), quanto aquilo que só existe graças à flexibilidade do ambiente digital (materializando, digitalmente, o que poderia ser entendido como virtual).

Embora, como dissemos anteriormente, antes da pandemia as plataformas já oferecessem uma série de recursos para o desenvolvimento de aulas e atividades acadêmicas (acessando imagens via satélite, simulando experimentos em laboratórios virtuais, bibliotecas com conteúdos online, interagindo remotamente com pessoas em

³ Para Milton Santos (2013), o meio técnico-científico-informacional consolida-se a partir dos anos 1970, como consequência dos avanços científicos e tecnológicos e da importância das informações no contexto da guerra fria, materializando, nas relações sociais, políticas e econômicas globalizadas, o domínio das instituições hegemônicas a partir do aperfeiçoamento e domínio das técnicas, do conhecimento e dos avanços produzidos pela ciência e da centralidade dos fluxos informacionais, nas relações de poder em escalas tanto locais quanto globais.

diferentes lugares em grupos de debates e estudos, por exemplo), a necessidade de transportar as atividades presenciais para o ciberespaço fez com que, talvez de forma inédita, a experiência das aulas online rompesse a barreira das simulações e representações para tornar-se um simulacro verossímil da realidade, em que poderes e hierarquias também se estabelecessem por meio da relação entre alunos e professores e alunos e outros alunos.

Uma vez notada a profunda conexão entre o ambiente digital e a virtualidade (daí o termo composto virtual-digital), partimos do pressuposto de que as simulações e representações não são utilizadas sob pretexto de apresentar-se como realidade, mas como modelização didático-pedagógica daquilo que se pretende estudar, analisar, compreender – tal como é o mapa ou o globo terrestre, por exemplo.

Os simulacros, diferentemente, criam o que poderíamos chamar de realidades virtuais, ou seja, simulações fictícias que não encontram correspondência fora de si mesmas, na “realidade”, e que, por isso, não se sustentam a partir de fatos históricos, evidências científicas ou mesmo em uma versão material-concreta do que simulam, mas apenas pelos efeitos que produzem ao serem percebidas e significadas por aqueles que com elas interagem. É verdade que as narrativas fictícias não são inéditas e fazem parte da história civilizatória da humanidade, na forma de lendas, mitos, alegorias e na própria manifestação artístico-cultural de obras literárias, televisivas, radiofônicas, cinematográficas. Mas a grande diferença é que o ciberespaço, pela natureza cada vez mais híbrida entre realidade e virtualidade nos ambientes digitais, pode romper com os limites entre simulações e simulacros, produzindo, assim, não só as realidades virtuais, mas, também, as virtualidades reais (CASTELLS, 2008). Inversamente às projeções e representações da realidade, que se tornam virtuais quando se manifestam nas plataformas digitais, esses simulacros produzem “realidades” a partir das manifestações digitais das virtualidades que habitam o ciberespaço.

A lógica interativa de acessar a internet, navegando pelos espaços virtuais do ambiente digital e fazendo escolhas e percursos supostamente livres, passou a se integrar à estrutura tradicionalmente organizada das salas de aula (e vice-versa), transportando a experiência presencial para o ambiente virtual-digital, hibridizando a presença físico-corpórea de docentes e estudantes com as possibilidades de representação, simulação e simulacro das redes virtual-digitais.

Há, nessa hibridização das espacialidades e presenças interativas das

teleaulas, pelo menos dois lados: um que tende à inclusão e a ampliação do acesso à informação a pessoas que, fisicamente, estariam impedidas de participar das aulas presenciais; e outro, que tende à impessoalização e automatização dos processos de ensino-aprendizagem, aprofundando mecanismos de coleta de dados, controle, vigilância e padronização das formas de interação socioeducativa.

Dessa forma, podemos ver em uso tanto dispositivos mais tradicionais de poder, como os disciplinares, uma vez que há uma hierarquização nas relações de poder-saber na sala de aula virtual, como ocorre no ambiente presencial, quanto formas de poder que remetem a sociedades rizomáticas, em que as tecnologias digitais auxiliam na coleta de informação sobre os alunos, seu acesso, seu tipo de interação, caracterizando mecanismos típicos de uma sociedade de controle (DELEUZE, 1992).

“Bom dia, pessoal! E aí, tudo certo? Como vocês estão? E as aulas, hein? Rendendo?”

Bom dia / bom dia / oi! / td bem / td certo / bom dia (via chat, por escrito)

Nada bom, professor, não aguento mais. (via microfone, por áudio) Tá horrível! Não parece aula. Parece que não tô aprendendo nada.

Nossa, mas vamos pensar em como resolver isso! As explicações não estão claras? Os slides estão ruins?

Ah, não é isso. As aulas são boas, mas não é na escola. Em casa não dá pra prestar atenção. E não dá pra perguntar, não dá pra conversar... é estranho, eu não gosto (via microfone, por áudio).

Podemos usar os horários do plantão para sanar dúvidas, ou se tiverem outras ideias...

Assim tá bom, professor / é, é bem melhor. Nem precisa sair de casa / e fica gravado, dá pra ver a hora que quiser a aula depois / Também tô achando horrível... fica travando, caindo / tô com saudades / quero voltar logo! (via chat, por escrito).

A partir de algumas tendências que pudemos perceber, notamos que estudantes de ensino superior, muitas vezes, precisam trabalhar para sustentar a si e a seu grupo familiar e, por conta da precarização dos direitos e garantias trabalhistas, estão sendo forçados a estender a jornada de trabalho - que nem sempre acompanha salários melhores -, enfrentar contratos abusivos e o medo do desemprego, ficando com cada vez menos tempo para assistir a aulas presenciais, com horários fixos. No modelo online, portanto, podem assistir as aulas em períodos que se encaixam em

sua rotina e economizam tempo e dinheiro, ao não ter que se deslocar fisicamente até a instituição de ensino.

Em relação a estudantes mulheres - também no ensino superior - que assumem, de forma espontânea ou não, a função de cuidadoras em seus lares, essas têm maior facilidade em conciliar as aulas online com outras atividades que exigem sua presença em casa.

Pessoas com mobilidade reduzida, deficiência de locomoção, com necessidades especiais ou que possuem restrições (hipossuficiência financeira, ausência de transporte coletivo, lugares muito afastados) em relação ao deslocamento físico até as instituições para assistirem as aulas presenciais, também se sentem privilegiadas. E há, ainda, quem se sinta protegido e acolhido em seu lar na possibilidade de não se expor a uma sociedade onde manifestações de intolerância, ódio e preconceito fazem parte das rotinas escolares, envolvendo a naturalização do bullying e a perseguição de pessoas que fazem parte de grupos minoritários e socialmente marginalizados.

Os dois últimos exemplos são perceptíveis tanto no ensino médio quanto superior. Por outro lado, por mais que toda essa “flexibilidade” e “personalização” das teleaulas propiciem, em algum momento, a presença integral do sujeito, essa pode ser substituída pelo nome que consta numa lista de participantes online, cada vez mais numerosa, ou pela voz que fala constantemente sobreposta a uma tela onde surgem, quase fantasmagoricamente, tópicos, imagens, números e formas.

Por conta disso, as reclamações são muitas quanto à falta de contato, de afeto, de presença e do convívio diário, incluindo até mesmo tensões e momentos de desentendimento e reconciliação entre estudantes, reforçando a ideia de que o ambiente escolar é fértil não só para a produção do conhecimento a partir da abordagem teórico-expositiva de conteúdos durante as aulas, mas principalmente nas interações sociais entre as pessoas, no exercício de observação, nas exemplificações e na prática social da existência coletiva.

Oportuno destacar que instituições privadas de ensino mais voltadas ao ensino como mercadoria têm descoberto as possibilidades de reduzir drasticamente seus gastos com eletricidade, internet, mobiliário, aquisição e manutenção de equipamentos, profissionais da limpeza, secretaria, segurança, terceirizando tarefas às equipes pedagógicas, principalmente aos docentes, sob discurso de que a comodidade, conforto ou praticidade do *home office* seriam compensações vantajosas

a todos os riscos, processos, adequações e horas adicionais não remuneradas de cursos, treinamentos, aprimoramentos, planejamento, serviços e materiais que professores e professoras estão tendo de assumir.

É importante ressaltar, ainda, que o registro do percurso autonarrativo deste artigo restringe-se ao universo socioeconômico de pessoas de classe média e média-alta que, mesmo com as perturbações trazidas pela crise econômica, política e sanitária que vem se aprofundando no país, possuem condições, mesmo que modestas, de conectar-se à internet através de um notebook ou smartphone.

Imprescindível também pontuar que, se fôssemos considerar a grande parte da população brasileira que vive em condições precárias de moradia, marginalizada e com direitos sociais básicos violados (como acesso à habitação digna, remuneração justa e educação pública de qualidade), somando mais de 5 milhões de lares em favelas e 13 milhões de pessoas vivendo em moradias precárias (IBGE, 2020), a realidade das teleaulas não somente mostra-se intangível, como expõe as profundas desigualdades socioeconômicas no Brasil e a abordagem classista e elitizada conduzida pelo Estado e pelas grandes corporações da Educação frente à pandemia.

Retratando as novas formas de relacionamento que o ambiente das aulas virtual-digitais online sugerem, percebe-se que, externamente às telas, a pessoa identificada pelo e-mail, nome ou RA presente na teleaula, pode estar atenta, fazendo anotações, pesquisas complementares, ou mergulhada em outros labirintos do ciberespaço – no celular, trafegando pelas redes sociais, assistindo a um seriado, comentando sobre a aula num grupo de mensagens instantâneas. Essa articulação rizomática configura um sujeito que também funciona em rede com o outro, seja ele um sujeito ou um computador. A máquina assume sua parte nos agenciamentos subjetivos.

E, da mesma forma que estudantes se reduzem a elementos figurativos, objetificados, para a produção de planilhas de frequência e atribuição de notas posteriormente, professores e professoras se transformam em personagens de um simulacro que, paralelamente aos outros afazeres que dizem respeito aos estudantes, gera compromissos e obrigações burocráticas, controlando e sendo controlados por processos burocráticos submetidos à ordem disciplinar que continua vigente a partir das instituições de ensino.

Em meio a tarefas e avaliações atribuídas, links postados nos murais, formulários preenchidos e aulas compartilhadas, a ação invisível de algoritmos

coletando e analisando informações permite perceber padrões e tendências, criando novos protocolos de interação e simulando, virtualmente, até mesmo a interação humana via inteligência artificial – exemplo marcante da virtualidade real dos simulacros. Em algum momento, seremos substituídos por softwares automatizados sem que nossos interlocutores sequer percebam nossa ausência?

E aí, pessoal, vocês estão comigo? Tem alguém aí?

Opa! / Sim! / sim / tô aqui, prô! / mais ou menos, né (por escrito, via chat).

Como assim “mais ou menos”?

É que a gente tá e não tá! Kkkkkk Às vezes cai, às vezes trava. Às vezes a gente tá fazendo outras coisas ao mesmo tempo. (por escrito, via chat).

Mas e aí, quando trava? E que outras coisas são essas? Na sala de aula ainda dava pra pegar no pé pra vocês prestarem atenção, mas por aqui parece que a responsabilidade é toda de vocês, né?

É bem por aí, professor! Mas depois dá pra voltar a aula, fica a gravação. Ou a gente dá uma pesquisada no tema e vai seguindo. (por escrito, via chat).

Entendi... tem tanta gente na lista de chamada e, às vezes, me sinto aqui totalmente avulso conversando sozinho com uma câmera e uma tela! (risos)

Sim! Parece que a gente tá e não tá. E não sei se mesmo depois da pandemia isso vai melhorar. A empresa onde trabalho já falou que vai manter homeoffice pra maioria dos setores. (por escrito, via chat).

Se a ubiquidade das e nas redes digitais permite estar presente em lugares e reunir pessoas geográfico-fisicamente distantes (SANTAELLA, 2007), popularizando e facilitando o acesso a conteúdos educativos, parece estar aumentando, por outro lado, o distanciamento entre o sujeito e o outro (aquele que lhe fala e aquele que o escuta), assim como o senso de pertencimento do indivíduo nos espaços físico-presenciais em que habita, produzindo mudanças na forma como compreende a si e a sociedade em que se insere espacial e temporalmente.

Ao desterritorializar o escritório ou a sala, transformando-os, ao mesmo tempo, em sala de aula e ambiente de trabalho ou de lazer e, ainda, centro de controle, monitoramento e vigilância de cibernautas interconectados pelos sistemas online, sem que precisem sair fisicamente do mesmo cômodo, poderia esse lugar trazido pelas teleaulas ser considerado uma *heterotopia*, como aludiu Foucault (2013) em “O corpo utópico; as heterotopias”? Ou, ainda, a materialização da *virtualidade real* - como se

refere Castells (2008) a essa dimensão que parece ter atingido tanto as simulações quanto os simulacros virtual-digitais e que reterritorializa as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, a partir de dispositivos materiais e imateriais conectados à rede - configuraria esse lugar virtual-digital de passagem, ausência e presença?

Uma das reflexões trazidas aqui é sobre até que ponto é possível - especialmente a estudantes adolescentes e jovens - diferenciar as relações sociais, afetivas e interativas que estabelecem com outras pessoas, virtualmente representadas, mas fisicamente corporificadas, fora do ciberespaço e com elementos presentes apenas nos simulacros, como personagens de séries, avatares de jogos virtuais ou presenças artificiais emuladas por algoritmos e softwares inteligentes.

E, além: poderia essa impessoalização e generalização do outro, objetificado e codificado pelas representações virtual-digitais, tornar ainda mais dramática a falta de empatia e alteridade entre as pessoas? Para a estrutura produtiva vigente, sob controle hegemônico de um capitalismo informacional globalizado, seria uma forma extremamente eficaz de fragilizar a solidariedade entre as pessoas. Ao mesmo tempo, o ciberespaço, atuando como dispositivo de controle e vigilância, poderia sustentar a falsa ilusão das escolhas na navegação pelos espaços digitais, aprofundando a massificação tanto da produção quanto do consumo e a padronização de comportamentos.

Qual será o papel dos lugares contidos no ciberespaço e dos lugares externos a essa dimensão virtual-digital quando a pandemia trazida pelo COVID-19 for finalmente controlada? Da mesma forma que as relações sociais presenciais foram transformadas em simulações, assumirão formas externamente ao ciberespaço os simulacros que, cada vez mais, agem como dispositivos produtores, articuladores e mediadores das relações virtual-digitais? A força das narrativas alicerçadas em revisionismo histórico, negacionismo científico, tabus e obscurantismo, muitas vezes associadas a notícias e dados falsos ou a pós-verdade, são preocupantes indicativos dessa possibilidade.

Estaremos, de fato, cada vez mais livres e dotados de autonomia ao assumir a volatilidade dos espaços virtual-digitais, ubíquos e rizomáticos? Será esse o caminho para a superação das estruturas hegemônicas e da opressão historicamente construída a partir de uma lógica imperialista, materialista e de dominação através da força bélica? Ou estaremos apenas direcionando desejos e frustrações, expectativas

e conflitos, relações e interações aos heterotópicos simulacros que trazem rotas de fuga, frente aos imperativos externos ao ciberespaço?

A que servirá a Educação se, na simulada ausência dos conflitos, problemas e contradições do mundo real, formos socialmente transportados à galáxia da internet, onde até mesmo a Terra plana e sem gravidade pode existir virtualmente, enquanto, imersos em suas realidades virtuais particulares, as macroestruturas de poder continuam a comandar as dinâmicas produtivas dos acontecimentos do mundo real? Nessas dinâmicas - onde persistem a fome, a guerra, a violência, a exploração, a poluição, o desmatamento, a injustiça social, a desigualdade econômica - pessoas invisibilizadas e objetificadas são reduzidas a elementos figurativos nas simulações virtual-digitais e continuam existindo (e resistindo) externamente ao ciberespaço.

Na imersão em simulações e simulacros, caminhos de emancipação a partir da percepção de si e do outro de forma crítica e solidária são possíveis? O saber-fazer, de forma tecnicista e produtivista, a partir de processos autômatos sustentados pela alusão à autonomia exaltada pelo neoliberalismo, ocultando dispositivos de controle e vigilância, através da propaganda da liberdade e da personalização, irá finalmente suplantar a natureza crítico-reflexiva, analítica e investigativa dos processos de ensino-aprendizagem baseados nas discussões, nos conflitos, nas contradições?

Essa “nova normalidade” dos processos escolares e suas suas aplicações na vida adulta, sobretudo no exercício profissional, poderia, conforme compreendemos, criar caminhos para emancipação do acesso à informação e construção do conhecimento. Todavia, sem o exercício do senso crítico e do diálogo característico da produção de conhecimentos provindos da interação socioeducacional, tende a aprofundar a persistência do comportamento disciplinar obediente, do trabalho compulsório, ainda que vendido como livre, represando o intelecto, as inquietações, a criatividade, a rebeldia, no entretenimento e no sensacionalismo que também coabitam as redes informacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 11º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, M. Manuel Castells explica a obsolescência da educação

contemporânea. Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/noticias/manuel-castells-explica-a-obsolencia-da-educacao-contemporanea-1427125019>>, 2014. Acesso em: 21 set. 2020.

DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico; as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Aglomerados Subnormais - resultados preliminares. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>>, 2020. Acesso em: 26 set. 2020.

NÓVOA, A. (org.) **Vidas de professores**. Porto, Porto Editora, 1993.

PRINSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants. Disponível em <<https://marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>, 2001. Acesso em: 30 set. 2020.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo). Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020, 10. ed. Disponível em <<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>>, 2020. Acesso em: 18 set. 2020.

SOBRE OS AUTORES:

Luis Felipe Catusso Valle é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Comunicação e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; graduado em Geografia pela UNICAMP, especializado em Docência no Ensino Superior, professor do Centro Universitário de Jaguariúna-SP. E-mail: prof.luisvalle@gmail.com .

Eliane Righi de Andrade é doutorada e pós-doutorada em Linguística Aplicada pela Universidade de Campinas, é professora na Graduação (Letras) e pesquisadora no Mestrado interdisciplinar *stricto sensu* Linguagens, Mídia e Arte, da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas, onde desenvolve estudos nas temáticas de discurso, subjetividade, identidade, memória e mídia. E-mail: eliane.righi@puc-campinas.edu.br

A UTILIZAÇÃO DE MÔNADAS NO BRASIL

The use of monads in Brazil

COSTA, Daniela

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

SILVA, Carla Melo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

MERTINS, Simone

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

COSTA, Carolina Souza

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

RAMOS, Maurivan Güntzel

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

AMARAL-ROSA, Marcelo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Resumo: O objetivo foi analisar o termo Mônada em publicações acadêmicas no Brasil, compreendendo seu modo de utilização. O método empregado foi uma varredura heurística exploratória no portal de Periódicos Capes. Foi realizada em dois momentos: i) varredura do termo Mônada (com variações e aproximações); e ii) análise do uso do termo. A análise contou com 30 publicações. Emergiram cinco categorias. A principal conclusão é que o conceito não é utilizado de modo claro, o que contribui para a perpetuação da nebulosidade com relação ao termo Mônada.

Palavras-chave: Mônadas; Varredura heurística; Portal Periódicos Capes.

Abstract: The objective was to analyze the term Monad in academic publications in Brazil, including its mode of use. The method employed was an exploratory heuristic scan on the portal of Capes Periodicals. It was performed in two moments: i) Monad term scan (with variations and approximations), and ii) analysis of the use of the term. The analysis featured 30 publications. Five categories emerged. The main conclusion is that the concept is not used clearly, which contributes to the perpetuation of cloudiness with respect to the term Monad.

Key-words: Monads, Heuristic scan, Periodic Portal Capes.

INTRODUÇÃO

Levantamentos de informações em bases de dados para fins técnico-científicos, é uma ação executada com frequência na área da pesquisa, uma vez que serve para que se saiba o que a humanidade está desenvolvendo em termos de conhecimento científico. Assim, é de suma importância estabelecer estratégias que identifiquem os principais trabalhos em meio a gama de possibilidades ofertadas pelo

acesso tecnológico que permeiam a produção científica mundial (NETTO & LAURINDO, 2015).

De tal forma, o uso de um procedimento metodológico para o levantamento e avaliação frente a um conceito/tema específico por meio de um estudo bibliométrico pode ajudar a entender como ele se apresenta até o momento para a comunidade acadêmica (Ibid.). A varredura heurística é uma forma de realizar levantamentos, podendo ser definida de inúmeras maneiras. Apresentada desde enquanto pesquisa de fontes e documentos até à investigação de problemas. Entretanto, a varredura heurística é comumente utilizada na área da informática para investigações progressivas de um dado problema (ROSA & VERAS, 2013).

Esta investigação assume-se como uma varredura heurística exploratória, a qual permite uma pesquisa em determinadas fontes com vistas ao levantamento de dados bibliográficos (NETTO & LAURINDO, op. cit.). Esse levantamento pode ser classificado em três fases: i) identificação da base de dados; ii) leitura e mapeamento das publicações; e iii) desenvolvimento da escrita (AQUINO, PEGLIARUSSI & BITTI, 2008). Nesse contexto, primeiro define-se a base de dados a ser investigada, bem como os termos-chave e os critérios de inclusão e exclusão. Posteriormente, realiza-se a leitura, mapeamento e classificação dos dados bibliográficos identificados na busca. Por fim, desenvolve-se a escrita dos resultados.

Assim sendo, adotou-se a varredura heurística em uma plataforma de periódicos oficial e amplamente utilizada no Brasil para buscar compreensões e aprofundamentos teóricos sobre o assunto de Mônadas. O assunto escolhido tem sua origem em dois autores: Walter Benjamin (1987) e Gottfried Wilhelm Leibniz (2009). Ambos apresentam as suas concepções sobre Mônadas. O primeiro na vertente narrativa e o segundo de base filosófica, caracterizado mais direcionado a vertente analítica e conceitual.

De forma sucinta, convém uma breve diferenciação entre ambas as vertentes. Na dimensão narrativa, é notório a importância do contexto para se compreender e identificar as Mônadas. Já na dimensão analítica a identificação é mais específica e literal, na qual cada ideia do discurso é importante. Entretanto, é comum encontrar trabalhos que relacionam as duas perspectivas sem considerar as particularidades na identificação de Mônadas.

Diante disso, declara-se a relevância e o ineditismo deste trabalho. A primeira, decorre que o termo Mônada ser utilizado de forma incipiente nas pesquisas das áreas

do Ensino e Educação enquanto método; e além disso, percebe-se nas utilizações do termo uma repetibilidade de *modus operandi* sem avanço crítico, o que causa confusões tanto teóricas quanto metodológicas. Assim, debruçar-se sobre como o termo está sendo utilizado no Brasil é importante para a pesquisa na área de ciências humanas em geral.

É no sentido de buscar compreensões de fundo acerca da empregabilidade do conceito e da adoção de critérios na identificação de Mônadas que se faz necessário analisar os trabalhos disponíveis na literatura. Com isso, elaborou-se a seguinte questão norteadora: *Como o termo Mônada vem sendo utilizado em revistas acadêmicas no Brasil?* Portanto, o objetivo foi analisar o termo Mônada em publicações acadêmicas no Portal de Periódicos da Capes no Brasil, compreendendo seu modo de utilização.

No que tange a estrutura, esse trabalho apresenta quatro seções, a contar com esta. O corpo do texto é composto por outras duas seções, a saber: i) procedimentos metodológicos, na qual, apresentam-se as posturas e estratégias adotadas; e ii) resultados e Discussões, em que o ponto central são os dados levantados por meio da varredura na plataforma-alvo. Por fim, nas conclusões, expõe-se os principais aspectos frente a temática no que tange a disponibilidade de trabalhos e a forma como o termo em questão é apresentado à comunidade acadêmica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao escrever, deixa-se impresso um saber, uma compreensão necessária como uma forma de propagar o conhecimento. A análise das Mônadas urgia de um clarear, assim, damos-nos o direito de considerar, pois os trabalhos anteriores cuja análise por Mônadas não explicavam, como essa era identificada. Embora tenha-se ciência de que a análise de narrativas não deva ser explicada em minúcias rígidas, entende-se que para a pesquisa qualitativa é importante que o pesquisador explique aos leitores como se deu a estrutura analítica do processo para que ela seja compreendida e validada.

Ao tratar de Mônada, a primeira pergunta que surge é: o que é uma Mônada? Para explicar, mesmo que de forma pontual o que é uma Mônada, faz-se preciso remeter a sua origem. A palavra Mônada surgiu entre os filósofos neoplatônicos que definiam como um estado de uno, uma unidade. Essa, ao mesmo tempo em que

envolve uma multiplicidade, desenvolve o uno a uma série (DELEUZE, 1991).

Além disso, Na Bíblia não aparece a palavra Mônada, mas baseado no conceito de Leibniz, alguns filósofos/teólogos pensam que se possa falar de Mônadas em Gênesis 1 (criação), ou mesmo no Apocalipse de João (capítulo 7) em que são mencionados de forma singular às Mônadas, com os cento e quarenta e quatro mil selados de Israel. Dessa forma, temos uma visão geral de que todos fazemos parte de Deus e, um dia, voltar-se-á ao seu seio, por isso somos eternos e somos deuses também, pois afinal somos sua centelha em ação e que nos dá a responsabilidade de co-criadores (Ibid.).

O filósofo italiano Giordano Bruno dizia ser a Mônada: “uma substância simples e única” (OLIVEIRA, 2015, p. 448). O filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz, usando o conceito de Bruno, complementou ao escrever, em 1714, A Monadologia que “A Mônada, da qual vamos falar aqui, não é senão uma substância simples, que entra nos compostos simples, quer dizer, sem partes” (LEIBNIZ, 2009, p. 25). Esse, ainda descreve a Mônada como “enteléquias”, um aspecto da unidade de ordem que ele nomeia como razão e descreve: "Poder-se-iam denominar enteléquias todas as substâncias simples ou mônadas criadas, pois contém em si uma certa perfeição, e tem uma suficiência em torná-las fontes de suas ações internas e por assim dizer, autômatos incorpóreos" (Ibid., 2009, p. 28).

O nome Mônada ficou vinculado ao filósofo Leibniz, pois segundo Deleuze (1991, p. 43).

De dois modos Leibniz fixou-lhe o conceito. De um lado a matemática da inflexão permitia-lhe estabelecer a série do múltiplo como série convergente infinita. Por outro lado, a metafísica da inclusão permitia-lhe estabelecer a unidade envolvente como unidade individual irreduzível. Com efeito, uma vez que as séries permaneciam finitas ou indefinidas, os indivíduos corriam os riscos de ser relativos, chamados a se fundirem em um espírito universal ou alma capaz de complicar todas as séries. Mas, se o mundo é uma série infinita, ele constitui a esse título a compreensão lógica de uma noção ou de um conceito que só pode ser individual, estando, pois, envolvido por uma infinidade de almas individuadas, cada uma das quais guarda seu ponto de vista irreduzível.

A Mônada é uma experiência única, uma ideia de não repetição do tempo. Leibniz faz dela uma espécie de “ponto de vista”. Portanto, se esse não se repete, é uma existência única e deixa claro: “as Mônadas precisam ter qualidades, do contrário nem mesmo seriam entes” (LEIBNIZ, 2009, p. 26).

Esse conjunto que a constituição da Mônada compreende de percepções e

sentimentos é definido por como: "As Mônadas não têm janelas pelas quais algo possa entrar ou sair, não têm buracos, nem portas. [...] a Mônada tem várias formas ativas de expressão, formas que são suas maneiras, conforme suas percepções sejam sensíveis, afetivas ou conceptuais" (DELEUZE, 1991, p. 47). Afirma ainda que consiste na "[...] a passagem de uma percepção a outra como constitutiva de um devir. Finalmente, esse devir não se acaba sem que o conjunto das percepções tenda a se integrar num prazer inteiro e verdadeiro" (Ibid., p. 121).

"Elas podem ser compreendidas como pequenos fragmentos de história que juntas exibem a capacidade de contar sobre um todo, muito embora esse todo possa ser contado por um fragmento" (PETRUCCI-ROSA et al., 2011, p. 203). Ainda, no intuito de conceituar Mônadas, afirmam que "são elementos das coisas, indivisíveis e indissolúveis, substâncias simples e sem partes" (Ibid., p. 204) e, ainda, que "o olhar para a Mônada não tem caráter fragmentário, mas para a sua potencialidade de relações, que darão origem a um mosaico de particularidades que formarão um todo de ideias" (Ibid., p. 205).

Ao identificar a Mônada o pesquisador precisa ser perceptivo, sensível, aberto ao novo, de modo que possa identificar nas narrativas o que essas têm de significativo acerca do que é investigado. Posto isso, cabe ao pesquisador "despir-se" de conceitos pré-existentes para identificá-las nas narrativas. Esse aspecto faz com que Benjamin trate as Mônadas como um aconselhar e explica que a verdadeira narrativa tem dimensão utilitária, seja como "um ensinamento moral, uma sugestão prática, um provérbio, ou uma norma de vida" (BENJAMIN, 1987, p. 200).

A obra *A infância em Berlim* por volta de 1900 (BENJAMIN, 1987) conta fatos importantes vividos em sua infância e o faz por meio de Mônadas. Descrever o que são as Mônadas como uma receita para que essas sejam elaboradas é uma discrepância tendo em vista que a partir do que se tem das narrativas, as Mônadas surgem das compreensões do pesquisador sobre o que é narrado à luz do problema da investigação. Na verdade, identificar uma Mônada é mais que compreensão empírica sobre dados, é ter sensibilidade, percepções e porque não dizer despertar sentimentos sobre o que é narrado. Com isso, deixa-se evidente que para a escrita da Mônada é necessário mais que uma narrativa. É preciso sentimentos, emoções, percepções e sutilezas.

PERCURSO METODOLÓGICO

O procedimento metodológico caracterizou-se como uma varredura heurística exploratória (AQUINO, PEGLIARUSSI & BITTI, 2008) acerca do termo Mônada com variações e correlações. O motor de busca foi o Portal de Periódicos Capes (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), uma vez que a finalidade é a redução das desigualdades regionais no acesso à ciência, sendo colocado à disposição da comunidade científica brasileira periódicos de todo o mundo. Decidiu-se utilizar apenas artigos científicos publicados em revistas, tendo os seguintes critérios como balizadores: i) o uso de periódicos no progresso científico e social; ii) recurso confiável de comunicação da ciência; e iii) disponibilidade dos dados por longo período (AMARAL, 2010; BAALBAKI, 2014).

Desenvolveu-se a pesquisa em dois momentos distintos. No primeiro, identificou-se o número de publicações em periódicos no banco de dados alvo. No segundo, avaliou-se a empregabilidade do termo Mônada nos trabalhos contabilizados.

Identificação de publicações no Portal de Periódicos Capes

Os dados foram coletados por meio da busca baseada em termos-chave a priori, a saber: i) “Mônada”; ii) “Mônadas”; iii) “Mônadas AND Leibniz”; iv) “Mônadas AND Walter Benjamin” e v) “Análise de narrativas AND Mônadas”. Os termos abrangem as suas derivações. Essa derivação foi estabelecida por meio de literatura especializada. Dessa maneira, foi considerado nesta pesquisa o “s” no termo (mônada e mônadas) visto a variação literária e a necessidade de empregabilidade em testes preliminares. O Portal de Periódicos Capes possui três opções de busca, sendo i) seção busca por assunto; ii) busca por periódico; e iii) busca avançada. Para esse trabalho foi utilizada a seção busca por assunto, com vistas à inserção dos termos pré-definidos.

Nessa seção os termos pré-estabelecidos foram adicionados à plataforma, apresentando assim, o número de trabalhos que continham as palavras específicas. Posteriormente a rodada dos termos, a plataforma oferece filtros que podem estreitar e especificar a pesquisa. Desse modo, utilizou-se os seguintes filtros: i) revisados em pares; e ii) idioma (português). Convém salientar a importância da realização da busca dos termos-chave entre aspas, pois, caso contrário os resultados serão divergentes, uma vez que a plataforma entende as palavras entre aspas como um termo único e a

busca torna-se mais restrita e eficiente, evitando-se a varredura desnecessária de termos isolados, como por exemplo, artigos e conjunções. Ademais, a busca não considerou um período temporal específico, sendo analisados todos os trabalhos encontrados na plataforma-alvo. Por fim, ao obter os resultados da busca, os trabalhos apresentados pela plataforma foram catalogados para posterior análise.

Avaliação da utilização do termo Mônadas nas publicações resultantes.

Com as publicações sobre Mônadas catalogadas e contabilizadas em uma tabela (tabela 1), foi realizada a leitura completa de cada publicação encontrada. Para a análise, as publicações foram codificadas (Tabela 2) com: i) título do trabalho; ii) ano de publicação; e iii) região brasileira de publicação. Os critérios de inclusão – que são os motivos pelos quais os trabalhos farão parte do corpus de análise - foram: i) artigos escritos em língua portuguesa; e ii) presença no título, nas palavras-chave, no resumo e no corpo do texto dos termos-chave de busca. Posteriormente, as publicações foram categorizadas de acordo com a empregabilidade/ocorrência do termo Mônada na estrutura textual das publicações. Sendo assim, a categorização foi emergente – que aflora durante a leitura - dando origem a cinco categorias, a saber: i) nota de rodapé; ii) adjetivo sem o conceito explícito; iii) Mônadas a partir de Gottfried Leibniz; iv) Mônadas a partir de Walter Benjamin; e v) Mônadas na educação/ensino.

Desse modo, frisa-se que, para esta investigação, desenvolveu-se procedimentos adaptados à necessidade. Assim, a estrutura do método de coleta e análise dos dados se estabeleceu nos seguintes passos: i) primeiro momento: i.i) definição dos termos-chave; i.ii) definição do motor de busca (Portal de Periódicos Capes); i.iii) inserção dos termos-chave na seção definida na plataforma; i.iv) contabilização das publicações totais; i.v) seleção e uso dos filtros selecionados; i.vi) catalogação das publicações filtradas; i.vii) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; i.viii) codificação das publicações para análise; ii) segundo momento: ii.i) leitura flutuante das publicações selecionadas; ii.i) leitura de imersão e identificação dos termos-chave na estrutura textual das publicações selecionadas; ii.iii) categorização de acordo com a empregabilidade do termo Mônada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a varredura heurística exploratória, adotou-se a busca a partir do termo Mônada com variação e relacionada com os autores de referência (Benjamin e

Leibniz) aliado aos seguintes aspectos: i) artigos somente com o termo; ii) artigos com o filtro revisados por pares; e iii) artigos com o filtro revisado por pares - português (Tabela 1). A intenção desta varredura heurística exploratória é saber como está circulando o termo Mônada em periódicos científicos (revisados por pares) em português.

Tabela 1 - Varredura heurística exploratória no Portal de Periódicos Capes.

Termos-chave	Nº de artigos (com o termo)	Nº de artigos (revisados por pares)	Nº de artigos (revisados por pares - português)
“Mônada”	293	236	22
“Mônadas”	190	142	19
“Mônada” AND “Leibniz”	66	52	09
“Mônada” AND “Walter Benjamin”	26	23	04
“Análise de Narrativas” AND “Mônada”	08	05	04
TOTAL	583	458	58

Tabela 2 – Artigos disponíveis no Portal de Periódicos Capes.

Nº	Título	Ano de publicação
01	A informação: a mônada do século XX.	1998
02	Perfil de Barbara Freitag.	2005
03	Orientação estética e sociedade: uma conexão a explorar.	2007
04	Sistema penal e violência de gênero: Análise sócia jurídica da lei 11.340/06.	
05	Miragens e prismas: o barroco dá movimento às imagens Herméticas na poesia Suassuniana.	2008
06	Apercepção versus percepção: os espíritos na cosmologia leibniziana.	
07	Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora.	
08	O homoerotismo em Caio Fernando Abreu: a perspectiva queer em Morangos mofados.	2009
09	Estudos de Gênero e História Social. Continuação Tabela 2.	
10	Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações.	2010
11	A categoria trabalho no capitalismo Contemporâneo.	2011
12	Experiência individual e objetividade em Minima moralia.	2011
13	Jornalismo e convergência: possibilidades transmidiáticas no jornalismo pós-massivo.	2013
14	Hermenêutica-fenomenológica e compreensão nas ciências	2014
15		

16	sociais.	
17	Sobre as formas contemporâneas do absoluto. A administração burocrática e sua repercussão na gestão escolar.	
18		
19	Políticas curriculares e identidades docentes disciplinares: a área de ciências da natureza e matemática no currículo do Ensino Médio do estado de São Paulo (2008-2011). A poética de Augusto dos Anjos: o entre-lugar do Eu. Heroínas em Imagem e Ação: Agência e Representação Feminina no Desenho Animado das Meninas Super Poderosas.	
20	Contingência, dispersão e dinâmica relacional.	
21	Leibniz E Hegel: em torno da questão dos princípios de razão suficiente e identidade.	
22	Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópica	2015
23	Saúde mental e individualidade contemporânea. Dead Ringers: uma narrativa contemporânea sobre gemeidade, esterilidade e incesto.	
24	A permanência da meta física, pelas lentes de um antropólogo.	
25		
26	Pensar o futuro: a poética do movimento nos Estudos de Transárea.	
27	O Susto e a Ordem: o Barroco como Ferramenta de Análise da Formação do Brasil. Rituais de Interação na Vida Cotidiana: Goffman, leitor de Durkheim.	2016
28	Hobbes como um contratualista moderno. Uma proposição falaciosa.	
29		
30	Percepção e representação em Leibniz: a imaterialidade da Matéria. A captura como experiência investigações pragmática e teorias do poder.	2017

Fonte: autores.

A fim de fornecer um panorama das pesquisas publicadas no Brasil sobre a temática, identificou-se que a produção contempla os últimos 20 anos e as macrorregiões brasileiras com maior incidência de pesquisa. As publicações disponíveis no Portal de Periódicos Capes tiveram crescimento entre os anos de 2007 e 2014. Em contrapartida, no ano de 2012 não houve publicações com o termo e a partir de 2015 as publicações envolvendo o termo Mônada(s) e suas variações decaíram gradativamente (Figura 1).



Figura 1 - Número de publicações sobre Mônada(s) por ano de publicação.

Ao se tratar das macrorregiões brasileiras que detêm o maior número de publicações, a macrorregião Sudeste lidera (12), seguido pela macrorregião Sul (08). Ambas representam ~67% das publicações relacionadas ao termo Mônada no Portal de Periódicos Capes. Entretanto, todas as macrorregiões brasileiras apresentam publicações relacionadas ao tema, demonstrando que o interesse pelo termo é presente, em algum momento, por pesquisadores em todo território nacional (Figura 2). Mesmo assim, percebe-se que o volume de pesquisas sobre o termo Mônadas é baixo, uma vez que o pico de publicações no ano de maior evidência do termo (2014) em periódicos acadêmicos é de apenas seis (06) publicações, sendo nessa oportunidade a única vez que ultrapassou o montante de quatro (04) trabalhos/ano. Convém salientar que a última década (2008 até março de 2018) concentra 90% dos trabalhos analisados, evidenciando que o termo Mônadas enquanto conceito/termo/método ainda é recente na literatura científica acessível em periódicos publicados em língua portuguesa no Brasil.

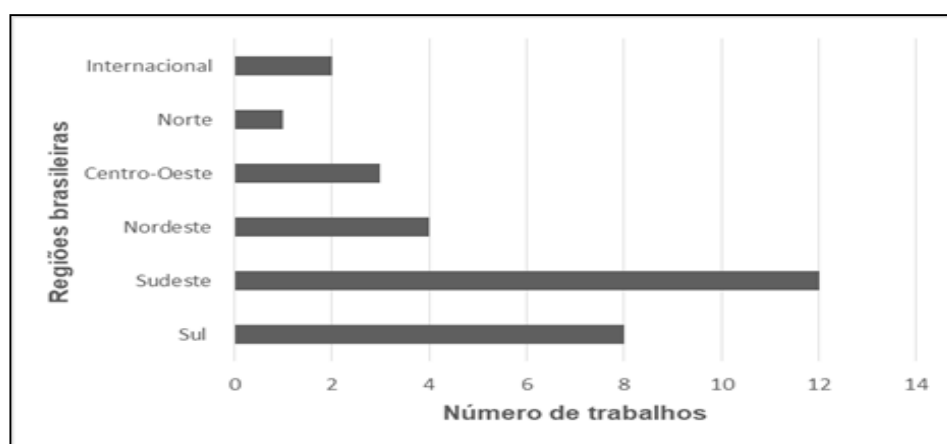


Figura 2 - Publicações acerca da temática Mônadas de acordo com a produção por macrorregião do Brasil.

No segundo momento da análise, as publicações foram categorizadas, com vistas à avaliação da utilização do termo Mônada(s). Foram identificadas cinco categorias, as quais são emergentes das leituras em profundidade das 30 publicações selecionadas, sendo elas: i) nota de rodapé; ii) adjetivo sem o conceito explícito; iii) Mônadas a partir de Gottfried Leibniz; iv) Mônadas a partir de Walter Benjamin; e v) Mônadas na educação/ensino (Tabela 3).

Tabela 3 - Categorização das publicações disponíveis no Portal de Periódicos Capes.

N.	Categorias emergentes	Nº de artigos
I	Nota de rodapé	01
II	Adjetivo sem o conceito explícito	17
III	Mônadas a partir de Gottfried Leibniz	10
IV	Mônadas a partir de Walter Benjamin	01
V	Mônadas na Educação/Ensino	01
Total		30

Fonte: autores.

Na categoria I, nota de rodapé, como o próprio nome da categoria sugere, o termo Mônada foi utilizado apenas em nota de rodapé na publicação.

Cabe ressaltar que o termo foi citado uma única vez em "A razão, para os filósofos das luzes, não elimina a ideia da individualidade. Pelo contrário. O século XVIII afirma a soberania do sujeito da razão" (Artigo 14). Nesse caso, o termo Mônada foi vinculado à expressão sujeito da razão, numa situação de unidade. Percebe-se que o termo-alvo não apresenta maiores preocupações de elucidação, não sendo assim ponto central de explicação por parte dos autores. Está usado como um conceito que já se tem domínio e clareza, potencializando as divergências (e confusões) de empregabilidade do termo.

Já a categoria II, adjetivo sem o conceito explícito, concentrou ~57% (17) dos resultados das publicações selecionadas. Esse número, por sua vez, atesta a não preocupação e a falta de escrutínio, de maneira geral, na utilização do conceito/termo/método. A seguir, excertos da utilização do termo Mônada(s) na categoria II:

O lar, o casal e a família deixam de funcionar como mônadas impenetráveis, como núcleos decisórios, auto-referidos e possuidores de direitos próprios, para se desmembrarem em novas unidades socialmente significativas, competindo legitimamente e em igualdade de condições pelo acesso aos direitos civis (Artigo 04, grifo nosso).

Mais: se a trifurcação desse útero que opera a conjunção entre os gêmeos constitui uma negação da díade, é preciso convir que a sua

esterilidade hiperbólica condensa simbolicamente a esterilidade dessa entidade especular que funciona socialmente como uma mônada (Artigo 23, grifo nosso).

Em outros termos, a superação das leituras externa e interna é viabilizada pela categoria da transfiguração, por intermédio da qual fatores externos se convertem em internos; movimento que consiste de estilização formal, executada pelo escritor, segundo sua própria mônada, “recriando”, “reconstruindo” o mundo a seu modo (Artigo 03, grifo nosso).

As publicações na categoria II apresentam o termo Mônada(s) como um adjetivo, sem o conceito explícito e definido de maneira clara. Percebe-se as referências ao termo como já sendo algo posto e aceito na comunidade acadêmica, entretanto, acredita-se que tal uso somente vem a contribuir para a propagação de distorções e confusões conceituais. Ainda, é notório nos excertos que o termo em si não está conectado com algum tipo de explicação e nem tampouco fazem menção a uma definição clara, fomentando e propagando a turbidez do conceito e/ou do método.

Em contrapartida, ao se tratar das categorias III e IV, ambas apresentam o termo conceituado à luz dos autores de referência do termo: Leibniz e Benjamin. Assim, para a categoria III, Mônadas a partir de Gottfried Leibniz, as publicações utilizam o termo Mônada(s) com referência e teorização de Leibniz, sendo esse conceito mais próximo da raiz filosófica e de referência ao próprio Benjamin, conforme os excertos a seguir:

Essa sombria mônada leibniziana traduz, como imagem poética, a vigência do ‘Uno’, quer dizer da unicidade, como apelo de integração sistêmica para advir ‘a substância de todas as substâncias’, a fusão anímica que amalgama a voz lírica e ‘a morbidez dos seres ilusórios’ no envio da rasura e do paradoxo — isto é, o próprio Eu, o ‘Uno’ mundificado no poema-obra (Artigo 18, grifo nosso).

Ele reconhece que Leibniz é, de todos os filósofos, aquele que teve o mais expressivo sentimento do que é a personalidade; porque a mônada é, antes de tudo, um ser pessoal e autônomo. Para Leibniz, o conteúdo de todas as mônadas é idêntico (Artigo 27, grifo nosso).

A referência direta a um dos autores de referência (Leibniz) com os excertos dos artigos 18 e 27 deixam claro a questão de que o termo Mônada está imbricado com aquilo que é próprio da personalidade do ser humano. Apesar da alusão à questão "daquilo que é único" do ser, ainda é uma referência com pouca clareza frente a critérios práticos de utilização do termo, ficando assim, mais próximos de aspectos filosóficos do pensamento em geral do autor de referência.

Já, a categoria IV, Mônadas a partir de Walter Benjamin, apresenta publicações que teorizam o termo a partir de Walter Benjamin. Nessa categoria, as Mônadas estão mais direcionadas e conectadas com a perspectiva narrativa. Nesse contexto, exemplifica-se: “para ela, a cidade é mônada, no sentido de Walter Benjamin, metonímia, figura síntese da sociedade, para onde convergem todas as linhas de força do mundo moderno e pós-moderno” (Artigo 02, grifo nosso). Por estar relacionado a Benjamin, o perfil de utilização do conceito de Mônadas aqui contempla um sentido literário, vinculado com o ato de contar histórias. Esse perfil de utilização do termo é o que se encontra quando o assunto é a utilização de Mônadas enquanto método de análise de narrativas.

A categoria V, Mônada na educação/ensino, apresenta o termo como um método por meio do qual a análise de narrativas pode ser realizada. Ademais, é a única categoria que apresenta conexão com uma com a área da educação/ensino. É apenas uma publicação (artigo 17) que a partir de narrativas de professores, há a identificação de Mônadas tendo por base os preceitos de Walter Benjamin. Todavia, convém destacar que não apresenta o detalhamento do método enquanto tal, aspecto que também contribui para interpretações incompletas e/ou distorções de conceito e metodológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com a questão norteadora, Como o termo Mônada vem sendo utilizado em revistas acadêmicas no Brasil? a varredura heurística exploratória realizada permite as seguintes conclusões:

i) a quantidade de publicações no Portal de Periódicos Capes sobre Mônada(s) é pequena e restrita, em grande parte, as regiões Sudeste e Sul do Brasil. Apesar de haver interesse concentrado na última década, os trabalhos ainda são em quantidade insuficiente para que se desenvolvam discussões de maior envergadura, principalmente, acerca do uso de Mônadas enquanto procedimento metodológico claro e consistente;

ii) o conceito não é utilizado de modo claro na maioria dos artigos encontrados. Isso faz com que se perpetue a nebulosidade com relação às características do termo Mônada(s). A(s) definição(ões) possíveis acerca do termo Monadas(s) são importantes ao passo que possuem vertentes teóricas distintas (Leibniz e Benjamin),

o que faz com que as perspectivas de análise com vistas ao uso de Mônadas enquanto suporte metodológico assumam características peculiares para cada caso;

iii) as diferenças conceituais entre os autores de referência Leibniz e Benjamin não são consideradas de modo formal apesar das peculiaridades de cada um frente ao trato do termo Mônada(s). Essa situação demonstra que Mônada(s) ainda é um assunto pouco usual enquanto conceito ou recurso metodológico de maneira geral na literatura acadêmica brasileira. Especialmente na área de educação/ensino, há um movimento introdutório no sentido de uso enquanto recurso metodológico no que tange uso de narrativas, porém, ainda sem definições consistentes frente as características, critérios e modus operandi de acordo com cada autor de referência.

Por fim, ratifica-se que são necessários aprofundamentos teóricos, metodológicos e empíricos frente à utilização de Mônadas. Todavia, acredita-se que o apresentado aqui, até esse momento, auxilie a fomentar discussões e possíveis trabalhos futuros sobre a temática na área da educação/ensino, com vistas ao desenvolvimento do termo-alvo com mais clareza, propriedade e escrutínio conceitual e metodológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, P. C., RABELO, M. C. & SOUZA, I. M. (2014). **Hermenêutica-fenomenológica e compreensões nas ciências sociais**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 1, p. 181-198.

AMARAL, R. (2010). **As contribuições da pesquisa científica na formação acadêmica**. Identidade Científica, v.1, n.1, p.64-74.

AQUINO, A. C. B., PAGLIARUSSI, M. & BITTI, E. J. S. (2008). **Heuristic method for composing a literature review**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 19, n. 47, p. 73-88.

AZEVEDO, R. G. (2008). **Sistema penal e violência de gênero: análise sócio-jurídica da lei 11.340/06**. Sociedade e Estado. Brasília. UnB.

BAALBAKI, A. C. F. (2014). **A divulgação científica e o discurso da necessidade**. Letras, v. 24, n.48, p.379-396, jan./jun.

BENJAMIN, W. (1987). **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre Literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre Literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BREDER, D. (2015). **Dead Ringers: uma narrativa contemporânea sobre**
ISSN 1679-8902

gemeidade, esterilidade e incesto. Estudos Feministas, v. 23, n. 2, p. 389-408.

CARVALHO FILHO, J. L. (2016). **Rituais de interação na vida cotidiana: Goffman, leitor de Durkheim.** Política & Sociedade, v. 15, n. 34, p. 137-159.

COELHO, M. F. P. (2005). **Perfil de Barbara Freitag.** Sociedade e Estado, v. 20, n. 3, p. 735-738.

DELEUZE, G. **A Dobra: Leibniz e o Barroco.** São Paulo: Papyrus, 1991.

LEIBNIZ, G.W. (2009). **A Monadologia e outros textos.** Tradução: SOUZA, F.L.B.G. São Paulo: Hedra.

LEIBNIZ, G.W. **A Monadologia e outros textos.** Tradução: SOUZA, F.L.B.G. São Paulo: Hedra, 2009.

MORETTI, B. (2007). **Orientação estética e sociedade: uma conexão a explorar.** Sociedade e Estado, v. 22, n. 1, p. 189-193.

NETTO, O. V. & LAURINDO, F. J. B. (2015). **Uma análise cienciométrica da literatura de inteligência competitiva.** Production, v.25, n.4, p.764-778, out./dez.

OLIVEIRA, M. O. de. **Como “produzir clarões” na pesquisa em educação? Revista Educação Pública.** Cuiabá, v. 4, n. 56, maio/ago. 2015, p. 443-454.

PETRUCCI-ROSA, M. I. et al. **Narrativas e Mônadas: potencialidades para uma outra compreensão de currículo.** Currículo sem fronteiras, v. 11, n. 1, p.198-217, jan./jun, 2011.

ROSA, J. M. & VERAS, M. (2013). **Avaliação Heurística de Usabilidade em Jornais Online-Estudo de Caso em Dois Sites.** Perspectivas em Ciência da Informação, v. 18, n. 1, p. 138-157.

SOBRE OS AUTORES:

Daniela da Costa.

Mestre em Educação em Ciências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail para contato: danieladacosta@hotmail.com

Carla Melo da Silva

Doutoranda em Educação em Ciências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail para contato: carlamelodasilva2015@gmail.com

Simone Mertins

Doutoranda em Educação em Ciências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail para contato: simonemertins@hotmail.com

Carolina Souza da Costa

Graduada em Química Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail para contato: csouzadacosta@gmail.com

Maurivan Güntzel Ramos

Docente PPG em Educação em Ciências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail para contato: mgramos@pucrs.br

Marcelo Amaral-Rosa

Docente colaborador no PPG em Educação em Ciências pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. E-mail para contato: marcelo.pradorosa@gmail.com

ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Higher Education and Public Policies: a look at university education

MARIGLIANO, Rilza Xavier

Universidade de São Paulo.

MARTISN, Priscila Bernardes

Universidade Cruzeiro do Sul.

TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury

Universidade de São Paulo.

RESUMO: É inegável que as Políticas Públicas para o Ensino Superior têm ajudado milhares de jovens e egressos do ensino médio, vindos da rede pública de ensino e com baixa renda a conquistarem o sonho de entrar em um curso universitário. São políticas assistencialistas muito criticadas por alguns setores da sociedade, porém, sem as quais seria muito difícil que essa parcela da população tivesse acesso a esse nível de ensino. Diante desta afirmação, este trabalho tem como objetivo geral, analisar a produção científica sobre o tema “Ensino Superior e Políticas Públicas: um olhar sobre a formação universitária” na Biblioteca Eletrônica da SciELO (Scientific Electronic Liberar On Line), no período de 2010 a 2019. Compreender o que se tem produzido sobre o ensino superior no Brasil, os tipos de autoria, quantidade de trabalho sobre o tema por ano, área de formação dos autores e quais os temas têm sido abordados nas pesquisas realizadas concernente à problemática.

Palavras-Chaves: Ensino Superior; Políticas Públicas; Universitários.

Abstract: It is undeniable that Public Policies for Higher Education have helped thousands of young and high school graduates from the low-income public school system to achieve the dream of entering a university course. They are welfare policies that are widely criticized by some sectors of society, but without which it would be very difficult for this portion of the population to have access to this level of education. Given this statement, this paper aims to analyze the scientific production on the theme "Higher Education and Public Policies: a look at university education" in the SciELO Electronic Library (Scientific Electronic Release On Line), from 2010 to 2019. Understand what has been produced about higher education in Brazil, types of authorship, amount of work on the topic per year, area of formation of the authors and what themes have been addressed in the research conducted concerning the problem.

Key-words: Higher Education; Public policy; College students

INTRODUÇÃO

Mesmo com os avanços da globalização, ainda pode-se observar a dificuldade que é ingressar em um curso de nível superior em nosso país. Muitas são as dificuldades encontradas para que esse acesso seja viabilizado. A baixa qualidade

de serviços oferecidos no processo de ensino e aprendizagem da rede pública, o desinteresse dos alunos que cursam o ensino médio, além de terem que enfrentar no momento do vestibular, alunos bem mais preparados pela rede particular de ensino (VASCONCELOS E SILVA, 2005; GURGEL, 2010; ANDRIOLA, 2011).

Nas últimas décadas houve um aumento considerável de estudantes matriculados no ensino superior, para AMARAL E OLIVEIRA (2011) e ARAÚJO E LEITE (2014), um dos fatores que contribuiu muito com esse avanço foi que um maior número de alunos concluiu o ensino médio. Outro fator fundamental foram as várias políticas públicas adotadas com vistas a facilitar a entrada dos alunos no ensino superior.

Entre os anos de 2003 e 2010 vários planos de governo e programas de educação voltados à inclusão de jovens e da população interessada no ingresso às faculdades e universidades foram implementados, tais como: Sistema de Seleção Unificada-SISU, Programa Universidade para Todos-PROUNI, Fundo de Financiamento Estudantil-FIES e a Política de Cotas. A grande maioria dessas políticas públicas chamadas de “ações afirmativas” estão relacionadas a questões etno-raciais e socioeconômicas, dando ênfase às políticas de inclusão. Com a vigência dessas políticas, foi possível pelo uso das “cotas”, que o cidadão afrodescendentes e populações indígenas, finalmente tivessem acesso ao ensino superior, coisa que outrora, seria de acesso difícilimo (MORAES, 2010; HAAS E LINHARES, 2012; BITTAR E MACIEL, 2016).

Essas “ações afirmativas” têm sido vistas com certa ambiguidade, positivamente pelo Governo e negativamente por algumas pessoas, pois embora tenham dado aos jovens que estudam na rede pública de ensino, o direito a ingressar nas mais renomadas universidades da rede pública, como também, na rede de ensino privatizado. Essa tipo de ação trouxe grande indignação a uma parcela da população, pois devido aos critérios utilizados para concessão das bolsas, muito deste público alvo sente-se preterido e inferiorizado em relação ao restante dos estudantes da rede particular de ensino (AMARAL E OLIVEIRA, 2011; FELICETTI E MOROSINI, 2011; BROCCO, 2017).

Ainda segundo FELICETTI E MOROSINI (2011), a política de cotas foi um direito adquirido após muitos anos de reivindicação, pois desde a década de 70 e com maior intensidade nos anos 90, houve uma grande mobilização, pressionando as

instituições de ensino superior públicas, que fosse dada uma oportunidade às populações com baixa renda e afrodescendentes para ingresso ao nível superior. A primeira instituição a entrar com o sistema de cotas foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e depois disso, algumas universidades federais também aderiram ao sistema. Essas políticas de ação afirmativa são vistas como algo positivo, do ponto de vista governamental, pois permitem que as minorias tenham acesso a um serviço de educação superior de qualidade (TEIXEIRA E TORALES, 2014; SOUZA E MENEZES, 2014).

Objetivos

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivos analisar a produção científica sobre as “Políticas Públicas e o Ensino Superior”, buscando nos artigos conhecer os tipos de autoria, a quantidade de artigos sobre o tema produzidos por ano, qual a área de formação dos autores e quais os temas têm sido abordados sobre o tema.

METODOLOGIA

O método utilizado para a realização desse estudo foi de pesquisa exploratória, descritiva, utilizando-se da avaliação da produção científica sobre o tema: “Ensino Superior e Políticas Públicas”, dos artigos capturados na biblioteca virtual da SciElo, publicados entre os anos de 2010 e 2019. Devido aos objetivos propostos, compreende-se que os dados coletados podem ser analisados de forma quanti-qualitativa, trazendo uma visão aprofundada sobre o tema e enriquecendo a análise.

A análise quantitativa dos dados tem por objetivo explicar os fenômenos por meio de números que podem ser analisados estatisticamente. Nesta pesquisa, esta informação se deu por meio de tabelas para apresentar os dados numéricos e a porcentagem dos dados apurados segundo os objetivos propostos e em seguida se deu a análise qualitativa destes dados.

A análise qualitativa trabalha com interpretações, comparações, descrições e busca entender o fenômeno que está sendo estudado em profundidade. É fundamentada em quatro bases teóricas que possibilitam a compreensão dos fenômenos. A primeira delas é a realidade social que participa na construção dos

significados, a segunda base tem sua ênfase na reflexão e no caráter processual, a terceira base analisa os significados subjetivos e as condições objetivas de vida, a quarta base compreende o caráter da realidade social e fazendo dela o ponto de partida da pesquisa científica sobre determinado tema (GIL, 2010; GÜNTHER, 2006).

Na pesquisa qualitativa os indivíduos podem revelar a intensidade de seus sentimentos, atitudes e pensamentos, assim possibilita ao pesquisador compreender os estados subjetivos e a variabilidade dos comportamentos. A área das ciências sociais faz constantemente a utilização desse método, visando analisar o desenvolvimento do indivíduo ou de grupos estudando o comportamento destes (GIL, 2010; GÜNTHER, 2006).

Material e Procedimentos

A captura dos artigos para a análise da produção científica relacionada ao tema “Ensino Superior e Políticas Públicas” foi feita pela *internet* com o uso da ferramenta de busca existente na biblioteca virtual SciELO, escritos em língua Portuguesa, sendo utilizadas as seguintes palavras-chave presentes nos títulos ou resumos: “*Ensino Superior*”, “*Políticas Públicas*” e “*Universitários*”. A seleção dos artigos foi realizada por meio da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos publicados. Do total de 42 artigos encontrados inicialmente, foram analisados apenas 30 estudos, que tratavam especificamente do tema “Ensino Superior e Políticas Públicas”, os quais foram lidos na íntegra. Dos demais artigos encontrados, 09 foram descartados por tratarem de outros assuntos, tais como: formação dos alunos em pós-graduação, sindicalismo docente nas universidades, alunos de um curso de Desenho Artístico e racismo e antirracismo nas escolas públicas cariocas. Além disso, foram retirados 03 artigos que estavam escritos em língua espanhola.

Resultados e Discussão

Compreender o que está sendo produzido a respeito da entrada de alunos no ensino superior e como as políticas públicas têm contribuído para esse fenômeno, é um tema que tem chamado a atenção de toda sociedade, pois a cada ano tem crescido mais o número desses alunos. Para que se possa entender melhor esse

fenômeno, várias áreas do conhecimento têm se dedicado a realizar pesquisas sobre o tema, com uma prevalência muito grande nos periódicos voltados à área da Educação e das Ciências Humanas, mostrando que o tema merece uma atenção especial, para que se trace um panorama da educação de nível superior em nosso país.

Procurou-se, ao analisar a produção científica, verificar o tipo de autoria dos artigos, a quantidade de trabalhos produzidos sobre o tema no decorrer dos anos e as temáticas abordadas nos artigos, das quais será realizada uma análise qualitativa. A Tabela 1 representa os artigos que foram avaliados para a composição deste trabalho conforme sua autoria:

Tabela 1- Autoria dos Artigos

Autoria	F	%
Única	15	50
Coautoria	8	26,67
Múltipla	7	23,33
Total	30	100

Fonte: as autoras. Marigliano, Martins e Tardivo, 2019.

As autorias dos artigos, no que diz respeito ao número de pesquisadores em cada artigo, foram subdivididas em única, coautoria e múltipla. Os dados da Tabela 1 mostram que 50% da produção científica é de autoria única, 26,67% coautoria e 23,33% de autoria múltipla. Desde a década de setenta vem predominando e se confirmando uma tendência de que se realize pesquisas em equipes, inclusive de áreas diferentes. Nesta pesquisa, porém, este quesito não se confirma, pois, a autoria única teve destaque (PHELIPPE, WITTER G. E BURITI, 2007; WITTER G., BURITI E WITTER C., 2007).

A Tabela 2 apresenta a quantidade de artigos publicados entre os anos de 2010 e 2017, que atenderam aos objetivos propostos neste estudo:

Tabela 2 – Quantidade de Trabalhos sobre o tema por ano

Ano	F	%
2010	4	13,33
2011	3	10,00
2012	2	6,67
2013	1	3,34
2014	9	30,00
2015	3	10,00
2016	4	13,33

2017	4	13,33
Total	30	100

Fonte: as autoras Marigliano, Martins e Tardivo, 2019. Obs.* Os artigos encontrados nos anos de 2018 e 2019, não atenderam completamente aos objetivos desta pesquisa. Falavam sobre o tema, mas com foco em outras especificidades.

No ano de 2014 com 30%, pode-se observar que houve uma quantidade maior de publicações sobre o tema, ao tempo que, de 2012 a 2013 a produção foi muito pequena, oscilando entre 6,67% e 3,34%, tendo aumentado em 2016 e 2017 para 13,33%. Embora a produção científica sobre o tema nesta pesquisa tenha se mostrado pequena no decorrer dos anos, é sabido que com os benefícios das políticas públicas, há um número cada vez mais crescente de alunos que ingressam na carreira acadêmica, e com isso, além dessa população ter uma perspectiva de futuro melhor, pode também ocorrer um maior interesse para se pesquisar sobre o tema (GOMES, 2010; BRUNNER, 2014).

Na Tabela 3 verifica-se a área de formação dos autores. Devido a diversidade de áreas desses autores, pode-se observar que a questão da educação de nível superior tem despertado o interesse da sociedade como um todo:

Tabela 3 – Área de formação dos autores

Área	F	%
Educação		66,67
Psicologia		10,00
Sociologia	2	6,68
Filosofia	0	3,33
Ciências	3	3,33
Econômicas	2	3,33
Ciências	1	3,33
Políticas	1	3,33
Engenharia	1	3,33
de Produção	1	
Estatística	1	
Total	30	100

Fonte: as autoras Marigliano, Martins e Tardivo, 2019.

Em relação a área de formação dos autores, verificou-se que os autores com formação na área da Educação tiveram 66,67% da produção dos artigos, enquanto que os artigos produzidos por estudiosos da Psicologia corresponderam a 10%, e 6,68% os autores da área da Sociologia. Pode-se observar que 16,65% dos autores eram áreas de formação diversas, mostrando que o interesse pelo tema é

compartilhado por profissionais de diferentes vertentes do conhecimento.

Na Tabela 4, com relação às temáticas que foram abordadas tendo como base o tema principal, mostra que a comunidade científica tem sido despertada para compreender qual o panorama do ensino superior com a inserção dos alunos beneficiados pelas políticas públicas:

Tabela 4 – Temática dos artigos

Tipos de Tema	F	%
Ações Afirmativas	7	23,33
Alunos beneficiados pelo ProUni	6	20,00
Educação a Distância	3	10,00
Históricos dos Estudantes	3	10,00
Formação Pedagógica	2	6,67
Universidade Aberta	2	6,67
Desempenho Acadêmico	2	6,67
Análise das Instituições	1	3,33
Ensino Noturno	1	3,33
Universidade Pública	1	3,33
Análise do ENEM		
Total	30	100

Fonte: as autoras Marigliano, Martins e Tardivo, 2019.

Observa-se que dentro do tema proposto nesta pesquisa 23,33% dos artigos abordaram as Ações Afirmativas, como a Política de Cotas para estudantes afrodescendentes e programas de bolsas para permanência dos estudantes em seus respectivos cursos. Outro fator muito abordado em 20% dos artigos pesquisados foi a entrada de alunos advindos da rede pública de ensino e beneficiados pelo ProUni (AMARAL E OLIVEIRA, 2011; PASSOS E GOMES, 2014; NASCIMENTO E VIEIRA, 2016).

Entre os vários assuntos levantados nestes artigos foram ressaltados temas como: o desempenho acadêmico dos alunos vindos desses programas, análise sobre a qualidade das instituições de ensino que se abriram para essa população de alunos e a qualidade dos cursos ministrados. Para GOMES (2010) e LIMA, COUTINHO, ANDRADE E LOPES (2016), estudos que avaliem os parâmetros de qualidade da formação dos alunos e das instituições de ensino são muito importantes, pois estas características são fundamentais para analisar os profissionais que estarão sendo formados e lançados no mercado de trabalho (CORRÊA E RIBEIRO, 2013; PEREIRA,

CARNEIRO, BRASIL E CORASSA, 2015).

Com o crescimento do número de alunos advindos da seleção do ProUni e as facilidades do FIES, houve um grande aumento das instituições de ensino. Para dar conta desta nova demanda de alunos houve a expansão de novas unidades nas instituições já existentes e a abertura de novas instituições, diante disto, se tornou necessário conhecer qual o nível de ensino está sendo oferecido e como estas universidades e faculdades estão sendo administradas. No estudo de GOMES (2010) foram investigadas as formas como são administradas as universidades e as inconstitucionalidades das leis que regem o ensino superior no Brasil. Foi encontrada uma grande heterogeneidade nestas administrações, uma vez que as leis que regulamentam as instituições de nível superior foram mudadas muitas vezes, cada universidade tem um funcionamento diferente das outras.

Em pesquisa realizada por SOUZA E MONTEIRO (2015) em uma Universidade Federal do Ceará, após consultado o banco de dados com informações sobre as normas de regimento da instituição, também se observou uma grande heterogeneidade com relação ao funcionamento tanto de outras instituições federais quanto de outras universidades do país. Os autores ressaltam que com o uso do Sistema de Gestão Acadêmico pode se fazer a gestão das universidades para que possam ter um sistema de organização mais homogêneo, facilitando assim, a avaliação das mesmas.

Sempre houve uma dificuldade muito grande na inserção na universidade de alunos que concluíram o Ensino Médio, mas não conseguem ir até as unidades de ensino, tanto por questões financeiras quanto sociais. Um recurso encontrado por entidades públicas e governamentais é o Ensino a Distância (EaD), que vem como uma solução e forma de colocação desses alunos. Nos estudos realizados por ARRUDA E. E ARRUDA, D. (2014) e BITTENCOURT E MERCADO (2014), foram abordadas as questões referentes a essa nova modalidade de ensino, inclusive um sério problema que ocorre com a evasão dos alunos destes cursos.

De acordo com BITTENCOURT E MERCADO (2014) por enquanto não existe nenhum tipo de lei que possa combater a evasão dos alunos dos cursos EaD, porém os prejuízos causados são muito abrangentes. Entre os danos pode-se elencar o fechamento de determinados cursos, perdas financeiras e dispensa de funcionários. Segundo os autores, seria necessário que as instituições fizessem investimentos para

incentivar a permanência dos alunos nos cursos, entre elas, investimentos na modernização das plataformas *on-line*, melhor preparo dos professores e tutores, como também melhoras no material didático utilizado nas grades dos cursos (HERNANDES, 2017).

É do conhecimento de todos, a dificuldade para se entrar nas universidades públicas, muitos alunos fazem cursinhos preparatórios para os vestibulares durante um ano ou mais, a depender do curso, mas também nessas universidades ocorre a evasão. No estudo de LAMERS, SANTOS E TOASSI (2017), envolvendo alunos do curso de Odontologia de uma universidade federal do Rio Grande do Sul, foi verificado que de 121 estudantes, 24 evadiram-se do curso e 41 estavam em situação de retenção. Entre as causas desta problemática se destacaram: a dificuldade de adaptação ao ambiente universitário e conseguir conciliar a carreira acadêmica com continuar trabalhando.

Com a implementação das Políticas Públicas para a aprendizagem e as ações afirmativas, uma grande parcela da população que não havia dado continuidade aos seus estudos, pode finalmente se inserir na vida universitária. Com isso, principalmente a partir da década de noventa houve um número maior de pessoas acima dos 40 anos ingressando em cursos superiores, que foram beneficiados pelo ProUni, FIES e anos mais tarde, pela política de cotas e a possibilidade de entrar nas universidades públicas por meio do SISU (HAAS E LINHARES, 2012; BOROCHOVICIUS E TORTELLA, 2014; PEREIRA, CASTRO, LANZA L. E LANZA D. 2014).

Ainda se falando da dificuldade que o aluno da rede pública de ensino tem em ingressar em universidades públicas, no estudo de MATOS, PIMENTA, ALMEIDA E OLIVEIRA (2012) foi abordada a inclusão de alunos da rede pública pelo Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo-INCLUSP. Este programa busca potencializar o ingresso desses alunos no vestibular da FUVEST e que os alunos aprovados permaneçam nos cursos.

Os autores ressaltam que as dificuldades econômicas são um agravante para a evasão dos alunos, por esta razão, muitas universidades públicas tem criado ações afirmativas com auxílio financeiro, por meio de bolsas de permanência para que os alunos consigam continuar na universidade e concluir seu curso. Outra preocupação quanto à permanência de alunos cotistas ou beneficiários de alguma ação afirmativa

nas universidades, diz respeito à qualidade do ensino que eles recebem no Ensino Médio, fator este que tem grande relevância e influência quanto a seu desempenho acadêmico. (FAGUNDES, LUCE E ESPINAR, 2014; MENDES JUNIOR, 2014; MARANHÃO E VERAS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando traçar um panorama sobre o que está sendo produzido referente ao tema “Ensino Superior e Políticas Públicas” observou-se que a maioria dos autores dos artigos pertencem às áreas da Educação, havendo também o interesse de pesquisadores das áreas da Psicologia, Sociologia e Filosofia, entre outras. Este interesse sobre o tema mostra a preocupação de vários segmentos da sociedade com o nível de ensino e as possibilidades de acesso à universidade. Isto ocorre porque a qualidade de ensino oferecida é a base para a formação de novos profissionais que estarão inseridos no mercado de trabalho.

Analisando a produção científica verificou-se que dos artigos estudados, a maioria foi escrito em autoria única, contrariando uma tendência mundial, na qual vários autores fazem parte de um artigo. Nesses artigos de autoria múltipla pode-se verificar autores de áreas diferentes pesquisando sobre um mesmo assunto e chega-se a encontrar artigos escritos por até 13 autores. Quanto ao ano de produção, em 2014 foi encontrado o maior número de produções e com relação aos temas abordados, artigos que falavam sobre as Ações Afirmativas e alunos beneficiados pelo ProUni, tiveram maior interesse dos pesquisadores.

Como uma das limitações encontradas nesta pesquisa, quanto ao levantamento de artigos especificamente sobre o tema, foi observado que nos últimos anos há uma diminuição na produção. Diante disto, verifica-se a necessidade de que mais pesquisas de levantamento de produção científica sejam feitas sobre o tema, utilizando mais de uma base de dados, para que se trace um perfil mais amplo do ensino superior no Brasil. Sugerindo-se, inclusive, que fosse feito um levantamento de quantos dos alunos que ingressaram nas universidades por meio das Políticas Públicas como ProUni ou Políticas de Cotas conseguem chegar ao fim do curso e entrar no mercado de trabalho em sua área de formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. O. ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 70, p. 21 – 42. Mar. 2011. DOI: 10.1590/S0104-40362011000100003

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 70, p. 107 – 125. Mar. 2011. DOI: 10.1590/S0104-40362011000100007

ARAÚJO, J. C. F. ; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 777 – 806. Set. 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000300009

ARRUDA, E. P. ; ARRUDA, D. E. P. Educação à Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do acesso ao Ensino Superior. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321 - 338. Set. 2015. DOI: 10.1590/0102-4698117010

BITTAR, M.; MACIEL, C. E. Políticas de inclusão na educação superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva: o enfoque nas relações étnico-raciais. **Revista Ensaio e Pesquisa em Educação**, v. 1, p. 80-96. 2016. Disponível em <repecult.openjournalsolutions.com.br/index.php/repecult/article/download/6/6> Acesso em 27.06.2019.

BITTENCOURT, I. M. ; MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 83, p. 465 – 504. Jun. 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000200009

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 83, p.263 – 294. Jun. 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000200002

BROCCO, A. K. “Aqui em casa a educação é muito bem-vinda”: significado do ensino superior para universitários bolsistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n, 248, p. 94 – 109. Jan. 2017 DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.98i248.278

BRUNNER, J. J. A ideia da universidade pública: narrações contrastantes . **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n, 82, p.11 – 30. Mar. 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000100002

CORRÊA, G. T.; RIBEIRO, V. M. B. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação stricto sensu. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 2, p. 319 – 334. Jun. 2013. DOI: 10.1590/S1517-97022013000200003

FAGUNDES, C. V. ; LUCE, M. B. ; RODRIGUEZ E. S. O desempenho acadêmico como indicador de qualidade da transição Ensino Médio-Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 635 – 669. Set 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000300004

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Ações Afirmativas: O PROUNI na Educação Superior Brasileira. **Revista UFP.** 2011. <revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1230/1955> Acesso em 27.06.2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo. 2010. Atlas.

GOMES, M. F. Avaliação e natureza administrativa das instituições de ensino superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 68, p. 589 – 610. Set. 2010. DOI: 10.1590/S0104-40362010000300010

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>> Acesso em 26.07.2019.

GURGEL, C. R. Análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes após o primeiro ciclo avaliativo das áreas de agrárias, saúde e serviço social do Estado do Piauí. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 66, p.85 – 104. Mar 2010. DOI: 10.1590/S0104-40362010000100006

HAAS, C. M. ; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 836 - 863. Dez. 2012. DOI: 10.1590/S2176-66812012000400015

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 283 – 307. Abr. 2017. DOI: 10.1590/s0104-4036201700250077

LAMERS, J. M. S. ; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de caso em um curso noturno de Odontologia. **Educação em Revista**, v.33. Abr. 2017. DOI: 10.1590/0102-4698154730

LIMA, M.; COUTINHO, D.; ANDRADE, J. ; LOPEZ, F. N. Trajetórias acadêmicas de estudantes dos Bacharelados Interdisciplinares e do curso de Psicologia: análise de históricos escolares. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 9, p. 395 – 423. Jun. 2016. DOI: 10.1590/S0104-40362016000200007

MARANHÃO, J. D.; VERAS, R. M. O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Salvador. Ba. v. 25, n. 96, p.553 – 584.Mai.2017. DOI: 10.1590/s0104-4036201700250085

MATOS, M. S.; PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. ; OLIVEIRA, M. A. C. O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes

de escola pública ao ensino superior público gratuito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 720 – 742. Dez. 2012. DOI: 10.1590/S2176-66812012000400010

MENDES JUNIOR, A. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 31 – 56. Mar 2014. DOI: 10.1590/S0104-40362014000100003

MORAES, R. C. Políticas públicas para o ensino superior e a pesquisa: a necessária diversidade institucional. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1213 – 1222. Dez. 2010. DOI: 10.1590/S0101-73302010000400009

NASCIMENTO, J. P. R. ; VIEIRA, M. G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 91, p.308 – 336. Jun. 2016. DOI: 10.1590/S0104-40362016000200003

PASSOS, G. O. ; GOMES, M. B. A instituição da reserva de vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 85, p. 1091 – 1114. Dez. 2014, DOI: 10.1590/S0104-40362014000400010

PEREIRA, A. S.; CARNEIRO, T. C. J. ; BRASIL, G. H.; CORASSA, M. A. C. Fatores relevantes no processo de permanência prolongada de discentes nos cursos de graduação presencial: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 89, p.1015 – 1039. Dez. 2015. DOI: 10.1590/S0104-40362015000400009

PEREIRA, G. M. C.; CASTRO, F. N.; LANZA, L. N. M.; LANZA, D. C. F. Panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil: o papel da inovação na criação de novos mercados de trabalho. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 90, p.179 – 198. Mar. 2016. DOI: 10.1590/S0104-40362016000100008

PHÉLIPPE, H. R.; WITTER, G. P. E BURITI, M. A. **Análise da produção científica sobre psicologia forense**. In: WITTER, C.; BURITI, M.A.; WITTER, G. P. (orgs). Problemas psicossociais: análise de produção. Guararema, São Paulo. 2007. Anadarco.

SOUZA, M. R. A. ; MENEZES, M. Programa Universidade Para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 609 – 633. Set. 2014, DOI: 10.1590/S0104-40362014000300003

SOUZA, M. N. A.; MONTEIRO, A. J. Os docentes da Universidade Federal do Ceará e a utilização de alguns dos recursos do sistema integrado de gestão de atividades acadêmica (SIGAA). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 88, p. 611 – 630. Set. 2015. DOI: 10.1590/S0104-40362015000300004

TEIXEIRA, C.; TORALES, M. A. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. **Educar em Revista**, n. 3, p. 127 – 144. 2014, DOI: 10.1590/0104-4060.38111

VASCONCELOS, S. D.; SILVA, E. G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Revista Ensaio Avaliação Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 453-468. Out./Dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n49/29241.pdf>> Acesso em 27.06.2019.

WITTER, C.; BURITI, M. A. & WITTER, G. **Problemas psicossociais análise de produção**. São Paulo. 2007. Anadarco.

Este artigo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Cruzeiro do Sul como requisito para conclusão do Curso Lato Sensu de Especialização em Docência do Ensino Superior (2019) .

SOBRE OS AUTORES:

Rilza Xavier Marigliano:

Doutoranda em Psicologia Clínica na Universidade de São Paulo, Psicóloga e mestre em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. E-mail: rilzamarigliano@hotmail.com

Priscila Bernardes Martins:

Professora do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior da Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: Priscila.bmartins8@gmail.com

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo:

Professora associada do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Membro da Academia Brasileira de Psicologia. Coordenadora do Laboratório de Saúde Mental APOIAR da Universidade de São Paulo. E-mail: tardivo@usp.br

**ESCOLHA PROFISSIONAL, JUVENTUDES E VALORES: UMA DISCUSSÃO
SOBRE O UNIVERSO DE RELAÇÕES SIGNIFICATIVO⁴**

Professional choice, youth and values: a discussion about the significant relations
universe

BARROS, Lucian da Silva

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) / SENAC SP

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar a influência dos valores pessoais e do universo de relações significativas, no processo de escolha profissional de jovens. Os sujeitos foram quarenta e sete jovens, com idades entre catorze e dezoito anos, de ambos os sexos, todos participantes de grupos de Orientação Profissional. O método utilizado consistiu em um processo dialógico-reflexivo que visava levar os jovens a reconhecerem, por meio da discussão coletiva, os valores existentes em suas personalidades. Para a coleta dos dados foram realizadas duas atividades o Jogo das Identificações e o Mapa das Identificações. Os resultados apontaram para a família como principal agente significativo no universo dos jovens, seguida dos amigos e da mídia. O ambiente de trabalho aparece em quarto lugar, seguido dos personagens históricos. A comunidade parece em sexto lugar, seguida da escola e da política que aparecem empatadas. Concluiu-se que as escolhas profissionais dos jovens pesquisados aparecem ligadas aos aspectos que reconhecem como positivo nos outros, sobre os quais realizam identificações, como também ao que reconhecem como aspectos positivos em suas próprias personalidades. O valor social do trabalho desenvolvimento, relacionado ao seu status e da remuneração futura, são fatores que também incidem sobre as escolhas, mesmo que alguns ainda não tenham decidido qual profissional seguir. Os projetos de vida dos jovens pesquisados parecem estar ligados a valores cultivados na sociedade, com objetivos de conquistas individuais, desta forma projetos de orientação profissional tornam-se importantes para uma escolha refletida e contextualizada.

Palavras-chave: Juventudes; orientação profissional; valores pessoais.

Abstract: This article aims to investigate the influence of personal values and the universe of meaningful relationships in the process of choosing young people. The subjects were forty-seven young people, aged between fourteen and eighteen years, of both sexes, all participating in Professional Orientation groups. The method used consisted of a dialogical-reflective process that aimed to get young people to recognize, through collective discussion, the values existing in their personalities. For data collection, two activities were carried out: the Identifications Game and the Identifications Map. The results pointed to the family as the main significant agent in the universe of young people, followed by friends and the media. The work environment appears in fourth place, followed by historical characters. The community appears in sixth place, followed by the school and the politics that appear tied. It was

⁴Trabalho parcialmente apresentado e publicado como resumo expandido no XIV CONPE – Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional.

concluded that the professional choices of the young people surveyed appear linked to the aspects that they recognize as positive in others, about which they make identifications, as well as to what they recognize as positive aspects in their own personalities. The social value of development work, related to its status and future remuneration, are factors that also affect choices, even though some have not yet decided which professional to follow. The life projects of the young people surveyed seem to be linked to values cultivated in society, with the objective of individual achievements, thus professional guidance projects become important for a reflected and contextualized choice.

Key-words: Youths; professional orientation; personal values.

INTRODUÇÃO

Para diversos autores (BOHOSLAVSKY, 1993; KRAWULSKI, 1998; BOCK, 2012; MENDONÇA; SANTOS, 2019), a escolha profissional pode ser considerada, no contexto das sociedades ocidentais industrializadas, como um momento determinante na vida de todo ser humano. Escolher uma profissão parece ser o fator que determinará boa parte do futuro de uma pessoa, sendo aquilo que a guiará por caminhos específicos e a diferentes tipos de vida e modos de viver.

Oliveira, Barros e D'Auria-Tardeli (2017, p. 91), destacam que a escolha da profissão é uma das decisões mais importantes que uma pessoa precisa tomar, havendo várias razões psicológicas básicas que explicam tal importância. Para estes autores “todas as pessoas precisam satisfazer as necessidades que sentem de reconhecimento, elogio, aceitação, aprovação, amor e independência”. Para tal, assumir uma identidade vocacional pode auxiliar no processo de desenvolvimento e integração social.

A escolha profissional é na maioria das vezes realizada ao final do ensino regular (ensino médio) e une-se a outros fatores de mudança (físicas, sociais e psíquicas) que o jovem adolescente também precisa lidar e assimilar a sua vida. A descoberta da sexualidade, a identificação com o grupo de pares, as novas relações estabelecidas com pais e figura de autoridade, entre tantas outras questões, são marcas da juventude que se unem a busca de um espaço no mundo e na sociedade, na qual a escolha de uma profissão exerce papel fundamental.

Como apontam Mendonça e Silva (2019, p. 68), “Toda escolha profissional é permeada por diversos elementos, tais como oportunidades existentes, questões

sociais e econômicas, localidade dos sujeitos que escolhem, dentre outros, de modo que se trata, sempre, de escolhas possíveis”. Sendo esta escolha, como relatado por Bohoslavsky (1993), sobredeterminada, multideterminada e multifacetada.

Desta forma vê-se que o jovem parece não se sentir preparado para escolher, ou mesmo realiza escolhas pouco refletidas (ajustadas à realidade), uma vez que há uma pressão exercida pelo meio exterior, na qual é cobrado dos jovens sucesso e realizações constantes. É a sociedade que impõe ao jovem a hora de escolher uma profissão, cabendo a ele decidir dentre as possibilidades apresentadas aquela que melhor se encaixe às suas condições, ao seu modo de ser, gostos pessoais e expectativas para o futuro. A família, a escola e outras instituições pelas quais o jovem transita no dia a dia, não parecem prepará-lo adequadamente para este momento de escolha e muitas vezes apenas exercem uma função de cobrança ou de legitimação daquilo que o jovem escolhe – se será bom ou não para ele.

Não por acaso os estudos e pesquisas sobre esta área de atuação vêm crescendo nos últimos tempos, profissionais e pesquisadores se debruçam para tentar compreender as motivações que levam os jovens a escolher determinadas profissões em detrimento de outras. Frente a uma realidade do mundo do trabalho cada vez mais diversa, dinâmica e fluída, na qual profissões surgem e somem todos os dias, parece que escolher uma ocupação nunca foi tão complicado.

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a respeito da influência dos valores pessoais e do universo de relações significativo, no processo de escolha profissional de jovens. Buscou-se com esta pesquisa: conhecer as pessoas significativas que compõem o universo de relações dos jovens; descobrir a que âmbitos de suas vidas elas pertencem (família, amigos, escola, trabalho, comunidade, mídia, política ou história); avaliar quais aspectos positivos e valores os jovens destinam a cada uma dessas pessoas; e ainda analisar as possíveis influências da identificação com estas em sua escolha profissional.

Realizou-se para tal uma pesquisa de campo exploratória, sendo os dados coletados com 40 jovens, em grupos de Orientação Profissional a partir de atividades de reflexão realizadas com estes. Os dados obtidos foram analisados a fim de possibilitar o alcance dos objetivos traçados e a prospecção de novas pesquisas e intervenções neste campo.

Fundamentação Teórica

Para Bohoslavsky (1993), a identidade profissional é um aspecto da própria identidade da pessoa, a qual surge de uma contínua interação entre fatores internos e externos. Tal escolha representa um momento de reflexão, de decisão, onde o que está em jogo é todo um futuro ainda desconhecido, o que pode ser um fator gerador de angústia, principalmente frente a tantas e diversas opções, que parecem confundir ainda mais aqueles que necessitam realizar tal escolha.

A formação da identidade é um processo complexo de construção desde os primeiros anos de vida, mas este processo transcorre em um contexto sociocultural específico, por meio da mediação dos adultos e da influência de normas e padrões sociais definidos. [...] Por isso, o adolescente deve enfrentar um conjunto de desafios e tarefas em seu processo de amadurecimento. (OLIVEIRA, BARROS e D'AURIA-TARDELI, 2017, p. 94)

Para Bohoslavsky (1993), ao recorrer a orientação profissional, um jovem demonstra preocupação com a sua pessoa (o que se é), em relação ao seu futuro (quem se tornar), o qual sempre aparece vinculado a figura do outro. Quando uma pessoa pensa em seu futuro, ela nunca o faz de forma despersonalizada e sem um sentido pessoal implicado. Bohoslavsky (1993) destaca que

A escolha profissional sempre se relaciona com os outros (reais ou imaginários). O futuro nunca é pensado abstratamente. Nunca se pensa numa carreira ou numa faculdade despersonalizadas. Será sempre essa carreira ou essa faculdade ou esse trabalho, que cristaliza relações interpessoais passadas, presentes e futuras. (grifos do autor) (p. 53).

Ao escolher uma forma de se envolver no mundo do trabalho bem como a atividade que vai desenvolver, a pessoa mobiliza imagens que adquiriu durante sua vida. Assim, ao pensar em profissões específicas, o indivíduo está expressando que “quer ser como tal pessoa, real ou imaginada, que tem tais e quais possibilidades ou atributos e que supostamente, os possui em virtude de posição ocupacional que exerce” (Bohoslavsky, 1993, p. 53). Ao pensar numa profissão, a pessoa mobiliza uma imagem que foi construída a partir de sua vivência por meio de contatos pessoais, de exposição à mídia, de leituras, de ouvir dizer, realizando desta forma uma transposição das experiências de outras pessoas para si.

Para Lima e Sousa (2020, p. 1118) a adolescência pode ser considerada como “um período permeado de contradições, frequentemente confuso, marcado por

conflitos com o meio familiar, social, de transição e busca pelo conhecimento”. Para estes autores, as ações com este público devem ter como fim a construção da identidade e “satisfazer as necessidades de desenvolvimento da autonomia, do domínio de si e da individualização”.

Todavia o processo de individualização e de construção da autonomia não ocorrem de maneira espontânea, estes devem ser estimulados e ensinados no desenvolvimento dos adolescentes. Uma maneira de viver a adolescência com rumo próprio e com autonomia, segundo apontam Oliveira, Barros e D’Auria-Tardeli (2017, p. 94), “é analisar e enfrentar conflitos que surgem e projetar-se no futuro, ou seja, planejar e construir um projeto de vida”. Na construção deste projeto de vida, a escolha de uma profissão apresenta-se como peça chave, capaz de guiar os rumos a serem tomados no futuro.

Segundo Bohoslavsky (1993), o processo de constituição da identidade profissional ocorre desde a infância, a partir das inúmeras identificações que o indivíduo irá realizando durante sua história de vida com adultos significativos que desempenham papéis profissionais. Essas identificações vão sendo incorporadas à personalidade tornando-se próprias. Das gratificações ou frustrações com esses profissionais significativos, nas relações atuais e passadas, se constituirá o tipo de relação com o mundo adulto em termos profissionais e a formação do ideal de ego, ou seja, é a partir do que se admira e deseja e do que se rejeita que surgirão as expectativas a respeito de si mesmo e as aspirações do modo de ser que se quer alcançar. “Para um adolescente, definir o futuro não é somente definir o que fazer, mas, fundamentalmente, definir quem ser e, ao mesmo tempo, definir quem não ser”. (Bohoslavsky, 1993, p. 53-54).

Segundo apontado por Krawulski (1998 p. 5), “a escolha profissional configura-se como um processo que inevitavelmente remeterá os jovens à sua inserção em uma realidade multiprofissional e em um mercado de trabalho em constante transformação”. Esta escolha representa nos dias de hoje, um momento de reflexão, de decisão, onde o que está em jogo é todo um futuro ainda desconhecido, o que pode ser um fator gerador de angústia, principalmente frente a tantas e diversas opções, que parecem confundir ainda mais aqueles que necessitam realizar tal escolha. Para esta autora, escolher uma profissão traz à tona a existência de inúmeros valores, às vezes ainda pouco conhecidos pelos jovens, mas que serão determinantes

em suas escolhas.

Escolher uma profissão significa, em sentido mais amplo, escolher a atividade laboral à qual será dedicada boa parte da vida futura. Neste sentido, a escolha profissional nos remete ao conceito de trabalho enquanto categoria que constitui a mediação entre o indivíduo e a sociedade e, através dela, a concretização das determinações individual e social presentes nesta escolha. (Krawulski, 1998, p. 6).

A escolha profissional vai depender, assim como dependem também outras escolhas, das influências externas sofridas por estes adolescentes no decorrer de sua vida, pela forma como desenvolveram as relações com o mundo e com os outros. Para Bock (2002), o ser humano desenvolve suas habilidades, personalidade, suas atitudes na relação com o outro e esta relação está mediada pela sociedade. Então se torna impossível pensar qualquer fator da vida do homem desconectado desta mesma sociedade da mesma forma que é impossível pensar homem e trabalho de modo desconectado, pois a história do trabalho se confunde com a história da humanidade.

De acordo com Krawulski (1998), na linguagem cotidiana, a palavra trabalho possui muitos significados, quase sempre conotando a ação do homem para sobreviver e realizar-se. Desta forma o trabalho se constitui como uma ação transformadora do homem sobre a natureza, e ao realizar um trabalho o homem transforma a si mesmo de maneira contínua. Portanto, o exercício de uma atividade laboral é algo cultivado e pregado nas mais diversas culturas, sendo este um valor que é apresentado aos jovens desde muito cedo. Em nossa cultura termos como trabalho, profissão, emprego e carreira, que apesar de diferentes, são muitas vezes compreendidos como complementares. O jovem, ao escolher uma profissão, está em suma buscando uma forma de integrar-se ao mundo em que vive, busca uma maneira de transformar a natureza, a sociedade e a si próprio. Segundo Bock (2002):

A escolha profissional resulta de um processo, mas é efetivada em determinado momento, estabelecido socioculturalmente. A ocasião da escolha profissional não acontece em função de um pressuposto amadurecimento biopsicológico do indivíduo, mas é determinada pela cultura educacional / profissional de uma classe social e/ou de uma sociedade. (p. 179).

A necessidade de se pensar a adolescência como fator histórico social se faz necessária para que as ações de auxílio sejam de fato eficazes. Conforme relatam Bock, Gonçalves e Furtado (2002), a Orientação Profissional, quando vê a

adolescência como fase natural caracterizada por dúvidas e crises de identidade, terá, com certeza, um tipo de proposta de trabalho; a própria escolha de profissão fica naturalizada. Contudo, quando considera que essa fase é construída historicamente e que suas dificuldades são geradas fundamentalmente pela contradição condição/autorização, terá outro tipo de proposta para esses jovens. “Contribuir para que compreendam esse processo e se apropriem de suas determinações, tornando-se mais capazes de interferir no mundo social, deve ser a meta desse trabalho”. (p. 171)

Bohoslavsky (1993, p. 99), destaca que “a escolha não é um momento estático no desenvolvimento de uma pessoa. Ao contrário, é um comportamento que se inclui num processo contínuo de mudança da personalidade”. Se pensarmos que é na fase da adolescência que o jovem começa a refletir mais sobre qual a melhor profissão a seguir, perceberemos que sobre esta escolha incidem diversos fatores, que não pode sem esquecidos ou deixados em segundo plano, tais como: Conhecimento de si mesmo (quem eu sou, quem fui, quem eu quero ser, qual o meu projeto de vida, como me vejo no futuro desempenhando o meu trabalho, quais são meu principais gostos, interesses e valores...); Conhecimento das profissões (o que são, o que fazem, como fazem, onde fazem, quais possibilidades de atuação e remuneração...); A escolha propriamente dita (a escolha implica: decisão pessoal, deixar de lado tudo que não é escolhido e fazer viabilizar a escolha (fazer acontecer); entre tantas outras coisas que não caberiam aqui.

Ainda segundo Bock (2002):

A melhor escolha profissional é aquela que consegue dar conta (reflexão) do maior número de determinações para, a partir delas, construir esboços de projetos de vida profissional e pessoal. Utiliza-se o termo projeto para firmar a possibilidade de transformação / mudança da pessoa e, por que não, também de a sociedade na qual ela está inserida. (p. 181)

Portanto, um verdadeiro trabalho de Orientação Profissional deve ser centrado no jovem, possibilitando a ele enxergar a sociedade na qual está inserida, o mercado de trabalho atual, e principalmente a se conhecer, saber quais são as suas habilidades, o que gosta e o que não gosta com o que se identifica o que pensa sobre o futuro, enfim, levá-lo ao ponto de amadurecer suas idéias, a fim de superar suas expectativas vindouras. Concordamos com Melo-Silva, Munhoz e Leal (2019), ao destacarem que

[...] a Orientação Profissional, enquanto intervenção, é definida como um processo que deve ser realizado ao longo da vida, que pode ter como finalidade trabalhar a escolha, a inserção profissional ou o desenvolvimento de um projeto de carreira, com vistas ao desenvolvimento pessoal e social do sujeito. (p. 4)

Segundo Bock (2010) a prática da Orientação Profissional tem atingido com maior intensidade as camadas médias e altas da população brasileira, porque tradicionalmente são essas as classes que chegam ao ensino universitário desde a democratização do acesso ao ensino superior, ocorrida a partir da segunda metade do século XX e, principalmente, durante a ditadura militar. Em função da baixa escolaridade a que a maioria da população brasileira foi e é submetida, a Orientação Profissional se firmou como um fenômeno dos extratos mais privilegiados da população. E ainda por ser realizada na maioria das vezes em um caráter individualizado, por orientadores das mais diversas formações, a Orientação Profissional tornou-se uma prática elitista (daqueles que podiam pagar por ela), dificultando seu acesso e democratização por muitos anos.

Melo-Silva, Munhoz e Leal (2019, p. 5), destacam que as práticas de Orientação Profissional vão além dos contextos individuais, estas “se inserem em um contexto mais amplo que envolve questões relativas à política, economia, cultura, etnia e localização geográfica e estão intimamente relacionadas a essas questões”. Os processos sociopolíticos afetam diretamente as intervenções de carreira, guiando muitas vezes as escolhas profissionais dos indivíduos para determinadas direções, conforme o momento histórico experienciado.

Porém, este quadro vem se alterando ao longo das últimas décadas, principalmente a partir da ampliação do conceito de Orientação Profissional, que não se direciona mais apenas para uma carreira universitária, abrangendo agora também outras direções que a vida profissional de um indivíduo possa seguir sem necessariamente passar pelos bancos de uma universidade.

Vale também destacar as iniciativas governamentais que visam proporcionar maior profissionalização a toda população por meio de cursos técnicos ou mesmo cursos de curta duração em que se possa aprender a desempenhar uma profissão. Há ainda, mais atualmente, programas do governo que visam ampliar cada vez mais o acesso de toda população ao nível superior de ensino, tais como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Financiamento Estudantil (FIES), entre outros,

o que tem gerado um considerável aumento das discussões a respeito dos processos de Orientação Profissional, colocando-a como tema frequente nas agendas de muitos governantes e pesquisadores, visando sempre a criação de políticas públicas direcionadas a essa área, dada sua importância e relevância comprovadas, para o bem-estar e satisfação futuras de muitos trabalhadores.

Para dar conta destas novas demandas, faz-se uso de práticas de Orientação Profissional realizadas em caráter grupal, nas quais os integrantes podem trocar informações, relatar experiências, e assim, contribuir um com o outro, o que amplia ainda mais o universo de alcance da Orientação Profissional, não mais restrita aos consultórios. Além disso, na situação grupal é possível se utilizar de técnicas dramáticas e expressivas, atividades cooperativas, que são facilitadoras para os adolescentes, pois favorecem o compartilhamento de sentimentos, problemas e vivências semelhantes entre eles, enriquecendo a sua gama de possibilidades reflexivas e auxiliando na escolha profissional. Ao escolher uma profissão o jovem baseia esta escolha nos valores existentes em sua personalidade, os quais foram sendo construídos ao longo de sua vida.

Valores são, segundo Araújo (2002), construções sócio-histórico-culturais que revestem de afetividade as diversas relações que o ser humano realiza em seu cotidiano. Os valores fazem parte da sua vida e são pré-concebidos de acordo com as experiências vividas e dos sentimentos relativos a essas. De acordo com esse autor, esta construção parte da projeção de sentimentos positivos que cada sujeito faz sobre objetos, e/ou pessoas, e/ou relações, e/ou sobre si mesmo no decorrer de seu desenvolvimento.

Para o autor, esta discussão tem início no campo psicológico, pois a questão que norteia esse tema se origina na reflexão de como cada ser humano se apropria de determinados valores e não de outros. Entender como se dão esses processos constitutivos da natureza humana é uma meta da psicologia que pode influenciar na elaboração de modelos educativos mais adequados à realidade dos seres humanos e aos objetivos da sociedade. (Araújo, 2002)

Com isso, entende-se que um sujeito pode projetar sentimentos positivos sobre: objetos (ex: a escola); pessoas (ex: um amigo ou o pai); relações (ex: a forma da realidade psicológica carinhosa com que um homem trata uma mulher, ou um professor a seus alunos); sobre si mesmo (e aqui temos a base da autoestima).

Complementando a discussão, é importante acrescentar que, partindo da realidade psicológica, existem possibilidades de o ser humano construir valores que não sejam morais. Assim, entende-se que os valores e contra-valores vão se organizando e se incorporando à identidade individual e às suas próprias representações.

Araújo (2002) entende que à medida que os valores vão se constituindo no indivíduo, eles se organizam em um sistema que cada sujeito constrói, criando a base das representações de si, sendo algumas delas de maneira mais central, e outras, de maneira mais periférica. O que determina esse "posicionamento" é a intensidade da carga afetiva vinculada a determinado valor ou contra-valor construído.

Compreende-se então que a formação de valores é um processo individual que ocorre no nível psicológico de cada indivíduo e está intimamente ligada com as relações afetivas do seu entorno. Dessa maneira, a promoção de relações positivas, seja cultural, temporal ou espacial é essencial para a construção de valores morais, tais como, justiça, respeito, dignidade, tolerância, solidariedade. Assim, ao escolher uma profissão o jovem está fazendo uso de certos valores existentes em sua personalidade, os quais são centrais e determinam o modo com que se relaciona com si, com o outro e com o mundo ao atribuir um valor, seja positivo ou negativo, a certa pessoa ou instituição.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa exploratória, a qual teve por objetivo investigar a respeito da influência dos valores pessoais e do universo de relações significativo, no processo de escolha profissional de jovens. Os dados analisados foram gerados por meio de atividades desenvolvidas em uma intervenção educacional com jovens em momento de escolha profissional. Tais dados produzidos foram de natureza quali-quantitativa, representados pelas respostas dos jovens as atividades propostas, tanto em valor numérico quanto em aspectos emergidos em discussões coletivas nas falas dos jovens.

Segundo Sampieri, Callado e Lucio (2013, p. 101), a pesquisa exploratória tem como objetivo "examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco estudado, sobre o qual temos muitas dúvidas", proporcionando assim maior familiaridade com o problema elencado, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Neste contexto, tais pesquisas podem se basear em pesquisas bibliográficas ou

mesmo estudos de casos.

Ainda segundo Sampieri, Callado e Lucio (2013):

Os estudos exploratórios servem para nos tornar mais familiarizados com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informação sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações e postulados. (p. 101)

Para a realização desta discussão foram pesquisados jovens participantes em 3 grupos de Orientação Profissional, conduzidos pelo autor⁵ deste estudo no segundo semestre de 2018 em um Centro da Juventude (CEJUV), localizado na região da Baixada Santista/SP. A proposta de Orientação Profissional desenvolvida com os jovens recebeu, autorização e anuência da instituição responsável pela formação do jovens⁶.

Os grupos de Orientação Profissional foram desenvolvidos em uma instituição pública reconhecida como um centro de convivência e fortalecimento de vínculos que atende jovens entre 14 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social, conhecida como CEJUV, situada na região da Baixada Santista no estado de São Paulo. A participação dos jovens nestes grupos foi de caráter voluntário, uma vez que este projeto Orientação Profissional não fazia parte das propostas de atividades desenvolvidas na instituição.

Os sujeitos foram 40 jovens, com idades entre 14 e 18, de ambos os sexos, sendo destes 26 meninas representando 65% e 14 meninos os quais representaram 35% dos participantes. Com relação a escolarização, todos os jovens são estudantes do ensino médio em escolas públicas estaduais, entre o 1º e o 3º ano, moradores de regiões periféricas da cidade em sua maioria em situação de vulnerabilidade social, os quais recebem auxílio financeiro para sua frequência na instituição, conforme programa assistencial existente no município. Como já apontado, todos os jovens participaram de grupos de Orientação Profissional.

⁵ O presente autor da pesquisa, além da formação em psicologia, detém também especialização em Orientação Profissional e de Carreira, contando com ampla experiência na condução de grupos com jovens em momento de escolha profissional.

⁶ Dada a característica do projeto desenvolvido na instituição a presente proposta não passou por autorização de Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), visto que os dados obtidos para a discussão foram obtidos por meio de uma intervenção prática realizada com os jovens. Todavia, foram coletadas as autorizações da instituição, dos participantes e de seus responsáveis legais, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As características dos jovens participantes mostraram-se bastante diversas quanto a estrutura familiar, gostos musicais, estilos de roupa, religião, entre outras, o que trouxe maior riqueza as discussões realizadas. Em sua maioria não haviam em suas famílias nenhum membro que tivesse cursado o ensino superior e apresentavam baixas expectativas quanto ao seu futuro profissional.

A criação do projeto de Orientação Profissional desenvolvido na instituição partiu de uma necessidade identificada pelos educadores que acompanhavam os jovens nas diversas oficinas (dança, teatro, artesanato, entre outras). Estes perceberam que os jovens não tinham muito claras suas perspectivas de futuro profissional e que necessitavam de um trabalho mais focado neste aspecto de suas vidas, uma vez que todos cursavam o Ensino Médio.

O projeto de Orientação Profissional foi dividido em 8 encontros com média de 3 horas de duração cada, desenvolvido com 3 grupos de jovens, no período da tarde, visto que os jovens estudavam nos períodos matutino e noturno. Os objetivos traçados para esta proposta de Orientação Profissional, foram os seguintes: 1) possibilitar condições para que o adolescente possa decidir sobre sua Escolha Profissional de maneira refletida e contextualizada; 2) incentivar o adolescente a refletir sobre o seu Projeto de Vida que vai além de uma escolha profissional, tomando seu desenvolvimento de maneira global; 3) informar sobre a diversidade de profissões existentes no atual mercado de trabalho, traçando um panorama geral das mais diversas profissões e carreiras; e 4) identificar nos adolescentes os valores que influenciam em suas escolhas, possibilitando assim uma ampliação de seu autoconhecimento.

Instrumentos de coleta de dados

Como instrumentos de coleta dos dados foram realizadas duas atividades, durante o processo de Orientação Profissional, sendo elas: 1) *Jogo das Identificações*; 2) *Mapa das Identificações*. Ambas as atividades foram aplicadas nos 3 grupos de orientação desenvolvidos.

A metodologia de intervenção utilizada embasou-se em um processo dialógico-reflexivo que visava levar os jovens a reconhecerem, por meio da reflexão individual e da discussão coletiva, os valores existentes em suas personalidades. Assim, os jovens realizaram as atividades como parte do processo de Orientação

Profissional, refletindo sobre elas com seus pares. A partir das respostas dos jovens, assim como as discussões geradas em grupo, foram obtidos os dados analisados na sequência deste trabalho. Apresentamos agora mais detalhadamente as atividades desenvolvidas pelos jovens.

Na primeira atividade, o *Jogo das Identificações*, descrita por Bock (2010), os jovens deveriam escrever os nomes de diferentes pessoas que em suas opiniões detinham as características nomeadas no jogo, a saber: uma pessoa que leva a vida legal, uma pessoa de sucesso, uma pessoa admirável, uma pessoa bonita, uma pessoa realizada profissionalmente, uma pessoa de prestígio, uma pessoa feliz, uma pessoa batalhadora e uma pessoa legal.

Os jovens recebiam uma folha de papel na qual já estavam impressas as sentenças do jogo e deveriam analisar quais pessoas em sua opinião representavam da melhor forma tais características. O jogo contava com três regras: os jovens não poderiam repetir as pessoas citadas, sendo uma pessoa diferente para cada ponto; estas poderiam ser quaisquer pessoas, independente se os jovens as conhecessem pessoalmente ou não; e o jovem não poderia neste momento citar a si próprio no jogo.

A segunda atividade, o *Mapa das Identificações*, construída pelo autor especialmente para a intervenção com os grupos em questão, teve por objetivo levar os jovens a situar as pessoas citadas anteriormente em algum âmbito de sua vida, aqui referenciado como seu universo significativo: família, amigos, escola, trabalho, comunidade, mídia, política ou história. Para tanto os jovens deveriam escolher uma marca pessoal que os representasse nessa etapa e com canetas coloridas marcar estas pessoas no mapa colado na parede. A “marca pessoal” poderia ser um desenho, uma rubrica ou mesmo um símbolo, que representasse o jovem e possibilitasse sua diferenciação dos demais.

Os jovens deveriam primeiramente analisar o que haviam escrito e refletir sobre quem eram tais pessoas citadas e onde estas pessoas se encontravam no contexto de suas vidas, feito isso deveriam então preencher o mapa, cada um a seu tempo. Cada jovem deveria usar sua marca pessoal oito vezes, conforme a quantidade de sentenças da atividade anterior, cada pessoa somente poderia aparecer em um âmbito da vida dos jovens. Caso a mesma pessoa se situasse em dois diferentes, como por exemplo, amigos que podem se situar neste âmbito e também na escola, os jovens deveriam escolher qual seria aquele que melhor

representasse essa pessoa.

Para melhorar a visualização desta segunda atividade, foram impressos em folhas de papel cada um dos âmbitos citados e colados na parede na mesma ordem em que foram citados aqui. Estes representam os espaços comuns, pelos quais os jovens transitam em seu cotidiano. No Mapa aparecem dispostos pela ordem de proximidade, ou seja, do universo mais próximo aos jovens (família), até o considerado inicialmente mais distante (história). Esta segunda atividade foi elaborada com o objetivo de dar maior visibilidade às discussões realizadas na primeira e aprofundar o debate a respeito da importância do meio social e das relações interpessoais, no processo de construção da sua identidade, o que irá influenciar diretamente sua escolha profissional.

Após o término de cada atividade foram realizadas discussões com os jovens nas quais estes puderam expor seus motivos pela realização das escolhas. Ao final foi solicitado aos jovens que nomeassem a si próprios no jogo, escolhendo uma característica que melhor os representasse. Este momento teve por objetivo analisar o autoconceito dos jovens e relacioná-lo também com a escolha profissional.

Como parte final desta pesquisa exploratória, passamos então a apresentação dos dados emergidos do processo de Orientação Profissional desenvolvido com os grupos de jovens. Optamos em um primeiro momento pela análise quantitativa, apresentando os dados, com sua consecutiva análise qualitativa.

RESULTADOS

A análise dos dados foi realizada em seus aspectos quantitativo e qualitativo. Inicialmente, realizou-se a contagem das citações feitas por todos os grupos de jovens no *Mapa das Identificações*. O objetivo neste momento foi o de apurar qual dos âmbitos aparecia em predominância, em uma escala do mais citado ao menos citado (Tabela 1).

A análise qualitativa dos dados fez uso das falas dos jovens, que deveriam justificar a escolha de determinada pessoa para a característica em questão. Neste momento levaram-se em consideração os motivos que os jovens alegavam para as escolhas que fizeram que porque acreditavam que tal pessoa detinha em sua personalidade este aspecto. Tais falas foram anotadas pelo pesquisador em seu diário e serviram como uma base geral de análises.

MAPA DAS IDENTIFICAÇÕES

CATEGORIAS	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Subtotais
FAMÍLIA	62	30	48	140
AMIGOS	33	20	42	95
ESCOLA	2	2	3	7
TRABALHO	13	2	3	18
COMUNIDADE	3	2	3	8
MÍDIA	33	17	21	71
POLÍTICA	2	2	3	7
HISTÓRIA	5	6	3	14
Nº CITAÇÕES	153	81	126	360

Tabela 1 – Citações dos jovens conforme o grupo

Os resultados apurados no mapa apontaram para os seguintes dados quantitativos (Tabelas 1 e 2): ao total os jovens fizeram 360 citações, nas quais a família aparece em primeiro lugar com um total 140, o que representa 39% da amostra. Na sequência aparecem os amigos com 95 citações representando 26% e em terceiro lugar a mídia com 71 menções, ou seja, 20% do total dos dados apurados.

As pessoas do ambiente de trabalho aparecem em quarto lugar com 18 citações o que equivale a 5%, seguidas dos personagens históricos com 14 citações representando 4%. O âmbito da comunidade, parece em sexto lugar com oito citações 3%, seguido da escola e da política que aparecem empatadas em último lugar com sete citações, o que equivale cada a 2% do total.

Em todos os grupos é possível perceber, conforme exemplificado na Tabela 1, proporcionalmente ao número de participantes, uma equivalência no que diz respeito à classificação de cada âmbito, nos quais família e amigos despontam como os primeiros nos três grupos analisados. Da mesma forma os âmbitos da escola e política são os menos citados em todos os grupos.

MAPA DAS IDENTIFICAÇÕES

	Categorias	Subtotais	%
1º	Família	140	39
2º	Amigos	95	26

3°	Mídia	71	20
4°	Trabalho	18	5
5°	História	14	4
6°	Comunidade	8	3
7°	Escola	7	2
7°	Política	7	2
	Total	40	100%

Tabela 2 – Classificação dos âmbitos conforme a citação dos jovens

A Tabela 3 apresenta os dados referentes ao autoconceito dos jovens, frente à solicitação de citarem a si próprios no jogo.

Do total de 40 jovens, 16 citam a si próprios como uma pessoa feliz, o que representa 40% da amostra. Uma pessoa batalhadora aparece na sequência com sete citações, representando 18% do total seguida de uma pessoa que leva a vida legal e uma pessoa bonita que contaram com cinco citações cada, ou seja, 12% do total de jovens. Uma pessoa legal aparece bem próxima recebendo quatro citações, o que equivale a 10% dos jovens.

Dos jovens, dois citaram a si próprios como uma pessoa admirável, 5% da amostra e um jovem se identificou como uma pessoa de sucesso, equivalendo a 3% do total da amostra pesquisada. As categorias uma pessoa realizada profissionalmente e uma pessoa de prestígio não receberam nenhuma citação dos jovens durante esta fase da atividade.

VALORES SOBRE SI MESMO

	<u>Categorias</u>	<u>Subtotais</u>	<u>%</u>
1°	Uma pessoa feliz	16	40
2°	Uma pessoa batalhadora	7	18
3°	Uma pessoa que leva a vida legal	5	12
3°	Uma pessoa bonita	5	12
4°	Uma pessoa legal	4	10
5°	Uma pessoa admirável	2	5

6°	Uma pessoa de sucesso	1	3
7°	Uma pessoa realizada profissionalmente	0	0
7°	Uma pessoa de prestígio	0	0
Total		40	100%

Tabela 3 – Classificação das categorias segundo o autoconceito dos jovens

DISCUSSÃO

De acordo com Lemos, Henriques e Going (2016, p. 70), a partir do processo de orientação profissional, os jovens passam a “ter a possibilidade de compreender os mecanismos envolvidos nesse processo, tomar contato com as várias opções disponíveis, perceber se a escolha está sendo ou não influenciada pelo grupo familiar ou pelos meios de comunicação”. Assim, passamos a compreender quais os fatores que influenciam as escolhas destes jovens partindo dos valores que os próprios jovens atribuem ao seu meio social.

A família aparece como principal agente significativo no universo dos jovens (39%), sendo representada seja pela família nuclear (pais e irmãos) ou mesmo pela família mais extensa (avós, tios e primos). Conforme apontado por Vautero, Taveira e Silva (2020, p. 22) “a família assume uma influência inequívoca nas decisões de carreira”, porém esta influência atua de maneiras muito diversas, havendo por exemplo influências culturais. Estes autores atestam que em algumas culturas identifica-se a influência maior das mães no processo de escolha profissional dos filhos, enquanto em outras verifica-se mais a influência paterna. Ainda Segundo estes autores (p. 23), fatores de gênero também precisam ser considerados quando observamos a influência familiar, para eles “a influência do sexo é um fator de peso; notam-se diferenças entre o apoio dado pelo pai e pela mãe e o sexo dos filhos. A atuação da mãe ainda continua a ter destaque sobre a carreira de sua prole”.

Assim, concordamos também com Bohoslavsky (1993, p. 58), que “o grupo familiar constitui o grupo de participação e de referência fundamental, e é por isso que os valores desse grupo constituem bases significativas na orientação do adolescente”. O autor ainda destaca que tais valores de referência, ligados ao grupo familiar, podem ainda operar seja de modo positivo ou negativo no campo das escolhas profissionais, estando relacionados principalmente ao tipo de vínculos estabelecidos.

Nesta pesquisa objetivou-se elencar principalmente os valores positivos,

então pode-se perceber que os jovens pesquisados atribuem esses em sua maioria, aos membros de suas famílias, principalmente pela proximidade que exercem.

O grupo de amigos, configura-se como importante nas citações dos jovens. Sabe-se que os pares exercem forte influência quando relacionado aos modos de vida, ser e se expressar na adolescência. Desta forma considera-se que as próprias escolhas realizadas pelos jovens, também são uma forma de agradar e se integrar neste grupo tão valorizado. A visão positiva com o qual os jovens se referem aos seus amigos, possibilita compreender que muitas vezes estes ocupam o lugar de principais referências, sendo considerados mais relevantes até mesmo que a família, no momento das escolhas.

Com relação à análise dos dados torna-se possível averiguar que, no que tange à família e aos amigos as citações dos jovens se mantêm mais localizadas em aspectos que não tocam diretamente a questões ligadas a profissão (uma pessoa que leva a vida legal, bonita, feliz ou simplesmente legal), porém que lhe são bastante significativas. No item que fala a respeito de uma pessoa batalhadora, os jovens em sua grande maioria fazem menção aos pais ou mesmo avós, que em sua opinião batalharam no dia-a-dia para a sua criação.

De acordo com Pereira e Garcia (2007, p. 81), as relações entre amizades e escolha profissional, ainda é um tema pouco estudado no campo da Orientação Profissional. Segundo este autores, apesar de os jovens “perceberem uma influência social limitada dos amigos na determinação da escolha profissional, ela continua a existir, ao lado de outros processos psicossociais, como apoio social”. Para estes autores questões como apoio emocional e cooperação por parte dos amigos, influem no processo de escolha profissional dos jovens, uma vez que este desejam ser aceitos e apoiados por seu grupo de pares.

Já nas questões mais relacionadas à vida profissional (uma pessoa de sucesso, prestígio ou realizada profissionalmente) aparecem em maior número figuras da mídia (jogadores de futebol, apresentadores de televisão, atores entre outros), principalmente no que tange ao aspecto financeiro e ao reconhecimento público que os trabalhos desenvolvidos por estes têm. Concorda-se com Lemos, Henriques e Going (2016) que

O jovem acaba recebendo influência de várias fontes de informação: de suas próprias experiências; dos relacionamentos que estabelece durante a vida (pais, amigos, namorados(as), pessoas famosas em

decorrência da escolha que fizeram). Outra influência bastante considerável é a dos meios de comunicação: rádio, TV, cinema, jornais, revistas. Ou seja, da mídia de modo geral. (p. 76)

Desta forma não se pode ignorar a maneira como estas figuras midiáticas têm influenciado a vida dos jovens de maneira geral, inclusive em suas escolhas profissionais. São sinônimo de sucesso, de realização, de fama, entre outros aspectos muito valorizados, os quais são também almejados pelos jovens. Importante destacar que não se trata especificamente de querer ter a mesma profissão que o ídolo, mas sim procurar um trabalho que possibilite muitas vezes o mesmo status social e financeiro. “Por meio de um projeto de carreira bem-sucedida ou bem remunerada, dentro dos padrões atuais, as pessoas podem conferir valor a si próprio, podem dar significado ao sentido de vida que procuram e ao status social que querem ocupar”. (OLIVEIRA, BARROS e D’AURIA-TARDELI, 2017, p. 108)

Dos jovens pesquisados, 22 mencionam a si próprios na atividade, sendo que grande parte se reconhece como uma pessoa feliz (oito citações), enquanto outros se consideram pessoas batalhadoras (quatro citações), que levam a vida de maneira legal (três citações) e uma pessoa bonita (três citações). Nenhum dos jovens citou a si próprio como uma pessoa realizada profissionalmente ou mesmo de prestígio, este dado pode ser analisado sob a perspectiva de que por serem ainda adolescentes não consideram que já sejam pessoas realizadas, seja qual for o âmbito de sua vida, já no que diz respeito ao prestígio, esta qualidade é em sua maioria atribuída pelos jovens a pessoas mais velhas, geralmente avós e pessoas da comunidade (líderes religiosos).

Lemos, Henriques e Going (2016, p. 86), destacam a necessidade de possibilitar aos jovens uma escolha profissional livre de pressões e imposições. Para elas, “o jovem, nessa fase de busca de sua identidade, inclusive profissional, necessita de parâmetros confiáveis nos quais se apoiar; de uma orientação segura, mas não de imposições ainda que camufladas”.

Esta pesquisa ainda chamou a atenção para o fato de a escola, representada por professores, direção e funcionários em geral, ser pouco citada pelos jovens em seus relatos. Em um primeiro momento, este dado pode ser tomado como uma possível desvalorização desta e de seus agentes no universo de relações significativo dos jovens pesquisados e, por conseguinte, dos jovens de maneira geral. Todavia faz-se importante destacar que a escola exerce sim importante influência na vida dos

jovens e em suas escolhas profissionais.

Pereira e Garcia (2007), apontam que

Amigos, familiares e professores mantêm relacionamentos com os adolescentes que envolvem diversos processos que, no presente caso, são relevantes para a escolha profissional. Se familiares e professores se destacam pela influência exercida, a cooperação emerge como outro processo subjacente à escolha, afetando e sendo afetado pela influência dos pais e professores. (p. 82)

Nesta pesquisa, ao permitir que os jovens citassem pessoas de qualquer contexto, possibilitou uma ampliação de seu universo de significações, sendo assim, se comparada com outros, a escola não tenha ficado em evidência e por consequência seus agentes. Os professores em geral, são peças importantes no despertar dos interesses dos jovens e suas vocações, assim como na construção de seus projetos de vida e carreira. As escolas devem então reafirmar seu papel e compromisso no auxílio dos jovens na escolha de uma profissão e na construção de seus futuros. Pois de acordo com Melo-Silva, Munhoz e Leal (2019)

A necessidade de adoção de políticas públicas indutoras de ações no contexto educacional, que visem preparar os jovens para a vida profissional, incluindo o desenvolvimento de habilidades necessárias ao papel de trabalhador, a escolha da profissão e a inserção no mundo do trabalho, tem sido defendida com maior vigor desde o século passado por entidades internacionais. (p. 4)

Lemos, Henriques e Going (2016, p. 87), destacam a importância de desenvolver nas escolas trabalhos de orientação profissional, “não apenas com os jovens mas também junto às famílias, com o intuito de prepará-los para escolhas mais amadurecidas diante de um mundo do trabalho que muitas vezes impõe ideais distanciados do próprio eu”.

Todavia não podemos deixar de chamar atenção, para a questão socioeconômica como fator de influência nas escolhas profissionais destes jovens. Como já mencionado anteriormente, todos encontram-se em situação de vulnerabilidade social, residindo em bairros periféricos da cidade, os quais seus pais e familiares não atingiram o nível superior de ensino. Vautero, Taveira e Silva (2020, p. 22), apontam que “quanto mais alto o estudante classifica a condição socioeconômica de sua família, mais provável que, ao fazer sua escolha de carreira, ele seja guiado por seus interesses”. Tal afirmação nos possibilita pensar que no caso dos jovens pesquisas suas escolhas profissionais podem se distanciar em certo grau

de seus próprios interesses, visto as necessidades concretas da vida que encontram pela frente. Ter uma profissão que garanta um maior ganho financeiro e com isso uma mudança de vida parece ser mais valorizada pelo próprio jovem do que algo que responda a sua personalidade e subjetividade.

Foi possível concluir que as escolhas profissionais dos jovens pesquisados aparecem ligadas àquilo que eles reconhecem como positivo nos outros, sobre os quais realizam identificações, como também ao que reconhecem como aspectos positivos em suas personalidades. Aspectos estes que necessitam ser mais desenvolvidos, para que os jovens possam realizar uma escolha refletida e contextualizada, que atenda aos seus desejos e expectativas quanto a suas vidas futuras. Desta forma concordamos com Melo-Silva, Munhoz e Leal (2019) que

Para além da identificação de interesses e habilidades, de informações sobre o universo profissional e o mercado de trabalho, é fundamental considerar que, ao longo da escolarização, é importante ajudar os alunos a construir seu projeto de vida e incorporar os valores relativos ao trabalho e desenvolver competências-chave que serão utilizadas, no futuro, para o planejamento, o desenvolvimento e a progressão na carreira no século XXI, em um cenário configurado pelo desaparecimento de postos de trabalho, o surgimento de novas profissões e ocupações e os inúmeros desafios colocados ao trabalhador, entre eles resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (p. 14)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui realizadas tiveram como objetivo investigar a respeito da influência dos valores pessoais e do universo de relações significativo, no processo de escolha profissional de jovens. Toda escolha realizada é permeada por diversos valores construídos ao longo da vida na interação pessoas, instituições, sistemas políticos e culturais, entre outros. O jovem ao escolher uma profissão fará uso dos valores constituintes de sua personalidade. A identificação com pessoas do universo significativo acarreta para a escolha da profissão valores que podem ser negativos ou positivos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando para coleta de dados duas atividades (Jogo das Identificações e Mapa das Identificações), durante o processo de orientação profissional de jovens com idades entre 14 e 18 anos, participantes de uma instituição conhecida como CEJUV.

Os jovens no contexto desta pesquisa, a partir das atividades realizadas,

foram levados a elencar pessoas em que identificavam valores positivos, que poderiam ou não ser associados à escolha da profissão, mas que fizessem parte de seu universo de alguma forma. De certa forma, foi possível perceber que as escolhas profissionais dos jovens pesquisados aparecem ligadas com aquilo que reconhecem como positivo nos outros, sobre os quais realizam identificações – pessoas que gostariam de ser no futuro ou mesmo qualidades que gostariam de ter em suas personalidades -, assim como também ao que reconhecem como aspectos positivos em suas personalidades – qualidades que já detém ou as que ainda precisam ser desenvolvidas.

Foi possível identificar a importância da família e do grupo de amigos no processo de construção de sua identidade, assim como também a presença e a influência dos meios de comunicação no cotidiano dos jovens e ainda uma possível desvalorização do papel da escola frente a estes, como um agente não considerado e pouco importante em seus projetos de vida e futuro.

Frente a isso é possível constatar a importância da Orientação Profissional no papel de auxílio ao jovem no processo de construção de sua identidade profissional. A Orientação Profissional tem como objetivo apresentar o mundo do trabalho ao jovem e fazê-lo refletir sobre suas determinações, como também levar os jovens que dela participam ao reconhecimento e a um maior desenvolvimento de habilidades e potencialidades ainda poucos exploradas em suas personalidades.

Ao reconhecer e se aprofundar nos aspectos que compõem a sua vida cotidiana, ou seja, saber os valores (representados pelas pessoas citadas) importantes para si, o jovem pode ter a chance de escolher que caminho seguir em sua vida profissional, pessoal, comunitária, entre outras possibilidades que possam surgir, o qual deve sempre atender de maneira refletida e contextualizada seus desejos e expectativas quanto a sua vida no futuro. Assim, concordamos com Bohoslavsky (1993), que devemos conduzir os jovens no processo de Orientação Profissional a escolhas maduras. A escolha madura “é uma escolha que depende da elaboração dos conflitos e não da sua negação. [...] é uma escolha que depende da identificação consigo mesmo”. (p.88). A qual é sempre prospectiva, pessoal, autônoma, responsável e independente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **A construção de escolas democráticas**: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.

BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M; FURTADO, Odair. **Psicologia sóciohistórica**: uma perspectiva crítica em psicologia .2 ed., rev. São Paulo: Cortez, 2002. 224 p.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional para as classes pobres**. São Paulo: Cortez.2010. 150 p.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 210 p.

KRAWULSKI, Edite. A orientação profissional e o significado do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 2, n. 1, p. 5-19, 1998.

LEMOS, Daisy I. M.; HENRIQUES, Flávia; GOING, Luana C. **O Adolescente e o Desafio da Escolha Profissional: A Relevância de Ações Socioeducacionais**. In: STAMATO, Maria Izabel Calil (Org.). **Psicologia e Políticas Públicas: Reflexões e Experiências**. 1ed.: Editora Universitária Leopoldianum, 2016, v.1, p. 69-90.

LIMA, Francisco R.; SOUSA, Daniel J. de. Drogadição e juventude: uma leitura integrativa entre os saberes das políticas públicas sociais no campo da saúde e da educação. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 1115-1129 mai/jun. 2020.

MELO-SILVA, Lucy L. MUNHOZ, Izildinha M. da S. LEAL, Maria de S. **Orientação Profissional na educação básica como política pública no Brasil**. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 20, n. 1, p. 3-18, jan.-jun. 2019.

MENDONÇA, Tatiane Rose O. SANTOS, Larissa M. M. **Trajetórias de egressos de um Programa de Orientação Profissional: contextos e escolhas**. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 20, n. 1, p. 67-77, jan.-jun. 2019.

OLIVEIRA, Amanda C. de; BARROS, Lucian da S.; D'ÁURIA-TARDELI, Denise. **A busca pelo trabalho e a orientação para a carreira**. In: Estudos sobre adolescência: vários contextos, vários olhares. D'ÁUREA-TARDELI, Denise (organizadora). São Paulo: Mercado de letras, 2017. 240 p.

PEREIRA, Fabio N. GARCIA, Agnaldo. Amizade e escolha profissional: influência ou cooperação?. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8, n. 1, p. 71-86, jan.-jun. 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

VAUTERO, Jaisso. TAVEIRA, Maria do Céu. SILVA, Ana Daniela. A Influência da Família na Tomada de Decisões de Carreira: Uma Revisão de Literatura. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan.-jun. 2020.

SOBRE A AUTORA:

Lucian da Silva Barros

Psicólogo. Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Mestre em Educação pela USCS. Especialista em educação pela USP. Orientador Profissional e de Carreiras pelo Instituto Sedes Sapientiae. Professor do Senac SP. E-mail para contato: lucian.barros@hotmail.com

**O CONCEITO DE IMPACTO SOCIAL NA LITERATURA CIENTÍFICA
BRASILEIRA⁷ (ensaio de pesquisa)***The Concept of Social Impact in the Brazilian scientific literature***SCAGLIA, Ana Laura**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PEREIRA, Patrick

Centro Universitário de Jaguariúna

DA SILVA, Igor Rapp

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Na literatura científica é comum o uso de conceitos teóricos importantes sem o devido cuidado quanto ao seu significado consensual, em especial o conceito de “Impacto Social”. Dessa maneira, este artigo tem o objetivo de realizar um estudo a respeito do conceito de “Impacto Social” a fim de auxiliar pesquisadores quanto ao entendimento e uso correto desse termo. Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo de caso. Nota-se que a expressão “Impacto Social” é utilizada, no entanto não foi encontrado consenso quanto à definição. Por isso, com base nos estudos realizados, finaliza-se este artigo com uma sugestão para o conceito de Impacto Social, que seria a(s) consequência(s) positivas e/ou negativas resultante(s) de uma ou mais ações de indivíduos, grupos ou organizações em determinado local que modifica direta ou indiretamente a maneira de se comportar perante si e a sociedade.

Palavras Chave: Impacto Social, impacto ambiental, impacto socioambiental e desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT:

At the scientific literature it is common to use important theoretical concepts without due care to their consensual meaning, especially the concept of "Social Impact". Thus, this article aims to conduct a study about the concept of "Social Impact", with the objective of helping researchers on the understanding and correct use of this term. For this, a bibliographic review and a case study were carried out. It is noted that the term “Social Impact” is used, but no consensus was found on the definition. Therefore, based on the studies carried out, this article ends with a suggestion for the concept of Social Impact, which causes (s) positive (or) negative (s) consequence (s) of one or more more actions by individuals, groups or organizations in a given location that directly or indirectly modify a way of behaving before society.

Keywords: Social impact, environmental impact, socio-environmental impact and sustainable development.

⁷ Esse artigo foi produzido a partir do trabalho de conclusão do Curso em Técnico em Meio Ambiente da Escola Ativa de Itapira.

INTRODUÇÃO

Conceitos podem ser definidos como uma “representação mental das características gerais de um objeto” (MICHAELIS, *online*) e são amplamente utilizados na literatura científica para expressar ideias e, dessa maneira reduzir o texto escrito. No entanto, muitas vezes, esses são utilizados de maneira indiscriminada, sem o devido cuidado quanto à ideia que de fato resume o conceito utilizado.

Um caso patente, a expressão “Desenvolvimento Sustentável” surgiu, na década de 70 do século XX, em meio a encontros internacionais relacionados ao ambiente. Nessa época, questões sociais e ambientais ganharam importância, e “apesar do amplo leque de posições, a preocupação com a natureza refletia os interesses humanos” (FOLADORI, 2002, p. 104). Em 1987, ocorre a divulgação do Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum* – pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988) – quando se definiu o conceito “Desenvolvimento Sustentável” como “desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

Embora a definição citada acima seja a mais utilizada atualmente, e cunhada pela Organização das Nações Unidas em resposta às críticas de ativistas sobre a crise ambiental e as mudanças climáticas do século XX (BARBOSA, 2008), o termo “Desenvolvimento Sustentável” é encontrado na literatura científica, ligado a outras definições que mantêm a ideia central quanto à preocupação com as futuras gerações (SCHREIBER & FEIL, 2017).

Historicamente e em âmbito nacional, a primeira iniciativa com objetivo de se alcançar o Desenvolvimento Sustentável situa-se ainda em 1934 quando o Governo Vargas aprova o Código Florestal. Tal iniciativa obriga donos de terras a conservarem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de mata original (BRASIL, 1934). Embora o conceito de Impacto Social tenha sido estudado com mais profundidade apenas em meados dos anos 80 (BEHRING, s.d), pode-se dizer que esse decreto buscava, por meio de preservação e replantio diminuir o Impacto Social gerado pelo desmatamento, de maneira a preservar o meio ambiente e principalmente manter o preço dos produtos cultivados, em especial o café.

Ao compreender o âmbito nacional em relação ao desenvolvimento

sustentável e sua relação com o Impacto Social, necessita entender que no século atual “uma aceleração competitiva em processos de implementação de uma nova forma de vida. Processos como comunicação, indústria e urbanização deflagram reconfigurações em todos os níveis, criando um estilo de viver (MACIEL & URQUIZA, 2019).

Desde então, o Impacto Social das ações governamentais tornou-se cada vez mais evidente, e suscitou mudanças nas leis brasileiras (FRANÇA & SAUER, 2012). Por exemplo: A Constituição Federal de 1988 estabelece no Art. 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal, ao longo das centenas de artigos enfatiza a responsabilidade do Estado, bem como da população nas diversas dimensões que impactam uma convivência harmoniosa e justa. Quanto ao exemplo acima, cabe enfatizar que a degradação ambiental é uma das causas dos problemas sociais, e os valores de consumo e comodismo social aniquilam a preservação do ambiente em um ciclo vicioso (PASQUALETO & SILVA, 2014, p.110), o que torna necessário uma regulamentação com força de lei federal.

Embora as nossas leis nos conduzam a uma situação de minimização do Impacto Social, ainda carecem de marco teórico e legal que possibilitem uma definição padronizada. Tal carência traz, à utilização desse termo, ambiguidade dificultando a discussão acerca do tema. Na literatura especializada, o termo é apresentado, à reveria do autor, conforme sua necessidade perante o objetivo do artigo publicado. Dessa forma, WOOD *et. al* (2016, p.26) definem Impacto Social como:

o benefício recebido por indivíduos ou grupos de indivíduos, por uma organização (por exemplo, uma empresa privada ou pública, ou uma organização social), por um setor de atividades (por exemplo, uma cadeia produtiva), por um campo científico (por exemplo, o campo de Estudos Organizacionais ou o campo de Gestão da Tecnologia), ou, ainda, pela sociedade em geral, originado por processos relacionados à geração ou disseminação do conhecimento, e ao ensino, realizados no âmbito de instituições de ensino e pesquisa.

Em consequência, a falta de padronização desse termo, Petrini, Scherer e Back (2016) expõem a dificuldade em definir “Negócios com Impacto Social”, bem como de encontrar trabalhos que tratem desse tema, devido à utilização de outras

expressões em substituição a esta. Dessa maneira, nota-se que ou os pesquisadores tem dificuldade em usar esse conceito pela falta de unanimidade de seu entendimento, ou necessitam criar para si uma definição para atender suas necessidades.

No documento *Avaliação de Impacto Social: Metodologias e Reflexões* (FABIANI *et al.*, 2018) encontra-se uma definição de “Impacto” advinda do latim no qual seria o

efeito diretamente atribuível a uma ação, ou a consequência de determinado esforço para atingir um fim estabelecido. No contexto de programas, projetos ou investimentos sociais, o impacto é simplesmente o conjunto de mudanças produzidas pela intervenção. Estas mudanças podem ser intencionais e não intencionais, positivas e negativas, diretas e indiretas. Por essa razão, é importante compreender que o impacto pode ser mais amplo do que os objetivos declarados de uma intervenção ou negócio, o que afeta seu processo de medição e valoração (p. 5).

Embora bastante abrangente, o documento mencionado não traz uma clara definição de “Impacto Social”. Da mesma maneira, nos dicionários de língua portuguesa, é possível, apenas, encontrar significados para as palavras de maneira isolada: nos dicionários Aurélio Online (2019) e Priberam (2019), “impacto” significa ato ou efeito de uma ação, ou fazer embate contra; e “social” é o que diz respeito à sociedade. A partir dessas definições, pode-se entender o Impacto Social como “o resultado de uma ação contra algo relativo à sociedade, com consequências positivas e/ou negativas”, e dessa maneira se relaciona com Desenvolvimento Sustentável.

Dessa maneira, considerando que: (a) o conceito de “Impacto Social” está presente na literatura científica sem uma definição consensual; (b) tal conceito influencia direta ou indiretamente na elaboração de leis e políticas públicas brasileiras, principalmente aquelas relacionada com o Desenvolvimento Sustentável, esse artigo teve como objetivos:

- a) Produzir revisão bibliográfica acerca do tema Impacto Social de maneira a contemplar as diversas áreas de estudo;
- b) Propor uma definição para o conceito de Impacto Social.

MÉTODO

Foi realizado um levantamento conceitual na base de dados Scielo do termo “Impacto Social” por meio de revisão bibliográfica em outubro de 2019. Foram aceitos

artigos completos, citáveis e em português dos últimos cinco anos. O artigo deveria apresentar o termo “Impacto Social” em seu resumo, e no corpo do artigo ao menos uma discussão a qual possibilitasse inferir uma definição para este conceito. Após realizada a busca, os artigos foram lidos na íntegra e fichados.

Também foi realizado um estudo de caso de uma ação em rede realizada por Sperandio *et. al.* (2013). Nesse estudo, os autores descrevem intervenções que culminaram na melhora da qualidade de vida das pessoas. Elegeu-se esse trabalho para estudo de caso baseado nos seguintes critérios: complexidade da intervenção que exige a atuação em diferentes áreas do saber, ações concretas que podem ser mensuradas e possibilidade de análise dos resultados.

Assim, foi possível notar que diferentes estratégias foram utilizadas pelos pesquisadores, bem como a participação do governo e comunidade local. Além disso, considerou-se a experiência, nacional e internacional, dos autores do trabalho no âmbito de Impacto Social e desenvolvimento sustentável, em especial da primeira autora, conforme conta em seu Currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br/8025911450693443>).

O nosso estudo de caso foi produzido em duas etapas. Na primeira delas, foi realizada a leitura do trabalho escolhido e posterior reflexão crítica e individual. Nessa etapa, nós analisamos as ações propostas e resultados alcançados pelo trabalho em questão a fim de verificar se houve Impacto Social, uma vez que não há menção alguma a uma definição desse termo. Na segunda etapa, também realizada em 2019, para maior compreensão do trabalho escolhido, houve a reunião presencial e entrevista com a primeira autora do estudo. Essa entrevista auxiliou para melhorar a compreensão dos impactos descritos no trabalho, bem como elucidar o sentido de Impacto Social para Sperandio.

Foi escolhido uma entrevista semi-estruturada, na qual a entrevistada foi solicitada a: Descrever o projeto com detalhes quanto à sua estruturação, realização, resultados e avaliação; e avaliar e justificar se trata-se de um projeto com Impacto Social.

Portanto, baseados na leitura, reflexão e discussão do artigo, e considerando os pressupostos de Laville e Dionne (1999), pudemos perceber as nuances de sentido em relação à percepção de Sperandio quanto ao “Impacto Social” gerado pelo seu trabalho na Praia Azul. A partir desse material, a concepção de Impacto Social que

construímos ao longo da revisão foi reforçada.

RESULTADOS

Foi possível, a partir de levantamento bibliográfico na base de dados Scielo, encontrar 32 artigos. Dentre esses, 26 tinham o termo “Impacto Social” em seu resumo e 9 o apresentaram no corpo do texto. No entanto, apenas 2 discorreram a respeito do termo ou apresentaram uma conceituação. Mesmo ampliando os termos de busca para encontrar estudos de caso que trazem o termo Impacto Social, nota-se a dificuldade em se deparar com ações que transpassam diferentes áreas do saber. As intervenções descritas nos meios acadêmicos relatam resultados baseados em projetos específicos que dificilmente podem ser chamados de inter ou transdisciplinares.

Dessa forma, é possível concluir, que embora o conceito de Impacto Social seja utilizado no meio acadêmico, poucos pesquisadores preocupam-se em defini-lo. O que demonstra, por outro lado, a superficialidade com a qual o termo é analisado e definido. As consequências desse fenômeno no âmbito de conservação e desenvolvimento sustentável devem ser exploradas em estudos posteriores.

Descrição do Artigo 1:

Título: Modelo de negócios com Impacto Social;

Autores: Maira Petrini, Patrícia Scherer e Léa Back;

Objetivo: propor um modelo de negócios com Impacto Social que auxilie na identificação de seus elementos;

Ano: 2016;

Contribuições para o entendimento: (a) definição de Negócios de Impacto Social (NIS) como aqueles que são desenvolvidos para atender a algum tipo de demanda social e com atuação rentável e (b) possível definição do ponto de vista dos autores quanto ao indicador de Impacto Social: mudanças de longo prazo nas condições de vida da população alvo.

Descrição do Artigo 2:

Título: Impacto Social: Estudo sobre Programas Brasileiros Selecionados de

Pós-graduação em Administração de Empresas;

Autores: Thomaz Wood Jr, Caio César Medeiros Costa, Giovanna de Moura Rocha Lima e Rosana Córdova Guimarães;

Objetivo: Contribuir para o debate sobre o Impacto Social no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação em Administração de Empresas;

Ano: 2016;

Contribuições para o entendimento: (a) definição para o conceito de “Impacto Social do conhecimento” como o benefício recebido por indivíduos ou grupos de indivíduos, por uma organização (por exemplo, uma empresa privada ou pública, ou uma organização social), por um setor de atividades (por exemplo, uma cadeia produtiva), por um campo científico (por exemplo, o campo de Estudos Organizacionais ou o campo de Gestão da Tecnologia), ou, ainda, pela sociedade em geral, originado por processos relacionados à geração ou disseminação do conhecimento, e ao ensino, realizados no âmbito de instituições de ensino e pesquisa; (b) discute a necessidade da multidimensionalidade para a avaliação do Impacto Social do conhecimento, dentre elas formação, ciência e repercussão na mídia.

Os dois artigos retratam o conceito de Impacto Social conforme a área de pesquisa de cada um. No entanto, ambos trazem a ideia de que esse conceito é o resultado de alguma ação que repercute de diferentes maneiras na vida da população, embora em cada artigo o impacto trazido seja descrito de maneira isolada de acordo com a área da publicação.

Quanto ao estudo de caso, nota-se uma convergência entre o artigo selecionado, Desenvolvimento de Consórcios Regionais e Redes Sociais para o Urbanismo Saudável, onde Sperandio *et. al* (2013), descreve ações realizadas em rede, que culminaram em impactos sociais positivos para a população alvo, embora os autores não usem esse conceito.

No trabalho de Sperandio *et. al* (2013), fica clara a importância da transdisciplinaridade para o planejamento de intervenções que visam mudanças significativas na vida das pessoas, bem como na necessidade da triangulação entre academia, governo e população. Como resultado, teve-se uma contribuição significativa para o Planejamento Urbano Saudável, que segundo os autores:

“pode ser apontado como o resultado da necessidade de planejar os espaços urbanos de forma a proporcionar a saúde, a qualidade de vida

e o bem estar, pautado em princípios como equidade, cooperação intersetorial, participação da comunidade e sustentabilidade” (SPERANDIO, et. al, 2013, p. 105).

A partir do exposto acima, pode-se afirmar que ações que promovem o Planejamento Urbano Saudável geram Impactos Sociais positivos, uma vez que contribuem com a melhora na qualidade de vida das pessoas, bem como com o meio ambiente. Dessa maneira, Impacto Social se refere a um conceito que se relaciona com todas as áreas do saber, uma vez que qualquer ação que impacte positiva ou negativamente na vida de pessoas ou quaisquer seres vivos, culminam em uma mudança ambiental que transpassa a história, a cultura e os recursos daquele local.

No caso da Praia Azul de Americana, descrito no artigo de Sperandio *et. al* (2013), tem-se dois exemplos de Impacto Social. O primeiro negativo, no qual a ação de uma empresa degradou uma área turística, e dessa maneira prejudicou o meio ambiente, o espaço de lazer de pessoas, bem como a saúde e a economia local. E outro positivo, uma vez que pela ação dos pesquisadores, junto ao governo e a comunidade, foi possível restabelecer grande parte das perdas geradas pela ação da empresa durante anos, e melhorar a qualidade de vida das pessoas que ainda moravam naquele local.

Nesse trabalho, tentamos apurar o significado do termo “Impacto Social”. Tal processo mostra-se importante para facilitar trabalhos posteriores das mais diversas áreas, possibilitando a unificação de ideias. Para isso, contamos com dois métodos diferentes, uma revisão bibliográfica, utilizando a base de dados Scielo e uma entrevista semi-estruturada com a autora SPERANDIO A.M.G. Com o primeiro método, pudemos ter uma real dimensão da diversidade de significados e usos do termo “Impacto Social”. Além disso, ficou claro a complexidade na discussão desse termo, tendo apenas 2 dos 39 artigos, inicialmente incluídos na revisão, desenvolvido discussões a cerca do que é “Impacto Social”.

Empregando a entrevista com a *Sperandio* pudemos apreender as nuances que levaram a autora a escolha do termo “Impacto Social” nos seus escritos, facilitando assim apreensão do real significado desse termo para autora. Sendo assim, os dois métodos complementaram-se, uma vez que a revisão bibliográfica nos pôs “a par” dos usos desse termo e a entrevista nos possibilitou conhecer as intenções desses usos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrar uma definição para um conceito que engloba diversas áreas se constitui como uma difícil tarefa. Na literatura científica é comum o uso de termos, expressões e conceitos sem o devido cuidado quanto à sua definição, isso se dá por diversos fatores, dentre eles, falta de conhecimento dos autores quanto às outras áreas do conhecimento, a alta cobrança por publicações que culmina em falta de tempo para estudos correlatos e a tendência de diminuição dos textos, isto é, cada vez mais cobra-se a apresentação de mais resultados em menos palavras, o que diminui a possibilidade de apresentação e discussão do referencial teórico.

Assim, faz-se necessários estudos e publicações que tratem dos conceitos em si, uma vez que as palavras são produtos da história individual e coletiva de sujeitos que podem ou não compartilhar uma mesma cultura (VIGOTSKI, 2000). Pois o entendimento comum de um mesmo conceito contribui para a preservação de seu significado, isto é permite que “falemos todos a mesma língua”.

Portanto, ao se considerar todas as nuances de sentido presentes nos textos estudados, bem como na entrevista realizada, qualquer mudança no ser humano reflete direta ou indiretamente em uma mudança no ambiente em que vive, uma vez que não se pode separar o sujeito individual do social. Dessa maneira, sugere-se a seguinte definição do conceito de Impacto Social: Consequência(s) positiva(s) e/ou negativas resultante(s) de uma ou mais ações de indivíduos, grupos ou organizações em determinado local que modifica direta ou indiretamente os comportamentos das pessoas desse local. Pode ainda ser um resultado direto ou indireto de um evento ou mudança ambiental ocorrido naturalmente.

Dessa perspectiva, sugere-se ainda o conceito de Impacto Socioambiental, quando as ações previstas e/ou realizadas de indivíduos, grupos ou organização impactam inicialmente no meio ambiente (Impacto Ambiental) e essa mudança gera Impactos Sociais, seja pela necessidade de adaptação e/ou pela luta contra as ações realizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURÉLIO. Dicionário *online*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Consulta em out. 2019.

BARBOSA G. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**. 4ª ed. n.4, Volume 1 - Jan/Jun. 2008.

BEHRING E.R. Fundamentos da Política Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. p.27 n.d.

BRASIL, Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Aprova o código florestal que com este baixa**. Casa Civil. Acesso em: 20 out. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 05 out de 1988.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

FABIANI P. *et.al.* **Avaliações de Impactos Sociais Metodologias e Reflexões**. Instituto Para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 30. 2018.

FOLADORI G. Avanços e Limites da Sustentabilidade. **R. paran. Desenv.**, Curitiba, n.102, p. 103 – 113, jan./jun. 2002.

FRANÇA F.C. SAUER S. Código Florestal, Função Socioambiental da Terra e Soberania Alimentar. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 285-307, Maio/Ago. 2012.

LAVILLE, C., & DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999.

LOUSADA, S., *et al.* (2019), "Modelação de sistemas de abastecimento de água. O caso da Ilha da Madeira". *Bitácora Urbano Territorial*, 29 (2): 98-98.

MICHAELIS. Dicionário *online*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Consulta em out. 2019.

MACIEL J., URQUIZA A., Desenvolvimento Local e a expansão de empresas multinacionais. Discussão a partir de dois municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v.20, n. 4, p. 1217-1233, out/dez. 2019.

PASQUALETO A. SILVA J.B. O Desenvolvimento Sustentável Sob a Ótica dos Pilares: Ambiental Social e Econômico. **Estudos**, Goiânia, v. 41, especial, p.107-118, set. 2014.

PETRINI, M.; SCHERER, P.; BACK, L.. Modelo De Negócios Com Impacto Social. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 56, n. 2, p. 209-225, Abr. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902016000200209&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 out. 2019.

PRIBERAM. Dicionário *online*. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Consulta em out. 2019.

SCHREIBER. D. & FEIL A.A. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável:

desvendo as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad.EBAPE.BR**, nº 3, v.14, artigo 7, Rio de Janeiro, jul./set. 2017.

SPERANDIO A.M.G. *et.al.* Desenvolvimento de Consórcios Regionais e Redes Sociais para o Urbanismo Saudável. **Revista de Arquitetura da IMED**, v. 2, n.2, p. 96 – 107. 2013.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WOOD Jr. T.; COSTA, C. C. M.; LIMA G.M.R & GUIMARÃES. Impacto Social: Estudo sobre Programas Brasileiros Selecionados de Pós-graduação em Administração de Empresas Impacto Social da Produção Acadêmica. **RAC**, Rio de Janeiro, v.2 jan./fev. p. 21-40. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rac/v20n1/1415-6555-rac-20-01-00021.pdf>>. Acesso em 20 out. 2019.

ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM SALA DE AULA

Teachers performance from an inclusive perspective in the classroom

SILVA, Arilson Silva da

Universidade do Estado do Pará

FRANCO, Anderson Ercílio dos Reis

Universidade Federal do Pará

SANTOS, Ana Cristina da Silva

Universidade Federal do Pará

BARROS, Dehmy Jeanny Pedrosa de

Universidade do Estado do Pará

Resumo: O presente estudo levanta a discussão a respeito da importância da formação e atuação de professores numa perspectiva inclusiva, buscando informações em relação ao processo de inclusão escolar, uma vez que no ambiente educacional encontram-se indivíduos com diferentes concepções que podem interferir neste processo. A pesquisa foi realizada com 10 professores da escola municipal Oscarina Santos, localizada na cidade de Salvaterra arquipélago de Marajó, PA. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário (contendo perguntas abertas e fechadas). Após a coleta, realizou-se a análise para obtenção dos resultados e discussão com autores da área. A partir dos resultados, constatou-se que 50% dos entrevistados apresentam dificuldades para trabalhar com alunos especiais, pelo fato de não possuírem na graduação disciplinas o suficiente para dar subsídio para essa clientela e também pela ausência de cursos de capacitação na área, daí a importância do professor está sempre procurando meios que os possibilitem atuar de forma inclusiva. Dessa forma, percebe-se que o docente possui papel fundamental no processo de inclusão escolar, uma vez que, este é responsável pelo aprendizado de todos os alunos, sem distinção.

Palavras-chave: Formação de professores. Inclusão Escolar. Alunos Especiais.

Abstract: This study raises the discussion about the importance of training and performance of teachers in an inclusive perspective, seeking information regarding the process of school inclusion, since the educational environment are individuals with different conceptions that can interfere with this process. The research was carried out with 10 teachers from Oscarina Santos municipal school, located in Salvaterra city, Marajó archipelago, PA. For data collection, a questionnaire (containing open and closed questions) was applied. After collection, the results were analyzed and discussed with authors from the field. The results showed that 50% of the interviewees have difficulties to work with special students, due to the fact that they do not have enough subjects in their graduation courses to provide support for these clients and also due to the absence of training courses in the area, hence the importance of the teacher is always looking for ways to enable them to work in an inclusive way. Thus, it is clear that teachers play a key role in the process of school inclusion, since they are responsible for the learning of all students, without distinction.

Key-words: Teacher training. School inclusion. Special students.

INTRODUÇÃO

A formação e atuação do professor no ambiente escolar são fundamentais para a construção do pensamento crítico do aluno, contribuindo significativamente no processo de desenvolvimento econômico, social e político do país (ABRUCIO, 2014). As escolas e seus professores cada vez mais são convocados a resolver o amplo desafio de atender, de forma adequada, a toda a diversidade de alunos. Além dos estudantes possuírem o direito de acesso e permanência na escola, torna-se fundamental que estes possam de fato aprender. Dessa forma, são necessárias grandes modificações no preparo e funcionamento da escola, na prática pedagógica empregada e, sobretudo, na formação dos professores (POKER; MARTINS; GIROTO, 2016).

Para que os professores realmente alcancem uma educação inclusiva é indispensável que busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, para que recebam alunos com necessidades educacionais especiais de forma adequada, propondo um ensino que acate as diferenças e características de cada indivíduo (ROCHA, 2017).

Diversos cursos de graduação, contemplam uma abordagem distinta, onde os professores recebem uma formação para trabalhar no ensino comum ou na educação especial, dificultando o processo de inclusão escolar (PEREIRA, 2009), indo contra o disposto no art. 43, inciso VIII da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, onde o ensino superior tem também como finalidade, a atuação a favor da universalização e do aperfeiçoamento da educação básica, mediante a formação e a aptidão de profissionais, a efetivação de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 2018).

Autores como Barreto (2004); Pinto Neto, Queiroz e Zanon (2009); e, Tardif, (2012) abordam em seus trabalhos a importância da formação docente na graduação, ressaltando a relevância dos cursos apresentarem disciplinas pedagógicas, que facilitem o processo de inclusão escolar. Além disso, Lima, Barreto e Lima (2007), destacam que os professores devem refletir sobre suas práticas pedagógicas em sala de aula, buscando sempre observar quais as dificuldades que os alunos possuem em

aprender determinado conteúdo, para adequar a metodologia conforme as necessidades dos estudantes.

Trabalhar a inclusão não é uma tarefa fácil para a escola, tampouco para o professor, porém a experiência de muitos professores comprova que com esforço é possível e prazeroso trabalhar em sala de aula com as diferenças, praticando uma educação inclusiva, enfrentando e vencendo obstáculos com a participação de todos os envolvidos com a educação, pois a inclusão é responsabilidade de todos (SILVA NETO *et al.*, 2018).

A reflexão do professor quanto educador e “responsável” pelo ensino aprendizagem é fundamental para a inclusão escolar, pois por meio desta, o aluno passa a desenvolver diversas habilidades e socialização em sala de aula, além de enfrentar novos desafios, pensando em um mundo melhor, onde a discriminação pelas diferenças tanto no ambiente escolar, quanto fora dele possam ser abolidas.

Dentro do contexto educacional, existem diversos meios que possibilitam a atuação do professor de forma inclusiva como: palestras, minicursos, formação continuada, desenvolvimentos de jogos didáticos e etc. Nesta concepção Rodrigues, Lima e Viana (2017), ressaltam a importância da formação continuada para aprimoramento do conhecimento e práticas pedagógicas, uma vez que, o professor não é considerado detentor de todo conhecimento, mas sim mediador.

A aprendizagem é um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do homem, desde a infância até a mais avançada velhice. Um dos fatores que levam o professor buscar o aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas são as constantes mudanças no ambiente educacional (PEREIRA, 2014). Ao reconhecer que o professor possui o papel fundamental no processo de inclusão escolar, foi desenvolvido o problema de pesquisa a qual aborda a formação profissional desse sujeito, estabelecido como: o professor é capacitado para atuar em sala de aula de forma inclusiva?

A pesquisa tem como objetivo, averiguar se os professores são aptos e capacitados para atuarem de forma inclusiva em sala de aula. Desta forma, fazendo-se necessário uma análise sobre a formação para atuação dos profissionais da rede pública de educação para a atuação no ensino aprendizagem em uma perspectiva inclusiva.

METODOLOGIA

O estudo é classificado como descritivo, com abordagem qualitativo e quantitativo, com o propósito em ampliar o entendimento acerca do assunto, para que assim possa ser corroborado nos resultados (GIL, 2018), com objetivo de realizar a averiguação sobre a formação que os professores possuem e como eles atuam em turmas que tenha alunos especiais.

O *lócus* de pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Oscarina Santos, localizada no município de Salvaterra, Marajó, Pará. O público alvo, foram dez professores atuantes em disciplinas distintas nas turmas de 6º ao 9º ano (fundamental maior) do turno da manhã. A pesquisa foi realizada no período compreendido entre 27 a 31 de maio de 2019.

Para obtenção dos resultados foi utilizado a técnica entrevista e o questionário como instrumento de coleta, contendo oito perguntas (abertas e fechadas) semiestruturadas, elaboradas conforme estudos de Marchesan e Ramos (2012). O questionário aplicado aos professores, teve como finalidade levantar informações referentes à formação e atuação do educador em relação ao processo de inclusão escolar. Após a coleta, os dados foram analisados a partir da fundamentação de textos publicados por autores relevantes da área, como forma de justificar, confirma ou não as respostas obtidas na coleta, desta forma dando autenticidade no estudo.

Resultados e discussão

A primeira pergunta do questionário era referente a formação dos professores atuante nas salas de aula. Essas informações estão descritas no quadro 1.

Cod. Prof.	Graduação	Formação continuada
P1	Licenciatura Plena em Letras, Geografia e Pedagogia.	Especialização em Educação Especial.
P2	Licenciatura Plena em Educação Física.	Especialização em Atividade Física e Saúde.
P3	Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Língua Inglesa.	Xxxx
P4	Licenciatura Plena em Matemática.	Xxxx
P5	Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em LIBRAS.	Especialização em Tradução e Interpretação LIBRAS e Língua Portuguesa.
P6	Licenciatura Plena em Letras –	Especialização em Educação

	Língua Portuguesa.	Especial.
P7	Licenciatura Plena em História.	Xxxx
P8	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.	Xxxx
P9	Licenciatura Plena em Ciências da Religião.	Xxxx
P10	Licenciatura Plena em Geografia.	Xxxx

Quadro 1: Formação dos professores selecionados. Fonte: Autores (2019).

A partir do quadro exposto, pode-se verificar que todos os professores entrevistados possuem nível superior completo, porém, percebe-se que os dos dez professores seis não possuem em sua totalidade formação continuada, seja ela em nível acadêmico (especialização, mestrado e/ou doutorado) ou em capacitação profissional (curso de capacitação). Os que possuem, estão inseridos em áreas relacionadas ao processo de inclusão escolar, possibilitando aos profissionais conhecimentos (teóricos e práticos) para trabalhar de forma segura com alunos especiais em turmas regulares.

O professor enfrenta diversos desafios em sala de aula, visto que a sua atuação requer o trabalho com alunos de diferentes concepções, etnias, culturas etc., dessa forma, a formação e desempenho do profissional são de grande importância, pois são requisitos básicos e essenciais para o desenvolvimento dos professores no campo educacional (RODRIGUES; RODRIGUES, 2011).

A segunda pergunta estava relacionada com a formação acadêmica dos professores, onde foram questionados se durante a graduação tiveram disciplinas direcionadas para educação especial, e se foram o suficiente para trabalhar a inclusão escolar, 50% dos entrevistados (P3; P6; P7; P9 e P10) disseram que a grade curricular não contemplava disciplinas nessa área, e os outros (P1; P2; P4; P5 e P8), afirmaram ter tido pelo menos uma disciplina voltada para educação especial, sendo que dos 4, somente o P2 teve a disciplina “fundamentos da educação especial”, os demais só tiveram LIBRAS.

Todos os entrevistados ressaltaram que somente as disciplinas ofertadas na graduação, não são o suficiente para trabalhar com segurança com alunos especiais, e que precisam de cursos de capacitação para o aprimoramento do conhecimento teórico e prático em relação ao processo de inclusão escolar, ressaltando as falas dos professores P5 e P9 respectivamente *“Porque na prática nos deparamos com outra realidade, principalmente em relação à inclusão escolar”, “Para fazer um bom trabalho*

com alunos especiais, você necessita de uma formação mais específica”.

Com base nessa realidade, nota-se ser necessário que o professor juntamente com a escola, desenvolva trabalhos voltados a proporcionar a comodidade do aluno, onde possam se sentir bem, respeitando e valorizando a diversidade existente, a partir de um ambiente inclusivo, uma vez que se compreende que não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola consciente de sua função deve colocar-se a disposição do aluno (SILVA; ARRUDA, 2014).

O desempenho do professor no campo educacional é fundamental para a construção de uma escola inclusiva, de forma que as diferenças sociais, preconceitos, discriminação, dentre outros fatores que interfiram no bem-estar do aluno, possam ser extintas. Nesse contexto, a terceira pergunta do questionário, buscou-se verificar com os entrevistados, se possuem segurança ao trabalhar em uma turma que contenha alunos deficientes. 50% dos professores (P1; P2; P5; P6 e P8) asseguraram que sim, tendo como justificativa para o P1; P2; P5 e P6, a especialização na área, ressaltando a fala do P2 *“Sinto-me segura, pois após o término da graduação fui buscar uma especialização na área, sou especialista em atividade física e saúde, onde trabalhei com pessoas portadoras de necessidades especiais”*, o P8 teve como justificativa: *“Por mais que não tenha uma especialização na área, busco sempre reconhecer as necessidades dos meus alunos, para assim buscar meios que facilitem o aprendizado de todos”*. Os outros (P3; P4; P7; P9 e P10) sentem-se inseguros ao trabalhar com essa clientela, podendo verificar na fala do P3 *“Ano passado tive que trabalhar com uma aluna com síndrome de down, semianalfabeta, foi muito difícil”*.

O processo de formação docente desde a graduação até os diversos cursos de capacitação, é fundamental para o aprimoramento de práticas na busca de aprendizagens significativas para alunos com necessidades especiais e conseqüentemente a inclusão destes no cenário educacional, uma vez que, a ausência de práticas pedagógicas em sala, interfere diretamente na possibilidade de uma educação inclusiva (HADDAD, 2015).

Visando este cenário a quarta pergunta do questionário era referente a atuação do professor em sala de aula, onde perguntou-se aos professores: *“Durante lecionar, você já se deparou com alunos especiais? Quais?”*. Todos os entrevistados afirmaram já terem trabalhado com alunos especiais. No quadro 2 encontram-se as necessidades especiais citadas pelos entrevistados.

Cod. Prof.	Deficiências encontradas em sala
P1	Transtorno do espectro autista (TEA) e Deficiência auditiva (DA).
P2	Deficiência múltipla (DMu), Deficiência intelectual (DI), Transtorno do espectro autista (TEA), Déficit cognitivo e outros.
P3	Transtorno do espectro autista (TEA), Deficiência intelectual (DI), Deficiência auditiva (DA) e Deficiência visual (DV).
P4	Deficiência auditiva (DA) e Transtorno do espectro autista (TEA).
P5	Deficiência auditiva (DA).
P6	Deficiência auditiva (DA) e Transtorno do espectro autista (TEA).
P7	Deficiência auditiva (DA), Transtorno do espectro autista (TEA) e Deficiência visual (DV).
P8	Transtorno do espectro autista (TEA) e Deficiência Intelectual (DI).
P9	Deficiência auditiva (DA) e Transtorno do espectro autista (TEA).
P10	Deficiência auditiva (DA) e Transtorno do espectro autista (TEA).

Quadro 2: Tipos de deficiências e transtornos que os professores já se depararam no ambiente escolar. Fonte: Autores, 2019.

Ao analisar as deficiências citadas pelo público alvo, observa-se que a deficiência auditiva e a TEA, foram as mais comuns. Conforme os estudos de Benini e Castanha (2016), grande parte dos professores desconhecem as características do autismo, e acabam tendo dificuldades ao trabalhar com alunos autistas. Em relação aos deficientes auditivos, não se tem tanta dificuldade, devido à existência da língua brasileira de sinais (LIBRAS), e também pela leitura labial que esses alunos são capazes de realizar.

A discussão a respeito da formação de professores para trabalhar com o processo de inclusão escolar, surgiu a partir da Conferência Mundial sobre educação para todos, na Tailândia em 1990, desde então voltou-se o olhar para a importância da formação docente numa perspectiva inclusiva, ressaltando a necessidade dos cursos de capacitação a fim de facilitar a inclusão e a troca de conhecimentos (SILVA *et al.*, 2016).

Ao reconhecer a importância que os cursos de capacitação possuem em relação ao processo de inclusão escolar, a quinta pergunta fazia alusão se os professores acreditavam ser fundamental a formação continuada para aprimorar o conhecimento (teórico e prático), para seu bom desempenho em sala de aula. Todos os entrevistados afirmaram que sim, dando ênfase na fala do professor P6 “*Dar continuidade ao processo de aprendizagem é fundamental para o sucesso profissional*”.

Durante a entrevista, na sexta pergunta do questionário foram listados alguns meios úteis para o ganho de conhecimento, como especialização, mini-curso, palestra, livro, internet e outros. A partir desses meios, solicitou-se aos entrevistados

que indicassem qual ou quais acreditavam ser indispensáveis para a formação profissional, conforme gráfico 1.

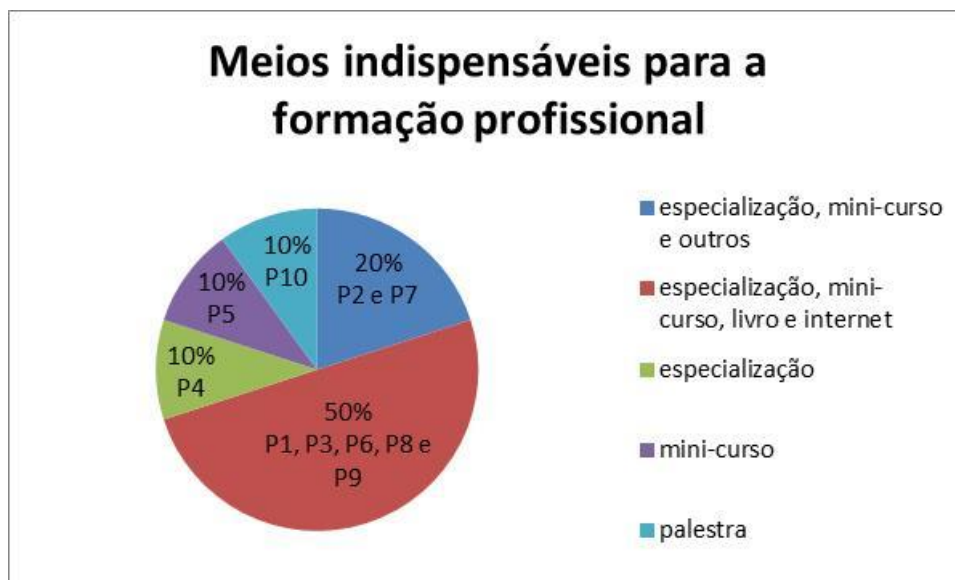


Gráfico 1: Respostas dos professores em relação aos meios considerados indispensáveis para a formação profissional. Fonte: Autores, 2019.

Como pode-se observar que, 50% dos entrevistados mencionaram especialização, minicurso, livro e internet como indispensáveis para a formação profissional, já os outros 50% indicaram pelo menos um item listado no questionário. Com isso, percebe-se que as respostas obtidas foram conforme a necessidade de cada um, e também pela experiência que possuem em sala de aula. De acordo com Freire (2000), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção, ou seja, o professor não é considerado detentor do conhecimento, mas sim um profissional que busca meios que possibilitem uma maior interação em sala de aula, proporcionando um aprendizado significativo.

Na sétima pergunta, os professores foram questionados se a escola possui uma estrutura física adequada para receber alunos deficientes, 60% dos entrevistados (P2; P3; P4; P5; P8 e P10) asseguraram que não, dando ênfase na fala do professor P5 *“Não, porque a escola precisa de rampas, banheiros e salas adaptadas a esses alunos deficientes”*, os 40% (P1; P6; P7 e P9) que disseram que a escola possui estrutura física adequada deram como justificativa o fato de possuir uma sala de atendimento educacional especializado (AEE) e duas profissionais na área, porém não se atentaram para as outras dependências da escola.

Segundo Lopes e Capellini (2015), todas as escolas, devem possuir uma infraestrutura adequada que garanta a acessibilidade de todas as pessoas que

circulam no ambiente. Assim, torna-se necessário fazer uma reflexão crítica da importância que a estrutura física da escola possui para o processo de inclusão, levando sempre em consideração as necessidades das pessoas que ali se encontram.

Em relação ao processo de avaliação escolar, a oitava pergunta do questionário referia-se como os alunos especiais são avaliados, 80% dos entrevistados (P2; P4; P5; P6; P7; P8; P9; e P10), afirmaram que os alunos especiais são avaliados diferentes dos considerados “normais”, ressaltando as falas dos professores P2 e P9, respectivamente, *“Deve-se levar em consideração as suas limitações e potencialidades, devem ser adequadas as suas necessidades”*; *“Não se pode avaliar um aluno, por exemplo, com dificuldade de aprendizagem da mesma forma que se avalia um aluno “normal”*”. Os outros 20% (P1 e P3), disseram que todos os alunos devem ser avaliados da mesma forma, destacando a fala do entrevistado P1 *“Sempre faço a mesma avaliação no quesito nota, mas em relação a competências e habilidades faço diferenciado”*.

De acordo com estudo de Ferreira e Costa (2013), o processo de avaliação de todos os alunos é realizado da mesma forma, a única diferença que há entre as pessoas “normais” em relação às deficientes, são as ferramentas de acessibilidade que devem ser colocados à disposição dos alunos com deficiências para que possam aprender e expressar adequadamente suas aprendizagens.

Dentro deste cenário, os professores ao se depararem com um aluno especial no ambiente escolar, devem realizar reflexões e rever suas práticas pedagógicas de forma a adaptá-las de acordo com a necessidade do aluno, pois do contrário, o docente sentirá dificuldades em trabalhar determinados assuntos com estes estudantes, uma vez que dependendo da deficiência, o professor precisará criar meios que sejam acessíveis para contribuir com o ensino e aprendizagem de forma inclusiva. Neste sentido, a rotina do docente na escola muda completamente quando este tem que atuar em sala de aula com alunos especiais, uma vez que muitos professores não possuem uma formação direcionada a essa clientela, e precisam realizar pesquisas bibliográficas, participar de palestras, minicursos, mesa redonda, dentre outros meios para a construção deste conhecimento.

Os professores entrevistados utilizam diversas metodologias com o intuito de proporcionar um ensino-aprendizagem comum a todos os alunos, para isso, buscam trabalhar com materiais de baixo custo, para a confecção de jogos didáticos,

modelagens e experimentação, além disso, trabalham muito com imagens, esquemas, filmes, dentre outros que auxiliam o professor neste processo.

A partir da entrevista foi possível observar que apesar de muitos professores não possuírem uma formação direcionada para a educação especial inclusiva, buscam sempre meios de informação e comunicação para aprimorarem seus conhecimentos e a partir disso, colocar em prática em sala de aula de forma a contribuir com a formação crítica do aluno. Neste sentido, os resultados obtidos com esta pesquisa de campo são fundamentais para a disseminação do conhecimento assim como para a realização de cursos de capacitação onde os professores possam participar em busca de novos conhecimentos em relação as formas de trabalho em sala de aula com alunos especiais.

Neste sentido, esta pesquisa trouxe informações relevantes para a construção do conhecimento em relação ao processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva inclusiva, onde a partir de uma entrevista com professores foi possível constatar que muitos ainda sentem-se inseguros ao trabalhar com alunos especiais, o que leva a refletir sobre quais medidas devem ser tomadas para que este cenário possa ser modificado, afim de proporcionar não só um ensino inclusivo, mas sim de disseminar a inclusão em todo e qualquer lugar.

O presente estudo vem trazer contribuições significativas para processo de inclusão escolar, a partir de informações dadas pelos entrevistados, tornando necessário a inserção de propostas pedagógicas que visem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas educativas voltadas para a inclusão escolar. Sendo assim, esta pesquisa abre portas para novas discussões e contribuições em relação ao tema abordado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência dos professores participantes da pesquisa possuírem uma formação inicial que apresentou deficiências na área da educação inclusiva, estes não se consideram totalmente aptos para trabalhar de forma segura em turmas do ensino regular, as quais apresentam alunos com algum tipo de deficiência.

Neste sentido, os professores sentem-se desafiados a suprir as necessidades que esses alunos apresentam, dentre elas, o processo de inclusão escolar, visto que o ensino inclusivo é essencial para o desenvolvimento intelectual e social destes

alunos. Para tanto, o planejamento escolar torna-se indispensável para a elaboração de estratégias metodológicas que possibilitem aos professores trabalhar em consonância com sua realidade.

Diante deste contexto, ressalta-se que o professor possui papel fundamental na educação de todos os alunos, sem distinção. Todavia, em uma sala de aula encontram-se alunos de diferentes concepções, seja ela social, cultural, educacional, psicológica, dentre outros fatores, que acabam acarretando dificuldades no processo de ensino/aprendizagem, exigindo que o professor tenha competências e habilidades para saber lidar de forma inclusiva.

Dessa forma, para atender alunos com dificuldades educacionais, é preciso que o professor possua uma formação profissional de qualidade, buscando sempre o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas a partir de cursos de capacitações e de formação acadêmica, para auxiliá-lo corretamente em sala de aula.

O processo de inclusão escolar não é algo que acontece repentinamente, e sim de forma prolongada e que depende não somente do professor e da infraestrutura da escola, mas de todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente com o ambiente escolar, daí a necessidade e importância de se trabalhar em conjunto, buscando amenizar as dificuldades que os alunos possuem, e proporcionando-lhes um ambiente inclusivo, onde possam se sentir bem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Formação de professores no Brasil**: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias para a mudança. São Paulo: Moderna, 2016. 112 p.

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1181-1201, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22617.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

BENINI, Wiviane; CASTANHA, André Paulo. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: Desafios e Possibilidades. *In*: HASPER, Ricardo; BARROS, Gilian Cristina; MULLER, Claudia Cristina (orgs.). **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE 2016**. Curitiba: SEED/PR, 2018. p. 415-434.

BRASIL. Senado Federal. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_base_s_2ed.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

FERREIRA, Maria Luíza Dian; COSTA, Gisele Maria Tonin da. Avaliação e deficiência intelectual. **Revista de educação do Ideau**, Alto Uruguai, v. 8, n. 17, p. 1-16, 2013. Disponível em: https://www.caxias.ideau.com.br/wp-content/files_mf/8879e1ae8b4fdf5e694b9e6c23ec4d5d24_1.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 129 p.

HADDAD, Monaliza Ehlke Ozorio. A Importância da Formação Continuada no processo de Inclusão dos Alunos com Síndrome do X Frágil em Portugal. *In*: Congresso nacional de Educação, 12. 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos**[...]. São Paulo: EDUCERE, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17208_7429.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

LIMA, Paulo Gomes; BARRETO, Elvira Maria Gomes; LIMA, Rubens Rodrigues. Formação docente: uma reflexão necessária. **Educere et Educare**, Campus Cascavel, v. 2, n. 4, p. 91-101, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1657>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LOPES, Jéssica Fernanda; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Escola Inclusiva: um estudo sobre a infraestrutura escolar e a interação entre os alunos com e sem deficiência. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, a. 12, v. 20, n. 42, p. 91-105, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/12832/8891>. Acesso em: 03 nov. 2019.

MARCHESAN, Maria Tereza Nunes; RAMOS, André Gonçalves. Check list para a elaboração e análise de questionários em pesquisas de crenças. **Revista Eletrônica de Linguística**, v. 6, n. 1, p. 449-460, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14796/9613>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PEREIRA, Clarice Simão. **O Processo de Aprendizagem na Educação Escolar – as concepções de professores**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: <https://ppgedu.ufms.br/files/2017/06/O-Processo-de-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Escolar-%E2%80%93-As-Concep%C3%A7%C3%B5es-de-Professores-Clarice-Sim%C3%A3o-Pereira.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

PEREIRA, Silvana Mara. **Deficiência Física**. Indaial: UNIASSELVI, 2009.

PINTO NETO, Pedro da Cunha; QUEIROZ, Salete Linhares; ZANON, Dulcimeire Ap. Volante. As disciplinas pedagógicas na formação e na construção de representações

sobre o trabalho docente: visões de alunos de licenciatura em Química e Física. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 34, p. 75-94, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n34/05.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca. **Educação inclusiva**: em foco a formação de professores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva_ebook.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RODRIGUES, David; RODRIGUES, Luzia Lima. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores?. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 41-60, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n41/04.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. A importância da formação continuada de professores da Educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes Docentes em Ação**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 28-47, 2017. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/pdf/2017/09/3-A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-FORMA%C3%87%C3%83O-CONTINUADA-DE-PROFESSORES-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-B%C3%81SICA-A-ARTE-DE-ENSINAR-E-O-FAZER-COTIDIANO-ID.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/31344/pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Jerusta Maria Esteves da. *et al.* Capacitação docente, educação inclusiva e educação especial. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Minas Gerais, p. 128-144, nov. 2016. Disponível em: https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2016/capacitacao_docente_educacao_inclusiva_e_educacao_especial_63.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=a9gbBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=TARDIF,+M..+Saberes+docentes+e+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional.+Editora+Vozes+Limitada,+2012&ots=G>

FXFBi1kYu&sig=zTe4r5GjmLGj_VhTI3HEw9ITzwo#v=onepage&q=TARDIF%2C%20M..%20Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.%20Editora%20Vozes%20Limitada%2C%202012&f=false. Acesso em: 29 maio 2019.

SOBRE OS AUTORES:

Arilson Silva da Silva

Licenciado em Ciências Naturais com Habilitação em Química pela Universidade do Estado do Pará. Especialista em Educação Especial Inclusiva pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. E-mail para contato: ariquimica15@hotmail.com

Anderson Ercílio dos Reis Franco

Mestre em Docência em Educação, Ciências e Matemática e Licenciado Pleno em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará. Professor Especialista do Atendimento Educacional Especializado de Vigia-Pa. E-mail para contato: andersonercilio@gmail.com

Ana Cristina da Silva Santos

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. Bibliotecária da Universidade do Estado do Pará, Campus XIX - Salvaterra. E-mail para contato: accristinasantos@gmail.com

Dehmy Jeanny Pedrosa de Barros

Licenciada em Ciências Naturais com Habilitação em Química pela Universidade do Estado do Pará. Professora da Escola Estadual de Educação Tecnológica do Estado do Pará - Eetepa Salvaterra. E-mail para contato: deh.jeanny09@gmail.com

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENXERGANDO O UNIVERSO COM AS MÃOS⁸

The sciences teaching in special education service:
Seeing the universe with hands

FRANCO, Anderson Ercílio dos Reis

Universidade Federal do Pará

LEITÃO, Wanderleia Azevedo Medeiros

Universidade Federal do Pará

Resumo: Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação. Tem como objetivo geral investigar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por estudantes com cegueira, no que se refere a aquisição de conceitos de ciências naturais, focando conteúdos do eixo temático terra e universo. A construção dos dados se deu por meio de estudos de bibliográfico, documental, de campo e formação continuada. Assim como adotou-se entrevistas semiestruturadas, elaboração de atividades adaptadas para o ensino de ciências, visando práticas de atividades lúdicas capazes de contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem dos sujeitos envolvidos nessa investigação, quais sejam professora da SRM e estudantes com cegueira do 9º ano, matriculados no contraturno no AEE, da escola municipal de ensino fundamental “Barão de Guajará”, localizada no município de Vigia-Pa. Diante do exposto, buscou-se um aprofundamento em documentos oficiais, referenciais na área da educação especial inclusiva, e na área de ciências, a fim de atender as necessidades de estudantes com cegueira, matriculados no 9º ano de uma escola pública no município de vigia.

Palavras-chaves: Ensino de ciências; Aprendizagem; Atendimento Educacional Especializado.

Abstract: This research present the qualitative approach own assumptions of Research-Action. Has as an general objective to investigate how learning difficulties faced by students with blindness, with regard to the acquisition of concepts of natural sciences, focusing content from the earth and universe themed axis. The data were constructed through bibliographic, documentary, field and continuing education studies. As well as semi-structured interviews, preparation of activities adapted for science teaching, aiming at practices of playful activities capable of contributing to the teaching and learning process of the subjects involved in this investigation, who are teachers of RMS and students with blindness of the 9th grade, Contraturno enrolled in the AEE, the municipal school of basic education "Barão de Guajará", located in the municipality of Vigia-Pa. Considering the above, we sought a deepening in official documents, benchmarks in the area of special education inclusive, and in the area of science, in order to meet the needs of students with blindness, enrolled in the 9th year of a public school in the municipality of Vigia.

Keywords: Science teaching; Learning; Specialized Educational Service.

INTRODUÇÃO

⁸Parte deste trabalho foi apresentado no VI Congresso Nacional de Educação (CONEDU), ocorrido no período de 24 a 26 de outubro de 2019 no Centro de Eventos do Ceará na Cidade de Fortaleza.

A política Nacional de Educação Especial e a Resolução nº 4, de outubro 2009, instituem diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com isso, a modalidade Educação Especial passou a ser um desafio constante entre os profissionais que nela atuam, uma vez que precisam estar atentos às necessidades deste processo. Sendo assim, Imbernón enfatiza:

Em qualquer transformação educativa, o professorado deve poder constatar não só um aperfeiçoamento da formação de seus alunos e do sistema educativo em geral, mas também deve perceber um benefício profissional em sua formação e em seu desenvolvimento profissional. Esta percepção/implicação será um estímulo para levar a prática o que as novas situações demandam. Este é um aspecto fundamental, ao menos para aqueles que consideram o professorado como peça fundamental de qualquer processo que pretenda uma inovação real dos elementos do Sistema Educativo. (IMBERNÓN, 2009, p.23).

Com base nessas colocações, considera-se que a transformação seja necessária, pois a educação acontece em um contexto que exige do professorado mudanças contínuas, capazes de contribuir com a melhoria da formação dos sujeitos.

O estudante com deficiência regularmente matriculado em qualquer modalidade de ensino tem o direito a frequentar a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do AEE, e conseqüentemente necessitará de um complemento e/ou suplemento nas aulas de ciências, no sentido de que as barreiras que impedem o aprendizado dos estudantes com cegueira sejam quebradas.

Para o ensino de ciências naturais, na maioria das vezes há poucos recursos metodológicos de conhecimentos do professor, e isso se dá pela ausência de formação continuada de docentes. Por conta disso, o professor tem a tendência em realizar as suas aulas dentro de um contexto tecnicista, que segundo Saviani (2012), é considerada tecnicista por levar por levar o aluno ao alcance dos objetivos instrucionais de aula de ciências, nunca para a reflexão.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de encontrar subsídios que melhore ou resolva um problema coletivo no Atendimento Educacional Especializado, adotou-se práticas que favoreceram um desempenho ativo com os estudantes com cegueira, foram consideradas as práticas pedagógicas de professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais e desenvolvem ações com estudantes com cegueira.

A investigação caracteriza-se com pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa ação. No ponto de vista da qualitativa, Minayo considera:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO,2009, p.21)

Quanto a pesquisa ação considera-se a pesquisa que assume ação por parte das pessoas ou dos envolvidos no problema sobre investigação. É necessário que esta ação, seja uma ação trivial, ou seja, uma ação problemática que merece ser investigada, elaborada e conduzida.

A pesquisa teve como ponto de partida uma formação continuada com professores que atuam na sala de recursos multifuncionais, a fim de conhecer as necessidades e as práticas exitosas destes profissionais envolvidos com a inclusão de estudantes com cegueira. Após a formação, houve a aplicação de entrevista semiestruturada aos estudantes com cegueira, seguido de construção de recursos táteis.

Sobre as entrevistas, Richardson (2014), considera que as entrevistas tem a finalidade de aproximar o entrevistador e os entrevistados, pois permite uma melhor interação e conduz melhores possibilidades dos indivíduos. Com base nos levantamentos das entrevistas deu-se a iniciativa de construções de recursos voltados para o público atendido na Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado.

O AEE COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

O AEE é um espaço que visa proporcionar condições de liberdade para que o estudante com deficiência possa construir seu aprendizado a partir do quadro de recursos metodológicos disponíveis na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), este espaço não pode ser confundido como um local onde ocorre “reforço escolar”, ao contrário, é definida como uma oferta realizada em todas as modalidades da Educação Básica.

Para um melhor entendimento, a resolução CNE/CEB nº 4/2010, define:

Art. 29. A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar. § 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2010).

Para que este atendimento aconteça, é necessário buscar elementos que impulsionem o educador na crença de seu potencial de desenvolvimento e de aprendizagem, pois todo ser humano aprende, o que muda é a forma, o tempo, e as condições em que a aprendizagem acontece. (SILVA, 2013).

Portanto, os potenciais do professorado que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais, tem se mostrado eficazes, porém os recursos lá contidos necessitam de funcionalidade e alguns não são voltados para os estudantes com cegueira, fazendo com que o professor tome a iniciativa em adaptá-los. Neste sentido, entende-se que:

A ausência de recursos didáticos específicos para alunos cegos é preocupante, pois pode não somente tornar a aprendizagem em que valorizam a memorização de conceitos, pois o aluno pode não compreender determinados processos por não conseguir visualizá-los espacialmente e/ou estruturalmente. (SILVA; LANDIM, 2014, p.38)

Partindo deste contexto, foram feitas as produções voltadas ao ensino de ciências, utilizada de forma complementar na SRM. A figura abaixo representa o sistema solar e as órbitas que giram em torno do Sol, construído sobre uma folha de isopor encapada com o tecido preto. Os planetas foram feitos com pedaços de material emborrachado e as órbitas com barbantes.

Figura 01- O Sistema Solar.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018).

Neste primeiro modelo de sistema solar, os estudantes tiveram dificuldades em reconhecer os planetas, pois não constavam os nomes escritos em Braille. A fala de um dos estudantes confirmam a situação, associada a pergunta: Em relação ao conteúdo de ciências naturais “Terra e Universo”, qual foi sua maior dificuldade? “*Eu achei muito difícil identificar os planetas, qual é o mais perto, qual é o mais longe...mas depois lendo os nomes dos planetas em Braille, eu consegui. Com o tempo a gente vai aprendendo*”. (ESTUDANTE A, 2018).

As dificuldades percebidas alertaram para a necessidade de possíveis ajustes, e devido o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais serem um número reduzido em comparação a classe comum, houve a possibilidade dos dois sujeitos da pesquisa explorarem o material concomitantemente.

Figura 02: O Sistema Solar com os nomes dos planetas em Braille



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018).

Feito os ajustes, os estudantes puderam perceber de maneira tátil quais são os planetas que compõem o nosso sistema solar e seus respectivos nomes, e paralelo a exploração do recurso a professora descreveu as características do sistema solar, como por exemplo, a localização, a estrela pertencente a este sistema, ordem de distância entre os planetas e o sol. Como fonte para estas informações, utilizamos os livros didáticos físicos disponíveis na biblioteca da escola, pois estes estudantes ainda não dispõem de livros fornecidos pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD).

O atendimento aos alunos com deficiência visual deve ser organizado de modo a complementar a sua formação por meio de recursos pedagógicos e de acessibilidade, estabelecendo formas de eliminar os obstáculos para a participação deste sujeito na escola e, conseqüentemente, na sociedade. Partindo deste pressuposto, os recursos pedagógicos se engendram na utilização de materiais didáticos-pedagógicos adaptados, que permitem o acesso ao currículo auxiliando no processo de ensino e de aprendizagem. (ARAÚJO et al., 2009, p. 13).

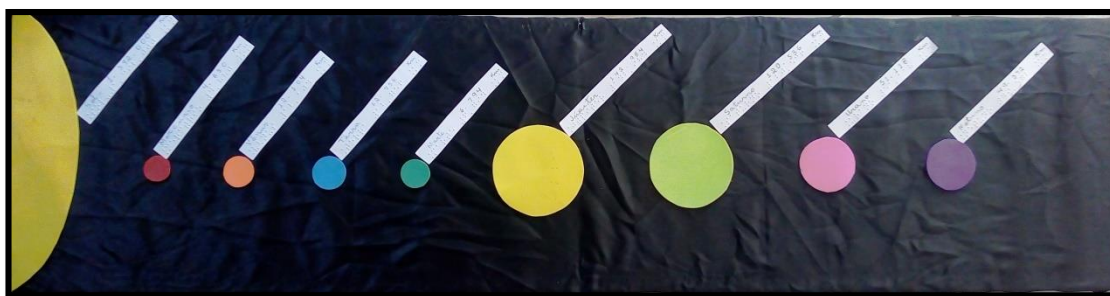
O segundo recurso adaptado consiste nas informações sobre o diâmetro do Sol e dos planetas que compõem o Sistema Solar. Para a construção deste recurso utilizou-se meia folha de isopor revestida com tecido preto, o Sol e os planetas foram feitos com pedaços de emborrachado e os nomes deles e seus respectivos diâmetros foram digitados na máquina Braille, tendo como fonte pesquisas na internet⁹ sobre estas informações. Sendo elas:

Quadro 01: Diâmetro dos principais astros do Sistema Solar.

Astros	Diâmetro equatorial (km)
Sol	1.390.000
Mercúrio	4.879,4
Vênus	12.103,6
Terra	12.756,2
Marte	6.794,4
Júpiter	142.984
Saturno	120.536
Urano	51.118
Netuno	49.538

Fonte: adaptado de Planetário UFSC (2018).

Figura 03: Diâmetro do sol e dos planetas.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Ciências do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, há apontamentos sobre a construção de um sistema solar com tamanhos proporcionais de planetas e satélites. Além disso, considera que:

Desenhar e esquematizar os modelos atuais de Universo, incluindo o Sistema Solar como referência, é provavelmente o tipo de atividade

⁹Disponível em: <http://planetario.ufsc.br/o-sistema-solar/>. Acesso em: 07/08/2018.

mais eficaz, sendo preferível a construção de moldes próprios tridimensionais para esses modelos. Nessas construções, são importantes as estimativas de distância e a atenção para as diferentes posições aparentes de um objeto a partir de pontos de observação diferentes (BRASIL, 1998, p.94).

Desta forma os sujeitos perceberam a diferença dos tamanhos dos planetas representados no modelo adaptado. Entretanto, o estudante B, quando questionado sobre quais as dificuldades de compreensão do conteúdo, ressalta:

A maior dificuldade que tive foi em conhecer os nomes dos planetas, quem fica perto de quem. Eu ainda não memorizei a ordem. Eu também não soube ler os diâmetros dos planetas, é muito número, mas eu sei que quanto maior o número, maior é o planeta, tem planeta que tem quase o mesmo diâmetro. (ESTUDANTE B, 2017).

Diante do estudante com cegueira, os recursos pedagógicos devem estar adaptados para suprir as suas necessidades, sendo assim o professor necessita se propor de estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da criança com deficiência visual para obtenção do sucesso escolar, sendo este um dos desafios da inclusão. (VAZ et al., 2012, apud NEPOMUCENO; ZANDER, 2015).

Figura 04: Identificando os diâmetros.



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2018)

ENSINO DE CIÊNCIAS NO ATUAL CONTEXTO

Ainda temos neste século a retórica que centraliza o professor como principal ator do processo educativo, ao contrário, sabe-se que este ensino deve ser centralizado no estudante, o professor é apenas o mediador do processo. Contudo, essa mudança na educação brasileira tem causado insegurança entre os professores

de todos os níveis sobre o ensinar e como ensinar. (CARVALHO, 2017).

No ensino de ciências, objetivo não pode estar centralizado na transmissão de informações, os estudantes que são levados a decorar fatos, fenômenos, termos técnicos poderão ter a concepção distorcida de que a ciência é um conjunto de saberes absolutos, de uma compreensão segura, indiscutível e incontestável (BIZZO,2009)

Pozo e Crespo (2009), relatam que entre os professores do ensino fundamental e médio há uma crescente sensação de desassossego e frustração ao comprovar o sucesso limitado de seus esforços docentes, fazendo do aluno um sujeito passivo a esperar sempre respostas em vez de dá-las. Isso reflete no próprio papel do professor e na sua atuação.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Ciências do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, há apontamentos sobre a construção de um sistema solar com tamanhos proporcionais de planetas e satélites. Além disso, considera que:

Desenhar e esquematizar os modelos atuais de Universo, incluindo o Sistema Solar como referência, é provavelmente o tipo de atividade mais eficaz, sendo preferível a construção de moldes próprios tridimensionais para esses modelos. Nessas construções, são importantes as estimativas de distância e a atenção para as diferentes posições aparentes de um objeto a partir de pontos de observação diferentes (BRASIL, 1998, p.94).

Sendo assim, partindo desta perspectiva, elaborou-se recursos voltados ao ensino de ciências do nono ano, com base nos eixos temáticos Terra e Universo da BNCC. Além destes eixos, há a exploração de outras riquezas e formas de concepção de mundo:

Na unidade temática Terra e Universo, busca-se a compreensão de características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles. Ampliam-se experiências de observação do céu, do planeta Terra, particularmente das zonas habitadas pelo ser humano e demais seres vivos, bem como de observação dos principais fenômenos celestes. Além disso, ao salientar que a construção dos conhecimentos sobre a Terra e o céu se deu de diferentes formas em distintas culturas ao longo da história da humanidade, explora-se a riqueza envolvida nesses conhecimentos, o que permite, entre outras coisas, maior valorização de outras formas de conceber o mundo. (BNCC, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência do pesquisador na Sala de Recursos Multifuncionais possibilitou ao estudante com cegueira condições de liberdade e construção de conhecimento. No decorrer da pesquisa percebeu-se a necessidade de adaptação de Recursos táteis para o processo de aquisição de conhecimentos referente ao ensino de ciências naturais, como forma complementar aos estudos do eixo temático Terra e universo. Os recursos Construídos foram satisfatórios, uma vez que os sujeitos utilizaram no contexto o tato para enxergar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Barbara Karolina et al. **Guia prático para adaptação em relevo**. São José, SC: FCEE, 2009. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/informacoes/biblioteca-virtual/educacao-especial/cap/512-guia-pratico-de-apaptacao-em-relevo/file>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BIZZO, N. **Mais Ciência no Ensino Fundamental: metodologia de ensino em foco**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <portaldomec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em 15/11/ 2016.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Políticos-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial, - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73p.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org). **Formação continuada de Professores: Uma releitura das áreas de conteúdos**. – 2. Ed.- São Paulo, SP: Cengage, 2017

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**/ Tradução de Sandra Trabuco Valenzuela. – São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis. RJ: Vozes,

2009.

POZO, Juan Ignacio; CRESPO, Miguel Ángel Gómez. **A aprendizagem e o ensino de ciências**: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, Lázara Cristina da. O Atendimento Educacional Especializado para pessoas surdas: construindo o fazer cotidiano na escola. In:_. **Atendimento Educacional Especializados para alunos surdos**. Uberlândia: EDUFU, 2013.cap.4.

SILVA, Tatiane Santos; LANDIM, Myrna Friederichs; Souza. A utilização de recursos didáticos no processo de ensino e aprendizagem de ciências de alunos com deficiência visual. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, [S.l.: s.n.]. v.13, n.1, p.32-47, 2014.

SOBRE OS AUUTORES:

Anderson Ercílio dos Reis Franco

Mestre em Docência em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Pará- UFPa, professor da rede municipal de ensino na cidade de Vigia-PA. E-mail: andersonercilio@gmail.com

Wanderleia Azevedo Medeiros Leitão

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP, professora titular da Universidade Federal do Pará – UFPa.